

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

LARISSE RAFHAELY DA SILVA LOPES

**A efetividade do Programa Nacional de Assistência Estudantil a partir da percepção das
estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche na UFERSA Campus Mossoró/RN.**

**MOSSORÓ – RN
2022**

LARISSE RAFHAELY DA SILVA LOPES

A efetividade do Programa Nacional de Assistência Estudantil a partir da percepção das estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche na UFERSA Campus Mossoró/RN.

Dissertação apresentada a Universidade Federal Rural do Semi-Árido como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Batista Sales

**MOSSORÓ/RN
2022**

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

L864e Lopes, Larisse Rafaely da Silva.
A efetividade do Programa Nacional de
Assistência Estudantil a partir da percepção das
estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche na
UFERSA Campus Mossoró/RN. / Larisse Rafaely da
Silva Lopes. - 2022.
128 f. : il.

Orientadora: Luciana Batista Sales .
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Programa de Pós-graduação em
, 2022.

1. políticas públicas. 2. assistência
estudantil. 3. permanência. 4. estudantes-mães.
I. , Luciana Batista Sales, orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo) autor(a).
Biblioteca Campus Mossoró / Setor de Informação e Referência
Bibliotecária: Keina Cristina Santos Sousa e Silva
CRB: 15/120

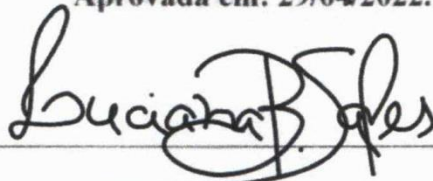
O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

LARISSE RAFHAELY DA SILVA LOPES

A efetividade do Programa Nacional de Assistência Estudantil a partir da percepção das estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche na UFERSA Campus Mossoró/RN.

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal Rural do Semiárido

Aprovada em: 29/04/2022.



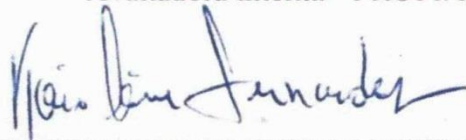
Prof. Luciana Batista Sales, Dr^a.

Orientadora – UFERSA



Prof^a. Maria de Fátima Nóbrega Barbosa, Dr^a.

Avaliadora interna - PROFIAP



Prof. Kaio César Fernandes, Dr.

Avaliador externo – UFERSA

Dedico este trabalho ao meu esposo, Alexandre, e às minhas filhas, Alice e Sofia, por serem o meu suporte e a razão de eu querer me aprimorar cada vez mais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por todas as bênçãos da vida minha e por me auxiliar neste processo longo e difícil, sendo a minha fortaleza e renovando as minhas forças sempre que eu precisava.

À minha família, em especial ao meu esposo e às minhas filhas. Elas são a razão de tudo, inclusive do meu ingresso no mestrado, com a intenção de sempre buscar o melhor para elas. O meu esposo foi o apoio tão necessário nessa jornada, segurando a barra das crianças e da casa, muitas vezes, para que eu pudesse estudar. Agradeço também aos meus pais Luzia e Gregório, aos meus irmãos, Paulo Henrique e Vitor, à minha cunhada Débora e ao meu sobrinho Bernardo, pelo apoio, torcida e por acreditarem que eu conseguiria.

À UFERSA pela oportunidade e pelo incentivo à qualificação dos seus servidores. À minha orientadora, a Professora Luciana Batista Sales, por me auxiliar a desenvolver o meu trabalho. Sendo firme, quando necessário, mas sem deixar de ser compreensiva com as minhas dificuldades.

Aos professores do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP), da UFERSA, pelo empenho e dedicação para com a turma. Aos meus colegas do PROFIAP pela parceria, pelas conversas e pelo apoio. Em especial ao meu primeiro grupo de trabalhos do mestrado, Ananayra e Roberto, por me ajudarem no início do curso, segurando a barra enquanto eu estava com umas das minhas filhas internada no hospital. Agradeço também às meninas do grupo “PROFIAP’s girls”, por dividirmos alegrias, tristeza e preocupações, servindo de apoio umas para as outras.

Às amigas de longa data, Lívia, Ana Paula, Luana, Kleylenda e Emmanuelle pelo incentivo, torcida e suporte nas horas difíceis.

Às alunas e aos servidores entrevistados, pelo tempo disponibilizado e pela confiança no meu trabalho. Esse trabalho não seria possível sem a contribuição de vocês.

Às equipes da Divisão de Desenvolvimento de Pessoal da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, setor no qual eu era lotada quando ingressei no mestrado, e à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, minha atual lotação, pelo incentivo e compreensão com as minhas ausências em decorrência do mestrado.

RESUMO

As recentes políticas públicas de acesso ao ensino superior, bem como a expansão das universidades públicas, trouxeram mais oportunidades de ingresso aos jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Fato este, que tornou as universidades um espaço mais diversificado, com estudantes de várias classes e gêneros. Junto à educação, a política de assistência estudantil deve cooperar para a diminuição dos efeitos das desigualdades sociais, criando meios que viabilizem a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica nas universidades. Assim, de acordo com a pesquisa realizada, pelo Fórum Nacional de Pró-reitores Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), estudantes do sexo feminino são a maioria absoluta nas universidades federais, desde a primeira pesquisa. Muitas dessas estudantes são mães e, precisam de suporte para enfrentar, além das dificuldades decorrentes da situação de vulnerabilidade socioeconômica, as dificuldades de serem mães e estudantes. Ante o exposto, este trabalho teve por objetivo avaliar a efetividade do Programa Nacional de Assistência Estudantil a partir da percepção das estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche na Ufersa. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa e descritiva. A coleta de dados se deu por meio de pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturada com as estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche da Ufersa e com profissionais lotados na Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE). Como resultado foi identificado perfil das estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche, suas condições de permanência, quais as ações de assistência estudantil, direcionadas às estudantes-mães, são executadas na Ufersa, como são avaliadas essas ações e quais são as possibilidades, limites e desafios da assistência estudantil, no que diz respeito ao público das estudantes-mães. Foi constatado que mesmo com todas as limitações, a assistência estudantil é essencial para essas estudantes. Para as beneficiárias do auxílio creche, sem esse benefício elas não teriam condições de continuar estudando. Desta forma, percebe-se que mesmo com as suas limitações, as ações de assistência estudantil, pautadas no PNAES, contribuem para a permanência dessas estudantes-mães na universidade.

Palavras-chave: políticas públicas; assistência estudantil; permanência; estudantes-mães.

ABSTRACT

Recent public policies for Access to higher education, as well as the expansion of public universities, have brought more opportunities for young people in situations of sócio economic vulnerability to enter. This fact has made universities a more diverse space, with students of various classes and genders. Along with education, the student assistance policy must cooperate to reduce the effects of social inequalities, creating means that make it possible for students in situations of social and economic vulnerability to remain in universities. Thus, according to a survey carried out by the Fórum Nacional de Pró-reitores Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), female students are the absolute majority in federal universities, since the first survey. Many of these students are mothers and need support to face, in addition to the difficulties arising from the situation of sócio economic vulnerability, the difficulties of being mothers and students. In view of the above, this study aimed to evaluate the effectiveness of the National Student Assistance Program from the perception of student-mothers benefiting from daycare assistance at UFERSA. Therefore, a qualitative and descriptive research was carried out. Data collection took place through bibliographic research and semi-structured interviews with the student-mothers who benefit from the UFERSA daycare aid and with Professionals assigned to the Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE). As a result, the profile of student-mothers benefiting from daycare assistance was identified, their conditions of permanence, which student assistance actions, aimed at student-mothers, are performed at UFERSA, how these actions are evaluated and what are the possibilities, limits and challenges of student assistance, with regard to the student-mother audience. It was found that even with all the limitations, student assistance is essential for these students. For daycare beneficiaries, without this benefit they would not be able to continue studying. In this way, it is clear that even with their limitations, student assistance actions, based on the PNAES, contribute to the permanence of these student-mothers at the university.

Keywords: public policies; student assistance; permanence; student-mothers.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Sexo dos (as) estudantes das IFES – 1996 a 2018 (%)	41
Tabela 2 - Perfil das estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche.....	57
Tabela 3 - Curso em que as estudantes-mães estão matriculadas.....	65
Tabela 4 - Situação de moradia das estudantes-mães	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de matrículas na educação superior (gradual e sequencial) – 2009 a 2019	18
Gráfico 2 - Fatores dificultadores da permanência	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo das Políticas Públicas.....	23
Figura 2 - Problema público	24
Figura 3 - Tipos de problemas públicos	25
Figura 4 - Condições de permanência	64
Figura 5 - Rede de citações sobre sugestões de melhorias	89
Figura 6 - Rede de citações sobre os limites e desafios da Assistência Estudantil na UFERSA	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias de análise	52
Quadro 2 - Modalidades dos benefícios.....	77
Quadro 3 – Síntese dos resultados	94

LISTA DE SIGLAS

CEFETS - Centros Federais de Educação Tecnológica

CF/88 - Constituição Federal de 1988 -

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio - Enem

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-reitores Comunitários e Estudantis

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

IES - Instituições de Ensino Superior

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

MEC -Ministério da Educação

PNE - Plano Nacional de Educação

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PROAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PROUNI - Programa Universidade para Todos

SiSU- Sistema de Seleção Unificada

UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 OBJETIVOS	11
1.1.1 Objetivo Geral	11
1.1.2 Objetivos Específicos	12
1.2 JUSTIFICATIVA	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	15
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS: MODELO DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	21
2.3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E SEU PAPEL NA PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE	29
2.3.1 O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)	31
2.3.2 A Assistência Estudantil na Universidade Federal Rural do Semiárido	34
2.3.3 As estudantes-mães e os desafios da permanência na universidade	38
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	47
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	48
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	49
3.3 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	50
3.4 TIPO E COLETA DE DADOS	51
3.5 TRATAMENTO DOS DADOS	53
3.6 CODIFICAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS	53
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	54
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ESTUDADA	55
4.2 PERFIL DAS ESTUDANTES-MÃES	57
4.3 CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA	63
4.3.1 Curso que as estudantes-mães estão matriculadas	65
4.3.2 Situação de moradia das estudantes-mães	67
4.3.3 Condições de estudo e rede de apoio	68
4.3.4 Trancamento do curso	70
4.3.5 Permanência simbólica	71
4.3.6 Fatores dificultadores da permanência	73
4.4 AÇÕES EXECUTADAS	75

SUMÁRIO

4.4.2 Ações de assistência estudantil e serviços especializados	82
4.5 EFETIVIDADE DAS AÇÕES EXECUTADAS	84
4.5.1 Avaliação das ações de Assistência Estudantil direcionadas à estudantes-mães da UFERSA.....	85
4.6 SUGESTÕES DE MELHORIAS	87
4.6.1 Sugestões de melhorias na visão dos entrevistados	87
4.6.2 - Limites e desafios da Assistência Estudantil na UFERSA.....	91
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
5.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	100
REFERÊNCIAS.....	101
APÊNDICE A.....	107
APÊNDICE B.....	110
APÊNDICE C.....	111
ANEXO 1.....	112
ANEXO 2.....	114

1 INTRODUÇÃO

As recentes políticas de acesso ao ensino superior e de expansão das universidades públicas, como o ENEM, REUNI e a política de cotas, trouxeram mais oportunidades de ingresso aos jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Fato este que tornou as universidades um espaço mais diversificado, com estudantes de várias classes e gêneros.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) trouxe a regulamentação do sistema de ensino do Brasil, da educação básica ao ensino superior (BRASIL, 1996). Esta lei veio reafirmar o direito à educação, garantido pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). A garantia da isonomia no acesso e permanência na educação superior é obtida por meio do conceito de democratização. Nesse sentido, o processo de democratização compreende reverter o quadro no qual ir à universidade é opção reservada às elites (MEC, 2014).

No processo de expansão do ensino superior brasileiro, alguns programas/políticas também tiveram papel de destaque, são eles: o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); o Programa Universidade para Todos (PROUNI); o REUNI e as cotas. Os dois primeiros programas apoiaram o crescimento das IES do setor privado e os três últimos buscaram expandir o sistema federal de ensino superior (ALMEIDA, 2019).

A democratização do acesso ao ensino superior, resultante da ampliação do número de IFES, cursos e vagas, da interiorização dos campi das mesmas instituições, da maior mobilidade territorial via ENEM/SISU e da reserva de vagas para estudantes com origem em escolas públicas, por meio de cotas, modificou bastante o perfil da recente geração de discentes dos cursos de graduação das universidades federais. Os resultados obtidos com a V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES, demonstram que essas políticas públicas, tiveram um impacto decisivo na mudança do perfil dos estudantes matriculados (FONAPRACE, 2019).

A pesquisa de perfil socioeconômico dos (as) estudantes de graduação das IFES é um levantamento realizado, desde 1996, pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE) - vinculado à Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) – que objetiva descrever o perfil médio socioeconômico e cultural dos (as) discentes das IFES.

No entanto, o dever do Estado não termina na construção de universidades, nem nas leis que regulamentam a educação e o acesso às IES. São necessárias outras políticas públicas que contribuam para a permanência dos estudantes na universidade. Junto à educação, a política de assistência estudantil deve cooperar para diminuir os efeitos das desigualdades sociais, criando meios que viabilizem a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica nas universidades.

De acordo com Souza (2006), a política pública pode ser descrita como o campo do conhecimento que procura colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo delas. Dias e Matos (2012) complementam afirmando que, essas ações realizadas ou não pelos governos devem estabelecer condições de equidade para a sociedade.

Para Secchi, Coelho e Pires (2019), a política pública é um conceito abstrato, que ganha materialidade através de mecanismos concretos como leis, programas, campanhas, obras, prestação de serviço, subsídios, impostos e taxas, decisões judiciais, entre outros.

Considera-se que um processo de formação de política tem início com a identificação de um problema ou de situações que necessitem da intervenção do governo. Contudo, para que um problema seja incluído na agenda de governo, ele deve ser considerado de cunho público, decorrente de mobilização política, através de atores articulados. O problema público é uma construção social que alcança um nível de problema, adquire reconhecimento social e torna-se passível de entrar para a agenda de governo (DIAS; MATOS, 2012).

Conforme Souza (2006), para se entender melhor as ações dos governos, alguns modelos explicativos foram desenvolvidos dentro do campo específico da política pública. Uma delas é o ciclo da política pública, que a considera como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios.

A separação da política por fases torna a análise de todo o processo mais fácil de ser compreendida. Sendo importante lembrar que apesar de diferentes, as fases são interligadas e que cada etapa possui seus próprios atores, decisões, restrições, desenvolvimentos e resultados que estão sempre interagindo e se afetando mutuamente (DIAS; MATOS, 2012).

Segundo Souza (2006), o ciclo da política pública é formado pelos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. O modelo do ciclo das políticas públicas tem ênfase na definição de agenda.

Nesse contexto, Dias e Matos (2012) ressaltam que um processo de formação de política pública tem início com a identificação de situações que necessitem da intervenção do governo. Contudo, para que um problema seja incluído na agenda de governo, ele deve ser considerado de cunho público, decorrente de mobilização política, através de atores articulados. O problema público é uma construção que passa pelo reconhecimento social como um embaraço e torna-se passível de entrar para a agenda de governo.

A assistência estudantil, política pública que se desenvolve no âmbito da política social de educação, se institucionalizou nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras a partir do contexto de expansão da educação superior e foi regulamentada pelo Decreto nº 7234 de 19/07/2010 que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (BRASIL, 2010). O PNAES foi estabelecido inicialmente pela Portaria Normativa do Ministério da Educação (MEC), nº 39 de 12/12/2007 e começou a vigorar a partir de 2008 (BRASIL, 2007b).

O PNAES tem a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. O programa tem os objetivos de democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010)

Nesse sentido, de acordo com a quinta pesquisa realizada em 2018 pelo Fórum Nacional de Pró-reitores Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) estudantes do sexo feminino são a maioria absoluta nas universidades federais, desde a primeira pesquisa. Em 1996, as mulheres eram 51,4% do corpo discente e, em 2018, elas eram 54,6% (FONAPRACE, 2019).

Além das dificuldades provenientes da renda, como falta de acesso a transporte, alimentação adequada, material didático, entre outros; é preciso chamar a atenção para as adversidades encontradas pelas mulheres, que somada à situação de vulnerabilidade socioeconômica, também são mães e têm que se dividir entre ser mãe, estudar e muitas vezes trabalhar. Nesse cenário, questiona-se: qual a efetividade do Programa Nacional de Assistência Estudantil a partir da percepção das estudantes-mães, beneficiárias do auxílio-creche na Universidade Federal Rural do Semi-Árido?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Avaliar a efetividade do Programa Nacional de Assistência Estudantil a partir da percepção das estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche na Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Traçar o perfil socioeconômico das estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche, na UFERSA;
- b) Descrever as condições de permanência das estudantes-mães beneficiárias do auxílio-creche na UFERSA;
- c) Identificar quais são as ações de assistência estudantil, voltadas para as estudantes-mães, que são desenvolvidas pela UFERSA;
- d) Verificar se as ações de assistência estudantil praticadas na UFERSA são efetivas para auxiliar na permanência das estudantes-mães;
- e) Elaborar um relatório técnico, a partir dos resultados da pesquisa, apontando estratégias que contribuam para melhorar as condições de permanência das estudantes-mães na UFERSA.

1.2 JUSTIFICATIVA

A expansão das IES nos últimos anos, bem como a democratização do acesso a elas, trouxeram mudanças significativas no perfil social, econômico e cultural dos estudantes. Pode-se considerar esse fato como um desafio para as universidades que começaram a lidar com grupos de alunos diferentes dos que recebiam anteriormente (ALLEVATO; MASOLA, 2017).

Sendo assim, ações que fizessem com que a democratização do ensino superior fosse além do acesso às universidades se tornaram necessárias. Atualmente, a assistência estudantil tem papel importante na estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais através da democratização da educação superior (DUTRA; SANTOS, 2017).

Segundo a pesquisa realizada em 2018, pelo FONAPRACE, as universidades expressam a diversidade cultural, racial e de sexo da população brasileira, assim como a

desigualdade de renda. Composto esse grupo diverso, estão as estudantes do sexo feminino que é um público expressivo nas universidades federais. Tendo em vista a concentração das mulheres nas IES, é preciso dar mais atenção e entender seus anseios e dificuldades. Um dos maiores desafios das estudantes é conciliar filhos, estudos e trabalho (FONAPRACE, 2019).

Não obstante às dificuldades enfrentadas pelas mulheres, em busca de mudar a sua história e ultrapassar barreiras, a tendência de crescimento da participação discente do sexo feminino nas IFES é ascendente, alcançando 54,6% da população-alvo em 2018, mostrando que as mulheres vêm conseguindo um lugar de destaque na educação superior. Houve um aumento de 3,2% em 2018, relativamente à pesquisa realizada em 1996, pelo FONAPRACE.

Em todas as regiões geográficas, discentes do sexo feminino superam os do sexo masculino na composição do corpo discente das IFES. Esse crescimento da participação do sexo feminino se confirma ao longo das pesquisas de perfil estudantil da IFES, enquanto que, na composição nacional da população, as proporções permaneceram estáveis ao longo dos anos, com ligeira superioridade deste sexo. (FONAPRACE, 2019).

Nesse sentido, Almeida (2019) em sua pesquisa realizada na UFERSA, verificou que o apoio aos estudantes com filhos foi considerado frágil entre os entrevistados dessa instituição, e que as ações precisavam ser ampliadas para melhor atender a esse público.

Atualmente a assistência estudantil tem papel importante na estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais através da democratização da educação superior (DUTRA; SANTOS, 2017). O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tem a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. O programa tem os objetivos de democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

As áreas onde deverão ser desenvolvidas as ações de assistência estudantil do PNAES são as seguintes: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Embora o PNAES seja um programa nacional, cada IFES tem autonomia para utilizar seus recursos disponibilizados, conforme suas demandas, particularidades locais e especificidades regionais.

Atualmente, na UFERSA, está em vigor o Programa Institucional de Assistência Estudantil (PIAE), que foi aprovado pela Resolução CONSUNI/UFERSA nº 003/2020 de 29 de julho de 2020, tendo como finalidade ampliar as condições de permanência dos discentes dos cursos de graduação presenciais da UFERSA, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, durante o tempo regular do seu curso acrescido de dois semestres letivos regulares.

O Programa é administrado pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proae) e assessorada pela Coordenação de Assuntos Estudantis (Coae) de cada campus. O Piae é constituído por diversas modalidades de assistência estudantil, organizadas na forma de bolsas, auxílios e moradia estudantil(UFERSA, 2020).

Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo avaliar a efetividade do Programa Nacional de Assistência Estudantil a partir da percepção das estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche na UFERSA. Com um público predominantemente feminino nas universidades, muitas delas mães, são necessárias ações eficazes para garantir a sua permanência na universidade.

Segundo Del Priore (2013), a mentalidade da sociedade não acompanhou as mudanças ocorridas no mundo com a mesma velocidade, permanecendo uma forte distinção entre os papéis femininos e masculinos.O que é corroborado por Urpia (2009) quando diz que apesar da mudança na condição feminina, com a conquista de novos espaços e posições sociais, a maternidade permanece sendo vista, não poucas vezes, como uma experiência de exclusividade na vida da mulher.

Diante do exposto, a contribuição dessa pesquisa no campo teórico é colaborar para a discussão sobre o papel da assistência estudantil para a permanência dos estudantes na universidade, com atenção especial às estudantes-mães. Buscando conhecer quem são essas mulheres, identificando o seu perfil e, compreendendo de que forma a assistência estudantil contribui para o seu desempenho acadêmico e continuidade dos estudos. De posse dessas informações pode-se contribuir de forma prática, elencando soluções para que o programa seja executado de forma mais eficiente, favorecendo não só para melhorar as condições de permanência das estudantes, como também para o melhor uso dos recursos públicos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A educação é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 (CF/88) e, se apresenta como direito social descrito no Art. 6º da CF/88. A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, conforme o Art. 205 da CF/88 (BRASIL, 1988).

O direito à educação é corroborado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), instrumento que regulamenta o sistema educacional brasileiro (BRASIL, 1996). Nesse sentido, a educação é estabelecida como direito garantido a todos e todas, no entanto, o seu acesso nem sempre esteve disponível para toda a população. Assim como pontua Santos e Cerqueira (2009), a desigualdade no acesso à educação é uma das características do sistema educacional brasileiro.

A educação, do nível básico ao superior, tem lugar estratégico nos processos de transformação social, agindo como meio de desenvolvimento tecnológico e como ferramenta de aumento do discernimento e do senso crítico da população (MARQUES; CEPÊDA, 2012).

Para Santos (2009), a universidade representa um grande feito para as famílias mais humildes, pois não é algo considerado como cotidiano como nas famílias ricas, que o ingresso na universidade é visto como mais uma etapa na vida escolar, algo certo de acontecer.

Segundo Marques (2014), a educação é parte da sociedade e, para conseguir compreendê-la se faz necessário conhecer a sua história, o que aconteceu para que se transformasse no que é hoje. Diniz e Goergen (2019) complementam dizendo que é necessário esclarecer os aspectos históricos da educação, principalmente no caso da educação superior, devido ter características peculiares, como o seu surgimento tardio; a dicotomia do sistema, e, por fim, a mudança do perfil do aluno ingressante no ensino superior na contemporaneidade, motivada pelas políticas públicas em educação, como também, os avanços tecnológicos próprios da sociedade do conhecimento e da informação.

Durham (2003), também afirma que a educação superior no Brasil tem caráter tardio, sendo as primeiras instituições de ensino superior criadas apenas em 1808 e as primeiras universidades na década de 1930.

Seguindo na história, segundo Santos e Cerqueira (2009), após ser proclamada a república, a Carta Magna permitiu que o ensino superior fosse descentralizado, contribuindo,

assim, para o surgimento de novas instituições, tanto as de caráter público como as da iniciativa privada. A primeira Universidade a ser criada, de acordo com Soares (2002), foi a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, pelo Decreto nº 14.343, reunindo administrativamente faculdades profissionais pré-existentes.

No mandato de Getúlio Vargas, como presidente, foi criado o Ministério de Educação e Saúde. O Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, que vigorou até 1961, afirmava que a universidade poderia ser oficial, ou seja, pública ou livre, isto é, particular (SOARES, 2002).

Com a ditadura militar, no período de 1964 a 1985, as universidades passaram a ser objeto de uma ingerência direta do governo federal, sendo afastado um grande número de professores, principalmente na Universidade de Brasília; também foram criadas as Assessorias de Informação, nas instituições federais de ensino superior, com a intenção de coibir as atividades de caráter subversivo, tanto de professores como de alunos (SOARES, 2002).

De acordo com Aranha (2006), nesse período, foi aprovada a Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5540/68), esta estabeleceu que o ensino superior fosse indissociável das atividades de pesquisa. Segundo Vasconcelos (2010), nos anos 70, ocorreram muitas vagas para o ensino superior; a concentração urbana e a exigência de melhor formação para a mão de obra industrial e de serviços forçaram o aumento do número de vagas e o governo, sem condições de atender à demanda, permitiu que o Conselho de Educação aprovasse milhares de novos cursos. Esse aumento, sem planejamento, resultou em insuficiência de fiscalização por parte do poder público e na queda da qualidade de ensino.

Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal brasileira, que trouxe a educação como direito social (BRASIL, 1988). Em 2001, para dar cumprimento ao disposto na Constituição, foi elaborado o Plano Nacional de Educação – PNE (2001- 2010), fixando metas que exigiam um aumento considerável dos investimentos na educação, além de metas que buscavam a ampliação do número de estudantes atendidos em todos os níveis da educação superior.

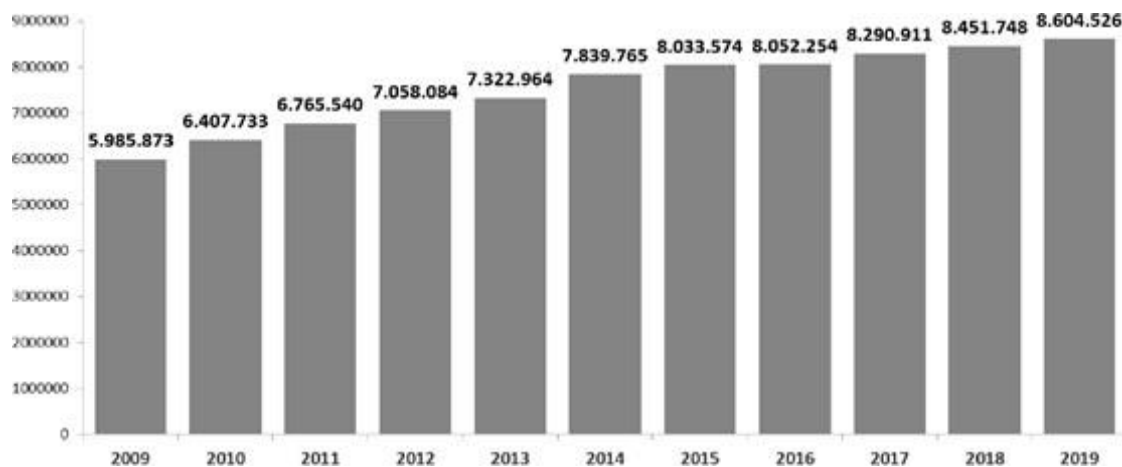
A garantia da isonomia no acesso e permanência na educação superior é obtida por meio do conceito de democratização. Nesse sentido, o processo de democratização compreende reverter o quadro no qual ir à universidade é opção reservada às elites (MEC, 2014).

Nessa perspectiva, a partir de 2003, observa-se que diversos programas foram implementados para colaborar com a chamada democratização da Educação Superior no país. O crescimento da rede federal de educação superior deveu-se principalmente à expansão que aconteceu, em especial no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (MANCIBO; VALE; MARTINS, 2015).

Até o ano de 2002, o Brasil contava com 45 universidades federais e 148 campus/unidades. A primeira fase de expansão do Ensino Superior federal compreende os anos de 2003 a 2007 (MEC, 2012). Também nesse período, se estendendo um pouco mais até 2013, duas das regiões mais carentes de ensino superior – Norte e Nordeste – apresentaram expansão significativa da oferta de vagas. O percentual de crescimento das matrículas na região Nordeste, de 94%, correspondeu ao dobro do registrado para o Sudeste e mais do triplo daquele registrado na região Sul. A região Norte teve a segunda maior taxa de crescimento (76%) entre as regiões do país (MEC, 2014).

Historicamente, a oferta de educação superior se concentrava nos grandes centros urbanos, com predominância do eixo Sul-Sudeste. Tais resultados são consequências dos investimentos na interiorização da universidade pública e nas políticas de democratização do acesso desenvolvidas pelo governo federal. A interiorização da oferta de educação superior é essencial para combater o desequilíbrio no desenvolvimento regional e atingir estudantes sem condições de se deslocar para outras regiões (MEC, 2014).

As matrículas na educação superior brasileira cresceram de 3,9 milhões em 2003 para 7,3 milhões em 2013 – o equivalente a 86% (MEC, 2012). O levantamento feito no Censo da Educação Superior 2019 mostrou uma taxa média de crescimento anual de 3,7%, de 2009 a 2019, a matrícula na educação superior cresceu 43,7% nesse período. Em 2019, o aumento foi de 1,8%, conforme o Gráfico 1, a manutenção da tendência de crescimento só foi possível com a expansão da oferta dos cursos a distância (INEP, 2020).

Gráfico 1- Número de matrículas na educação superior (gradual e sequencial) – 2009 a 2019

Fonte: INEP (2020).

De acordo com o Censo da Educação Superior 2019, existem no Brasil 302 Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e 2.306 IES privadas. Quase 3/5 das IES federais são universidades e 36,5% são Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Entre 2009 e 2019, a matrícula na educação superior aumentou 43,7%. A média de crescimento anual é de 3,6%. Neste cenário de crescimento das IES, para além de somente expandir o ensino superior, era necessário proporcionar a permanência nas instituições e não somente o seu acesso.

Sobre a democratização do acesso às IES, destaca-se o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que foi criado em 1998, através da Portaria do MEC nº 438, de 28 de maio de 1998, para avaliar o desempenho dos estudantes, após a conclusão do Ensino Médio. Esse exame não foi criado inicialmente com o propósito principal de acesso à universidade, no entanto, ao longo do tempo ele foi sofrendo alterações em suas aplicações de modo que se tornou, também, uma forma de acesso ao ensino superior. Com relação à democratização de oportunidades, seu objetivo é alcançado à medida que, por ser realizado em âmbito nacional, os estudantes podem prestar a prova do ENEM o mais próximo de sua residência (SANTOS, 2017).

O que é corroborado por Almeida (2019), quando informa que, o ENEM proporcionou que os estudantes egressos do ensino médio pudessem realizar as provas nas suas próprias cidades, sem necessidade de se deslocar para os grandes centros urbanos, pelo fato do aumento no número de municípios que passaram a realizar o exame. Essa mudança pode ter contribuído para a ampliação do acesso ao ensino superior, principalmente, para os jovens das classes populares.

No processo de expansão do ensino superior brasileiro, alguns programas/políticas também tiveram papel de destaque, são eles: o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); o Programa Universidade para Todos (PROUNI); o REUNI e as cotas. Os dois primeiros programas apoiaram o crescimento das IES do setor privado e os três últimos buscaram expandir o sistema federal de ensino superior (ALMEIDA, 2019).

O FIES é um programa do Ministério da Educação que se destina a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores em IES privadas na forma da Lei 10.260/2001. Ele foi criado em 1999, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), pela Medida Provisória nº 1.827. O FIES foi convertido em Lei (nº 10.260), em 12 de julho de 2001, e tornou-se um programa de financiamento público da educação superior para estudantes matriculados em Instituições de Ensino Superior privadas, em que o governo brasileiro assume os gastos com matrícula e mensalidades do estudante durante toda a graduação (ALMEIDA, 2019).

O ProUni foi institucionalizado pela Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005. A distribuição das bolsas acontece através dos resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Para ter acesso às bolsas, é necessário que o candidato obtenha a nota mínima nesse exame, bem como possua renda *per capita* de até um salário mínimo e meio ou renda de até três salários mínimos, para obter bolsas integrais e parciais, respectivamente. Além dos critérios citados, ainda é requisito que o aluno tenha cursado o Ensino Médio integralmente ou parcialmente em escola pública ou, em escola particular, na condição de bolsista integral ou parcial (BRASIL, 2005).

O REUNI, criado pelo Decreto Presidencial nº. 6.096, de 24 de abril de 2007, teve como objetivo a criação de condições para a ampliação do acesso e para a permanência na graduação presencial das universidades federais, aproveitando a estrutura física e os recursos humanos existentes. Com esse programa, foi possível a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública federal (BRASIL, 2007).

Conforme explicam Mancebo, Vale e Martins (2015), o REUNI objetivava aumentar o número de estudantes de graduação nas universidades federais e de estudantes por professor em cada sala de aula da graduação; diversificar as modalidades dos cursos de graduação, por meio da flexibilização dos currículos, do uso do EaD, da criação dos cursos de curta duração, dos ciclos (básico e profissional) e/ou bacharelados interdisciplinares; incentivar a criação de um novo sistema de títulos; elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% e estimular a mobilidade estudantil entre as instituições de ensino (públicas e/ou privadas).

Sobre o REUNI, Borges e Aquino (2012) afirmam que o programa proporcionou sim, a ampliação do acesso à universidade, contudo, seria apenas o primeiro passo para se alcançar a democratização do acesso. São necessários muitos outros investimentos na educação superior, como autonomia financeira, infraestrutura adequada, inovação nos currículos, melhoria nas condições de ensino, desenvolvimento de pesquisas e extensão.

Também resultando na democratização do ensino superior no Brasil, em 2012 foi criado o Sistema de Cotas nas IES, com o objetivo de reservar 50% das vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, pertencentes a famílias com renda bruta de até um salário mínimo e meio per capita, negros, indígenas e, em 2017, passou a contemplar também pessoas com deficiência. Desta forma, a implementação do Sistema de Cotas foi uma importante ação de democratização da educação superior, tendo em vista que a Lei 12.711 passou a estabelecer a reserva obrigatória de vagas por curso e turno. Assim, muitas instituições que ainda não desenvolviam nenhuma política de ação afirmativa, com o sistema de cotas, foram obrigadas a desenvolver e implementar a reserva de vagas (FIGUEIREDO, 2019).

A democratização do acesso ao ensino superior, resultante da ampliação do número de IFES, cursos e vagas, da interiorização dos campi das mesmas instituições, da maior mobilidade territorial via ENEM/SISU e da reserva de vagas para estudantes com origem em escolas públicas, por meio de cotas, modificou bastante o perfil da recente geração de discentes dos cursos de graduação das universidades federais. Os resultados obtidos com a V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES, demonstram que essas políticas públicas, tiveram um impacto decisivo na mudança do perfil dos estudantes matriculados (FONAPRACE, 2019).

A pesquisa de perfil socioeconômico dos (as) estudantes de graduação das IFES é um levantamento realizado, desde 1996, pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE) - vinculado à Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) – que objetiva descrever o perfil médio socioeconômico e cultural dos (as) discentes das IFES. Essas pesquisas serviram para auxiliar a política de assistência estudantil, no tocante à permanência do estudante na instituição.

Para Paula (2017), a expansão da educação superior através de políticas que visam à inclusão das massas representa o primeiro passo no sentido da democratização do sistema, porém não são suficientes para a inclusão, de fato, das camadas social e historicamente excluídas.

Assim, mesmo com os esforços e medidas legais para democratizar a educação superior a partir do Governo Lula, o Brasil ainda está em processo de transição de um sistema de elite para um sistema de massa, com forte presença do setor privado em termos de instituições e matrículas nesse nível de ensino (PAULA, 2017).

2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS: MODELO DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A política pública é considerada, de acordo com Dias e Matos (2012), uma área de conhecimento da Ciência Política, que foi ganhando autonomia e status científico a partir de meados do século XX, na Europa e nos Estados Unidos.

Para Secchi, Coelho e Pires (2019), a política pública é um conceito abstrato, que ganha materialidade através de mecanismos concretos como leis, programas, campanhas, obras, prestação de serviço, subsídios, impostos e taxas, decisões judiciais, entre outros.

Segundo Souza (2006), existem várias definições sobre o que seja política pública, não existindo, no entanto, uma que seja considerada a melhor delas. A definição mais conhecida é a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (LASWELL, 1936/1958, apud SOUZA, 2006).

Ainda de acordo com Souza (2006), a política pública pode ser descrita como o campo do conhecimento que procura colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo delas. Dias e Matos (2012) complementam afirmando que, essas ações realizadas ou não pelos governos devem estabelecer condições de equidade para a sociedade.

Para Ferrarezi e Saravia (2006), é possível considerar políticas públicas como estratégias que apontam para diversos fins que, de alguma forma, são desejados pelos grupos que participam do processo decisório.

Conforme apontado por Condé (2013), a política não é feita apenas por vontade, pelo fato dela também ter as suas limitações. As políticas giram em torno das questões e dos bens públicos. Conhecer as suas exigências, como identificar, a finalidade, os objetivos e as alternativas, obriga a entendê-las melhor. Ou seja, é preciso questionar se elas podem ser resolvidas em determinado tempo, quais as suas possíveis soluções, além da necessidade de se buscar um desenho inicial. Depois de decidida a política, esta deve ser monitorada com a

finalidade de observar se o previsto vem sendo executado. Depois disso, finalmente, a política selecionada pode ser avaliada, depois de implementada, para conhecer os seus parâmetros e resultados, os seus indicadores de eficiência, eficácia e efetividade.

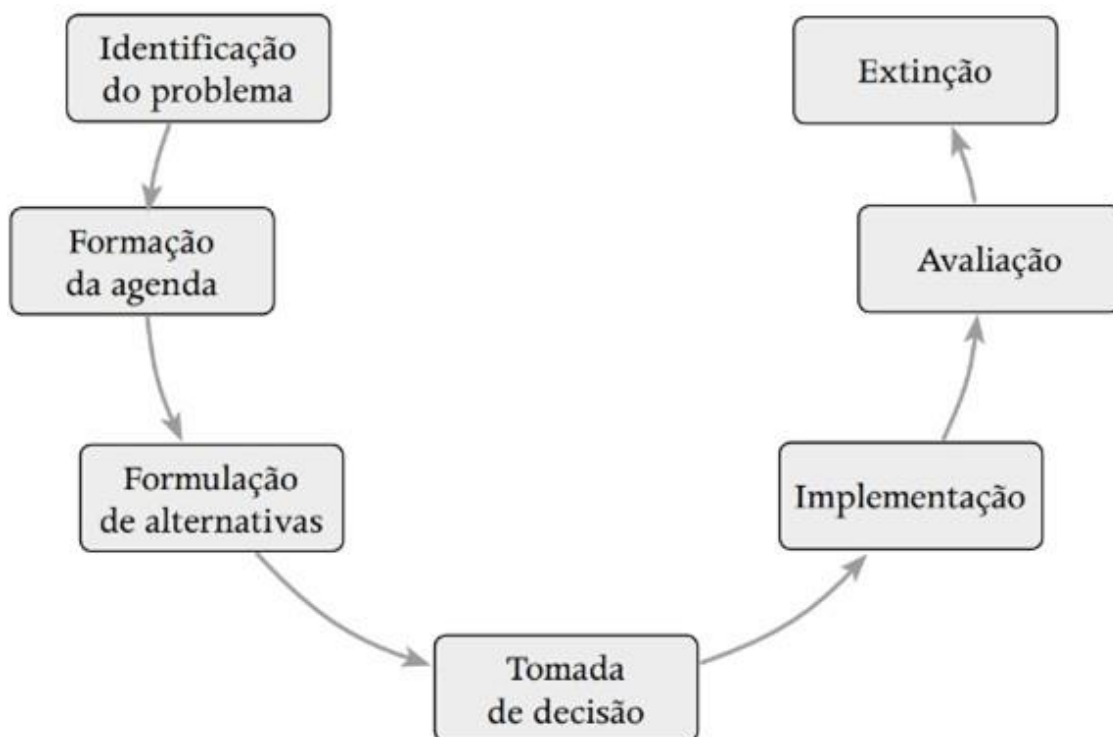
Conforme Souza (2006), para se entender melhor as ações dos governos, alguns modelos explicativos foram desenvolvidos dentro do campo específico da política pública. Uma delas é o ciclo da política pública, que a considera como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios. De acordo com Gonçalves et al. (2017), a palavra ciclo tem origem no termo grego *kýklos*, significando uma série de eventos cíclicos, sempre se renovando.

Segundo Dias e Matos (2012), a vantagem do modelo do ciclo das políticas públicas é apresentá-la como uma sucessão de etapas que formam uma sequência lógica. O modelo pode ser aplicado na análise de qualquer política pública, como também facilita a delimitação do objeto de estudo. A separação da política por fases torna a análise de todo o processo mais fácil de ser compreendida. Sendo importante lembrar que apesar de diferentes, as fases são interligadas e que cada etapa possui seus próprios atores, decisões, restrições, desenvolvimentos e resultados que estão sempre interagindo e se afetando mutuamente.

Segundo Souza (2006), o ciclo da política pública é formado pelos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. O modelo do ciclo das políticas públicas tem ênfase na definição de agenda.

Para Dias e Matos (2012), com relação às etapas do ciclo de políticas públicas, não há consenso entre os autores sobre o número de fases ou estágios, existe a variação que vai desde o modelo com quatro etapas básicas até o modelo com sete etapas. Apesar dessa falta de consenso, as divisões do ciclo de políticas públicas apresentam etapas comuns a várias propostas, como as etapas de formulação, de implementação e de avaliação.

Para Secchi, Coelho e Pires (2019), o modelo do ciclo das políticas públicas é composto por sete fases, são elas: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção, conforme representado na Figura 1.

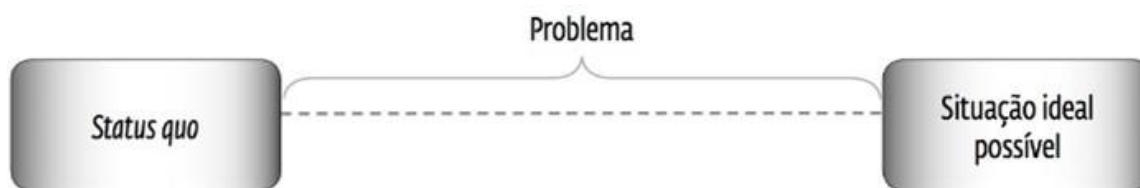
Figura 1- Ciclo das Políticas Públicas

Fonte: Secchi, Coelho e Pires (2019).

De acordo com Secchi, Coelho e Pires (2019), alguns autores afirmam que não existe um ponto exato de início e fim de uma política pública, que seu processo é incerto, sendo preciso revisar as decisões de forma constante, e que as etapas não têm limites bem definidos.

Para Dias e Matos (2012), um processo de formação de política pública tem início com a identificação de situações que necessitem da intervenção do governo. Contudo, para que um problema seja incluído na agenda de governo, ele deve ser considerado de cunho público, decorrente de mobilização política, através de atores articulados. O problema público é uma construção que passa pelo reconhecimento social como um embaraço e torna-se passível de entrar para a agenda de governo.

Segundo Secchi (2016), um problema público, ilustrado na Figura 2, é uma situação não ideal para a qual é vista uma possibilidade de melhoria, ou situação ideal. Como, por exemplo, a situação de permanência acadêmica de alunos em situação de vulnerabilidade social.

Figura 2- Problema público

Fonte: Secchi (2016).

O problema público pode surgir em três situações: o perecimento do *status quo* (situação atual), a percepção de uma oportunidade de melhoria da situação e a mudança na percepção dos atores envolvidos quanto às situações. A identificação do problema pode ser feita pelos grupos afetados, pelos meios de comunicação através de denúncias, políticos e gestores públicos. A identificação do problema é a primeira etapa do ciclo da política pública (SECCHI, 2016).

Quando o problema público é identificado por algum dos atores envolvidos e, quando há o interesse de resolução do problema, o ator pode batalhar pela sua inclusão na lista de prioridades do governo. Essa lista de prioridades é chamada de agenda (DIAS; MATOS, 2012).

A agenda pode ser considerada como uma lista de problemas ou temáticas entendidas como importantes para a sociedade e os governos. Ela pode ser um programa de governo, planejamento orçamentário, um estatuto partidário, entre outros. Ela não é um documento formal, com uma programação engessada, nem pode assegurar que o problema que foi incluído nela terá resolução certa (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019).

A fase de configuração da agenda é que decidirá se um tema será de fato incluído, excluído ou terá sua entrada adiada para uma data posterior (DIAS; MATOS, 2012). Para Gonçalves et al. (2017), a agenda é o resultado de processo competitivo que dele se extraem temas que receberão a atenção dos governos.

Existem dois tipos de agenda: a agenda política, também chamada de agenda sistêmica, que é a reunião de temas que os atores políticos percebem como necessários de intervenção política; e agenda formal ou agenda institucional, que elenca os problemas que o governo já decidiu tentar resolver (COBB; ELDER, 1983 apud SECCHI; COELHO; PIRES, 2019).

Segundo Souza (2006), as agendas são definidas por três tipos diferentes de influência: a primeira tem foco nos problemas, o reconhecimento e a definição dos problemas alteram os resultados da agenda; a segunda tem foco na política em si, em como é construída

a consciência sobre a necessidade de resolução de um determinado problema. A terceira focaliza os participantes, eles são divididos em visíveis e invisíveis. Os participantes visíveis são os políticos, mídia, partidos, grupos de pressão, entre outros, e eles seriam responsáveis por definir a agenda. Já os participantes invisíveis seriam acadêmicos e burocracia e seriam responsáveis por definir as alternativas.

Os problemas podem entrar e sair da agenda a qualquer momento. Alguns podem ganhar muita visibilidade e importância e depois perderem a relevância (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019). Para Secchi (2016), os problemas são classificados em súbitos, incrementais, em declínio, estáveis e cíclicos, conforme Figura 3.

Figura 3 - Tipos de problemas públicos



Os problemas súbitos, como o próprio nome já diz, são aqueles que são incluídos na agenda de forma súbita. São exemplos: catástrofes climáticas, epidemias ou pandemias e escândalos de corrupção. Os problemas incrementais são os que vão ganhando espaço na agenda de forma gradual, por exemplo: o aumento dos congestionamentos nas grandes cidades. Os problemas em declínio são o contrário dos incrementais, eles vão perdendo espaço na agenda, por exemplo: a melhoria do saneamento básico nas cidades que contribuem para a diminuição de problemas relacionados à higiene. Os Problemas estáveis são aqueles que estão estagnados, nem avançam e nem retrocedem ao longo do tempo. Exemplo disso é a situação precária das calçadas no Brasil. Problemas cíclicos são aqueles que ganham ou perdem lugar na agenda a depender da sazonalidade, por exemplo: a inundação sazonal de áreas ribeirinhas (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019).

No que diz respeito   política de assistência estudantil, com a expansão e a democratiza o do ensino superior federal, houve a necessidade de garantir a permanência dos estudantes em situa o de vulnerabilidade socioeconômica nas universidades. Assim, esta questão passou a ser debatida e, posteriormente, entrou para a agenda governamental (BRITO, 2018).

Após a inclusão do problema na agenda, começam os trabalhos para que os atores envolvidos consigam solucioná-los. A formulação de alternativas de solução passa por um processo de votação, formal ou informal, em que são estabelecidos os objetivos e estratégias para alcançar a solução mais adequada para o problema em questão. É nesse momento que os políticos, analistas de políticas públicas e outros atores envolvidos no processo sintetizam o que se espera que sejam os resultados da política pública. Nessa etapa, é quando são elaborados os métodos, programas, estratégias ou ações para se chegar aos objetivos estipulados (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019).

Nesse estágio é possível avaliar qual das diferentes alternativas, que foram sugeridas e votadas pelos atores envolvidos no processo, será a mais adequada para o tratamento ou resolução do problema (DIAS; MATOS, 2012).

A tomada de decisão é a fase que sucede a formulação de alternativas, no processo de elaboração de política pública. É quando os objetivos e métodos de resolução dos problemas são avaliados e fixados pelos atores envolvidos (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019).

De acordo com Dias e Matos (2012), está dentro do rol de atuação do Estado, a tomada de decisão nas alternativas de soluções possíveis para tratar ou resolver um problema. Apesar das decisões formais serem tomadas pelo governo, muitos atores estão envolvidos nesse processo. Ao final dessa atividade, quando se obtém a solução considerada mais adequada, algum ator, que pode ser legislativo, prefeito, governador ou secretário, toma as decisões. Esse momento se concretiza com um voto ou assinatura, que são expressas em leis, decretos, normas, resoluções ou programas.

O processo de formulação de políticas públicas pode ser entendido como uma sucessão de negociações entre atores políticos envolvidos no processo. O importante é que, as necessidades e objetivos sejam definidos de maneira democrática, envolvendo a participação social, sendo esta de fundamental importância para a implantação e implementação de políticas públicas que atendam às reais necessidades da população (DIAS; MATOS, 2012).

Para Dias e Matos (2012), o estabelecimento de prioridades, objetivos e metas a serem alcançadas constitui a espinha dorsal de uma política pública, e sinaliza para todos os envolvidos os parâmetros pelos quais devem se orientar as ações na área. Contudo, para que as políticas públicas sejam efetivadas, a condição fundamental é a capacidade de intervenção dos diversos atores políticos envolvidos no processo. As transformações propiciadas pelas políticas públicas só serão possíveis se os agentes forem capazes de diagnosticar e avaliar a

realidade social, econômica e política em que vivem, como também saber interagir e negociar de forma democrática com os diferentes atores envolvidos no processo.

Com relação à política de assistência estudantil, de acordo com o Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, é responsabilidade da instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados. As ações de assistência estudantil devem ser executadas, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2010).

Apesar das instituições de ensino possuírem certa autonomia na elaboração e implementação das ações de assistência estudantil, existem diretrizes a serem observadas. As instituições devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2010).

O estágio em que ocorre a aplicação da política é a implementação da política pública. Nessa fase, os discursos e as palavras se transformam em fatos concretos, quando as ações dos governos são colocadas em prática (DIAS; MATOS, 2012).

Segundo Rodrigues (2010), nessa etapa, também acontece o planejamento administrativo e de recursos humanos do processo da política pública. Nesse sentido, a fase da implementação da política pública é o momento em que o Governo ou instituição se prepara para colocar as ações em prática.

Para Dias e Matos (2012), embora a implementação de políticas públicas esteja nas mãos dos gestores, a sociedade civil também pode ter atuação importante para que uma política saia do papel. Partindo do princípio que o problema da implementação da política não é apenas um desafio gerencial, pode-se dizer que outros atores também devem ser envolvidos nesse processo. Os agentes que estão entre o Estado e a sociedade, desenvolvendo suas atividades, têm oportunidades de influenciar a implementação da política pública. Sendo assim, professores, médicos, policiais, funcionários de atendimento ao público exercem papel fundamental na implementação e rendimento das políticas públicas.

Depois que a política pública é implementada, faz-se necessário medir quais os benefícios que ela trouxe e quanto de impacto ela causou na sociedade. Essa aferição é realizada na etapa de avaliação da política pública. No entanto, a avaliação não deve ser vista como a fase final do processo de planejamento. Ela deve ser realizada em todas as etapas do

ciclo das políticas públicas, assim o gestor poderá observar quais ações podem produzir melhores resultados (DIAS; MATOS, 2012).

De acordo com Rodrigues (2010), a avaliação das políticas públicas consiste em uma análise dos seus impactos, de forma a oferecer ferramentas que irão auxiliar na verificação dos objetivos estabelecidos, como também orientar decisões futuras. Condé (2013) enfatiza a importância da etapa de avaliação, explicando que o investimento público realizado em uma política deve ser verificado quanto ao atendimento de suas metas, objetivos, alcance, eficiência, eficácia e efetividade.

Nesse sentido, Tinôco, Souza e Oliveira (2011) afirmam que a avaliação de uma política pode ser estimulada com a finalidade de esclarecer o planejamento, explicar o processo de implementação e extrair lições dos seus resultados.

Para Condé (2013), o mais efetivo é que o monitoramento e a avaliação estejam previstos e considerados no desenho da política, do programa ou do projeto. A avaliação é uma etapa essencial para o próprio sucesso das políticas, pois é a fase onde os resultados esperados e impactos desejados são verificados.

Chegando no final do ciclo da política pública, segundo Secchi, Coelho e Pires (2019, p. 84), ela tem seu momento “de morte ou extinção”. As razões para a sua extinção são várias e podem ser quando o problema que a gerou foi solucionado; quando o problema, mesmo sem resolução, perde a relevância e sai da agenda ou quando ela tem o prazo de validade expirado. As políticas públicas também podem ser institucionalizadas depois de um tempo. Existem também aquelas que continuam ativas mesmo depois da extinção do problema que a gerou.

De acordo com Dias e Matos (2012), após avaliação e tomada de decisão, a política pública tem a possibilidade de ser reestruturada ou extinta, conforme o sucesso ou o fracasso da sua implementação. Caso os problemas de implementação sejam irrelevantes, a política pode ter continuidade ou ser reestruturada quando necessário. Para os casos em que os problemas de implementação prejudicam a eficácia da política, ou quando o problema foi solucionado, ocorre a extinção da política pública.

O Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 prevê que as instituições de ensino superior devem fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil.

Nesse sentido, Cavalcanti (2015) enfatiza que, a avaliação tem sido definida como um instrumento ou mecanismo de gestão, uma vez que fornece informações e subsídios para tomada de decisão de gestores, formuladores e implementadores de programa.

Segundo Arretche (2009), toda forma de avaliação envolve necessariamente um julgamento, trata-se de atribuir um valor, uma medida de aprovação, ou desaprovação, a partir de certa concepção de justiça. Sem essa fase, não é possível identificar as fragilidades da política e, assim, trabalhar para minimizá-las.

2.3. A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E SEU PAPEL NA PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE

A expansão das IES nos últimos anos, bem como a democratização do acesso a elas, trouxeram mudanças significativas no perfil social, econômico e cultural dos estudantes. Pode-se considerar esse fato como um desafio para as universidades que começaram a lidar com grupos de alunos diferentes dos que recebiam anteriormente (ALLEVATO; MASOLA, 2017).

O incremento das políticas de acesso e de assistência estudantil, com aumento de vagas e ingressantes, não tem sido acompanhado da permanência dos estudantes no sistema, com taxas de diplomação e de conclusão dos cursos de graduação decrescentes, nos últimos anos (PAULA, 2017). Sendo essas políticas, de acordo com Pereira (2008), um conjunto de decisões e ações que resultam em ingerências do Estado e da sociedade.

Atualmente a assistência estudantil tem papel importante na estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais através da democratização da educação superior. No entanto, esse espaço foi conquistado através de muitas lutas sociais, encabeçadas principalmente pelo movimento estudantil, organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), e pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Essas são consideradas as principais entidades engajadas na luta por uma Assistência Estudantil como direito social e como política pública (DUTRA; SANTOS, 2017).

De acordo com Felix (2019), a criação do PNAES, que conferiu à Assistência Estudantil o status de política pública, é recente na trajetória da educação superior no Brasil, apesar dos debates sobre a necessidade de uma intervenção estatal frente às questões de permanência dos estudantes virem de longa data.

Segundo Kowalski (2012), a trajetória histórica de lutas para a formalização da assistência estudantil como uma política pode ser compreendida em três fases distintas. A primeira fase compreende o período que vai desde a criação da primeira universidade até o

período de democratização política. Na segunda fase, já há um espaço propício para uma série de debates e projetos de leis que resultaram em uma nova configuração da Política de Assistência Estudantil nas universidades brasileiras. Em decorrência, a terceira fase abrange um período de expansão e reestruturação das IFES, seguindo até os dias atuais.

A Assistência Estudantil no Brasil foi se construindo a partir de diversos cenários sociais, políticos e econômicos e vencendo os obstáculos à sua inserção na agenda governamental, em decorrência das ideias pré-estabelecidas de que era um gasto desnecessário (DUTRA; SANTOS, 2017).

As discussões sobre os problemas decorrentes do acesso e permanência na educação superior foram ganhando espaço nos Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários/Estudantis e nas reuniões realizadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) (KOWALSKI, 2012).

A partir das discussões realizadas nesses espaços, foi possível a criação, em 1987, do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que contava com Pró-Reitores, Sub-Reitores, Coordenadores e Responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das IFES do Brasil (KOWALSKI, 2012).

Nessas reuniões, os atores envolvidos tinham a intenção de encontrar estratégias para viabilizar a permanência do aluno nas IFES. Os representantes do FONAPRACE defendiam a ideia de incorporar estudantes de baixa renda em suas instituições. Nesse sentido, não bastava garantir o acesso; era necessário também proporcionar as condições para a permanência desses alunos nas universidades (KOWALSKI, 2012).

O FONAPRACE elaborou uma proposta de minuta de um Plano Nacional de Assistência Estudantil, que estabelecia diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos de assistência estudantil nas universidades federais, demonstrando a necessidade de destinação de verbas específicas na matriz orçamentária do MEC (FONAPRACE, 2012).

O Plano Nacional de Assistência Estudantil foi desenvolvido a partir de 9 princípios, são eles: afirmação da educação superior como uma política de Estado; gratuidade do ensino; igualdade de condições para o acesso, permanência e conclusão de curso nas IFES; formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes; garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; orientação humanística e preparação para o exercício pleno da cidadania; defesa em favor da justiça

social e eliminação de todas as formas de preconceito; pluralismo de ideias e reconhecimento da liberdade como valor ético central (FONAPRACE, 2012).

Além disso, a proposta do FONAPRACE estabeleceu quatro áreas de ações estratégicas (permanência; desempenho acadêmico; cultura, lazer e esporte; assuntos da juventude). O Plano Nacional de Assistência Estudantil, somado ao Plano apresentado pela ANDIFES, deu base para a Portaria nº 39 do MEC de 12/12/2007, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (FONAPRACE, 2012).

Um passo importante para essa luta foi a regulamentação do PNAES, o que trouxe um significado mais próximo da perspectiva de direito social (DUTRA; SANTOS, 2017).

2.3.1 - O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)

O PNAES foi instituído em 12 de dezembro de 2007 pela Portaria Normativa nº 39 do MEC. Esse documento foi elaborado pelo FONAPRACE, que há muitos anos vinha discutindo em pautas nacionais a importância da assistência estudantil no decorrer da vida acadêmica e também como um recurso fundamental na incorporação dos estudantes de baixa renda no processo de democratização da universidade pública e gratuita. Pouco depois, em 19 de julho de 2010, o Programa foi transformado em Decreto Lei nº 7.234. Na mesma data, foi aprovado o Decreto nº 7.233, que trata dos procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária e, por consequência, da mudança de rubrica e a possibilidade de transferir recursos de um exercício para outro (KOWALSKI, 2012).

Após ser estabelecido o PNAES, os recursos governamentais foram liberados diretamente no orçamento das IFES, destinados exclusivamente aos programas de assistência estudantil. O PNAES é executado pelo MEC e a transferência de recursos ocorre na ação de código 4002 da peça orçamentária anual, que se chama Assistência ao Educando do Ensino de Graduação (PEIXOTO, 2011).

A definição do montante repassado a cada IFES é feita através do cálculo da chamada Matriz PNAES 78, que considera o Índice de Aluno Equivalente (composto por número de diplomados; duração média do curso; coeficiente de retenção; número de ingressantes; bônus por turno noturno e bônus por curso fora de sede) e o Índice de Desenvolvimento Humano do município onde está localizada a instituição. Ainda com um bônus para as instituições que aderirem ao SISU (FELIX, 2019).

O PNAES tem a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. O programa tem os objetivos de democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010). Sendo o programa um exemplo da política pública materializada (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019).

Conforme o Decreto nº 7234/2010, em seu artigo 3º (BRASIL, 2010), o PNAES deverá ser implementado de maneira articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, de forma a atender aos estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das IFES. As áreas onde deverão ser desenvolvidas as ações de assistência estudantil do PNAES são elencadas no referido decreto, art. 3, § 1º, são elas:

- I - moradia estudantil;
 - II - alimentação;
 - III - transporte;
 - IV - atenção à saúde;
 - V - inclusão digital;
 - VI - cultura;
 - VII - esporte;
 - VIII - creche;
 - IX - apoio pedagógico; e
 - X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.
- (BRASIL, 2010),

Os critérios e a metodologia de seleção dos alunos beneficiários ficarão a cargo da instituição de ensino. Serão atendidos, no âmbito do PNAES, prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo dos demais requisitos fixados pelas IFES (BRASIL, 2010).

Embora o PNAES seja um programa nacional, cada IFES tem autonomia para utilizar seus recursos disponibilizados, conforme suas demandas, particularidades locais e especificidades regionais. O objetivo é contribuir para que haja melhoria no desempenho acadêmico do aluno, prioritariamente de baixa renda, para evitar e/ou diminuir os índices de retenção e evasão dos estudantes. (KOWALSKI, 2012).

Nesse sentido, Vasconcelos (2010) aponta que, a assistência estudantil está relacionada com todas as áreas dos direitos humanos, comportando um conjunto de ações que promovam condições adequadas de saúde, acompanhamento pedagógico, o acompanhamento

às necessidades educativas especiais, e o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante, tais como: moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros.

De acordo com Nascimento (2012), apesar da abrangência das dez áreas definidas pelo PNAES, nem todas as IFES desenvolvem programas e ações em todas as áreas sugeridas; na prática há uma prevalência do que a autora chama de tripé da assistência estudantil: bolsas, alimentação e moradia.

Historicamente, as IFES desenvolvem as suas atividades de assistência estudantil, a partir das demandas apresentadas pelos estudantes. As Pesquisas do Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes indicam parâmetros para definir melhor os programas e projetos a serem desenvolvidos nas instituições. Pelo que tem se observado, das análises dos dados coletados, existe a necessidade de adequar a oferta de serviços em qualidade e quantidade, com relação à demanda (FONAPRACE, 2012).

Nesse sentido, também se observa a necessidade de estabelecer uma metodologia de acompanhamento e avaliação da assistência praticada e qualificar as ações desenvolvidas para a melhoria do desempenho acadêmico do estudante usuário dos serviços. Para o FONAPRACE, a avaliação dos programas e projetos institucionais destinados aos estudantes deverá ser realizada pela Instituição, com a participação dos discentes e demais Pró-Reitorias, subsidiando o seu trabalho na avaliação permanente do Plano Nacional de Assistência (FONAPRACE, 2012).

A Assistência Estudantil deve ser entendida como uma política educacional com classificação em ação afirmativa, uma vez que tem legislação própria e se trata de ações de cunho assistencial desenvolvidas no âmbito da educação e não como uma Política de Assistência Social (NASCIMENTO, 2012).

Frente às incertezas do cenário político, e a fragilidade jurídica de um decreto, a principal reivindicação do FONAPRACE e do movimento estudantil, representado pela UNE, em relação à assistência estudantil é a de que o PNAES se torne Lei Federal e que haja aumento dos recursos financeiros, humanos e de infraestrutura, para consolidação de uma política de assistência estudantil nas IFES (SANTOS; DUTRA, 2017).

O que é corroborado por Figueiredo (2019) quando fala da necessidade de fortalecimento da luta em prol da política de AE, principalmente tendo em vista o atual cenário político e econômico do país, que é de contingenciamento de recursos para a educação superior pública e, conseqüentemente, para a assistência estudantil.

De acordo com Felix (2019), no ordenamento jurídico brasileiro, um decreto presidencial não é a forma mais segura de se normatizar uma política pública, pois pode ser revogado a qualquer momento por um ato do poder executivo federal, sem um amplo processo de discussão acerca das implicações dessa medida. Nesse sentido, a assistência estudantil ainda permanece numa posição de fragilidade no tocante à sua regulamentação, sendo o seu reconhecimento em forma de lei um dos desafios a serem enfrentados por aqueles que lutam pelo direito de todos à educação.

O PNAES é considerado uma importante política de permanência e inclusão social na educação superior. No entanto, ele não tem atendido às demandas de todos os estudantes, pois seus recursos são insuficientes para o público das IFES, o que acarreta o desenvolvimento de ações que são marcadas pela seletividade; focalização; predominância da oferta de bolsas; critérios de elegibilidade e condicionalidades, dificultando a ampliação das demandas dos estudantes e dos programas desenvolvidos (ALMEIDA, 2019).

Nesse sentido, se faz necessário pensar em uma assistência estudantil que possa ser acessada por todos os estudantes, desenvolvida a partir da construção de equipamentos permanentes na infraestrutura das IFES, como: Residências Universitárias; Restaurante Universitário; Creches; Espaços Recreativos e de Esporte; Serviços de Saúde, etc (ALMEIDA, 2019).

2.3.2 - A Assistência Estudantil na Universidade Federal Rural do Semi-Árido

A UFERSA, *lócus* dessa pesquisa, é originária de uma Escola Superior de Agricultura (ESAM), criada pela Prefeitura Municipal de Mossoró, no ano de 1967, através do Decreto nº 03, de 18 de abril de 1967. Em 1969, essa escola foi inserida à Rede Federal de Ensino Superior, através do Decreto nº 1.036, de 21 de outubro de 1969. E em 2005 foi transformada em Universidade Federal Rural do Semiárido pela Lei 11.155, de 29 de julho de 2005. Atualmente, a instituição possui 04 campi (Mossoró, Angicos, Caraúbas e Pau dos Ferros), todos localizados na região do semiárido potiguar (ALMEIDA, 2019).

A história da assistência estudantil da UFERSA começou logo após a aprovação do PNAES, em 2007. Na época da ESAM, a instituição desenvolvia assistência ao estudante através da moradia estudantil; a primeira casa da ala masculina foi inaugurada em 1968, e no início de 1980 foi implantada a primeira casa feminina (ALMEIDA, 2019).

Após a regulamentação do PNAES, a UFERSA criou o Programa Institucional de Bolsa Atividade, por meio da resolução CONSUNI/UFERSA nº 001, de 18 de julho de 2008, sendo desativado em 2010. No mesmo ano foi criado o Programa Institucional Permanência (PIP), através da Resolução CONSUNI/UFERSA nº 01, de 08 de fevereiro de 2010. Neste regulamento foi estabelecido que o planejamento, o gerenciamento e a execução das ações de assistência estudantil são de responsabilidade da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE).

O PIP foi criado para ampliar as condições de permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, dos cursos de graduação presencial buscando reduzir as taxas de retenção e evasão (ALMEIDA, 2019).

Atualmente está em vigor o Programa Institucional de Assistência Estudantil (PIAE), que foi aprovado pela Resolução CONSUNI/UFERSA nº 003/2020 de 29 de julho de 2020, tendo como finalidade ampliar as condições de permanência dos discentes dos cursos de graduação presenciais da UFERSA, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, durante o tempo regular do seu curso acrescido de dois semestres letivos regulares. As ações de assistência estudantil executadas pela UFERSA, através do PIAE, contemplam as áreas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às demandas identificadas (UFERSA, 2020).

O PIAE, baseando-se no PNAES, tem como objetivos: democratizar as condições de permanência de discentes na UFERSA; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social por meio da educação (UFERSA, 2020).

As ações de assistência estudantil executadas pela UFERSA, por meio do PIAE, devem abranger as áreas de ensino, pesquisa e extensão e outras áreas que atendam às demandas identificadas, considerando a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras mediante a disponibilização de serviços e concessão de benefícios. O Programa é administrado pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE) e assessorada pela Coordenação de Assuntos Estudantis (COAE) de cada campus (UFERSA, 2020).

O PIAE é constituído por diversas modalidades de assistência estudantil, organizadas na forma de bolsas, auxílios e moradia estudantil, que são elencadas no art. 5º da Resolução CONSUNI/UFERSA nº 003/2020 de 29 de julho de 2020, são elas:

- I. Bolsa Acadêmica: consiste em subvenção financeira, com periodicidade de desembolso mensal, destinada a apoiar a formação acadêmica discente de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura, sob a orientação de um docente ou técnico-administrativo, excetuando-se a monitoria.
- II. Bolsa Esporte: consiste em subvenção financeira, com periodicidade de desembolso mensal, destinada a discentes que possuam alguma habilidade esportiva para apoiar as atividades oferecidas pela UFERSA, sob a orientação de um docente ou técnico-administrativo.
- III. Moradia Estudantil: consiste em conceder vaga em uma das unidades habitacionais da UFERSA, sendo destinada aos discentes que comprovem não ter residência familiar na cidade do campus em que esteja matriculado. A Vila Acadêmica Vingt-Un Rosado (Mossoró) tem hoje capacidade para 399 discentes, sendo 213 vagas na ala masculina e 197 na ala feminina.
- IV. Auxílio Moradia: consiste em auxílio, com periodicidade de desembolso mensal, destinado a discentes que estão na suplência da Moradia Estudantil, não tendo sido contemplados com uma vaga para o semestre letivo regular em que concorreram.
- V. Auxílio Alimentação: consiste na gratuidade das refeições diárias oferecidas pelos Restaurantes Universitários da UFERSA, durante o semestre letivo regular, exceto aos sábados à noite, domingos e recessos previstos no calendário acadêmico.
- VI. Auxílio Transporte: auxílio com periodicidade de desembolso mensal, destinado aos discentes que tenham despesas com transporte no deslocamento da residência até a UFERSA.
- VII. Auxílio Didático: auxílio que objetiva possibilitar a participação do discente em cursos complementares à formação acadêmica, aquisição de materiais e outros recursos didáticos indispensáveis ao acompanhamento dos componentes curriculares dos cursos de graduação.
- VIII. Auxílio Inclusão Digital: consiste em subvenção financeira, com o objetivo de possibilitar a participação do discente nos eventos e atividades unicamente digitais e executadas de forma remota pela Universidade para aquisição de equipamentos tecnológicos e contratação de planos de internet.
- IX. Auxílio Creche: subvenção financeira, com periodicidade de desembolso mensal, destinado a discentes que tenham filho em idade pré-escolar (até 6 (seis) anos incompletos), desde que faça parte do seu núcleo familiar, para despesas com creche ou outras relacionadas à manutenção infantil, enquanto desempenham suas atividades acadêmicas. Na hipótese de ambos os pais serem discentes da UFERSA, apenas um poderá ser assistido pelo auxílio de que trata o caput. No caso de pais divorciados, separados ou que não vivem juntos, receberá o auxílio aquele que detiver a guarda legal do dependente e, em caso de guarda compartilhada, o auxílio será destinado à mãe.
- X. Auxílio Acessibilidade: auxílio com periodicidade de desembolso mensal, destinado a discentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.
- XI. Auxílio Saúde: subvenção financeira destinada aos discentes que estejam com seu rendimento acadêmico comprometido em função de problemas de saúde física ou mental, necessitando de tratamento, medicamentos ou exames indisponíveis ou de longa espera no Sistema Único de Saúde (SUS).
- XII. Auxílio Emergencial: subvenção financeira destinada aos casos excepcionais e momentâneos e que não se enquadrem em situações e prazos previstos nos editais regulares da assistência estudantil (UFERSA, 2020).

De acordo com Almeida (2019), as informações sobre o PIAE mostram que as ações de assistência estudantil desenvolvidas na UFERSA, seguem as orientações das áreas do PNAES, sendo desenvolvidas tanto na forma de subvenção financeira ou através de serviços de apoio ao estudante (moradia, RU, serviços especializados). No entanto, ainda existem algumas áreas do PNAES que não estão consolidadas.

As normas complementares, como o número de vagas e os valores de cada modalidade, os requisitos gerais e específicos das modalidades serão estabelecidos e divulgados em edital. A divulgação do edital é realizada semestralmente pela PROAE, considerando a disponibilidade orçamentária, até o início de cada semestre letivo regular (UFERSA, 2020).

Sobre as modalidades do PIAE, existe a possibilidade dos discentes participarem de mais de uma, salvo algumas exceções. No entanto, o discente não poderá acumular os benefícios do PIAE, que possuem subvenção financeira, com periodicidade de desembolso mensal, com nenhuma outra bolsa concedida pela UFERSA ou órgãos e entidades externas, estágios, vínculo empregatício ou atividade remunerada. A vigência dos benefícios do PIAE, exceto a Moradia Estudantil e os Auxílios Saúde e Emergencial, será de um semestre letivo regular, podendo ser renovada por igual tempo, desde que o discente assistido não se enquadre em nenhum dos requisitos que tratam do desligamento do estudante (UFERSA, 2020).

Nesse contexto, o FONAPRACE (2012) sugere que a assistência estudantil precisa estar para além de uma prática fundamentada apenas em programas de repasse financeiro, e se ampliar para o atendimento dos estudantes em seus diversos aspectos e necessidades, oferecendo condições para promover a permanência e auxiliar no desempenho acadêmico dos discentes.

Almeida (2019) destaca que, a assistência estudantil não deve ser pensada apenas do ponto de vista das necessidades básicas da vida, como moradia e alimentação, mas deve ampliar as possibilidades e desenvolver ações para além do atendimento das questões materiais, levando em consideração as particularidades da região em que cada IFES está inserida e do público atendido pela universidade.

Segundo o estudo realizado por Almeida (2019), que pesquisou sobre a Assistência Estudantil como estratégia de combate à evasão e retenção nas universidades federais, realizado na UFERSA, a maioria dos entrevistados sinalizou que alguns eixos do PNAES não

estão sendo contempladas nas ações desenvolvidas na UFERSA, como inclusão digital; cultura; lazer e espaços para repouso/descanso dos estudantes.

Ainda de acordo com Almeida (2019), algumas áreas em que são realizadas atividades foram consideradas frágeis e precisam de ampliação para atender às necessidades dos estudantes, como assistência à saúde; apoio aos estudantes com filhos e discentes com deficiência.

Sobre as ações voltadas para os estudantes com filhos, a UFERSA dispõe do auxílio creche. O auxílio consiste em subvenção financeira, no valor de R\$230,00 (duzentos e trinta reais), com periodicidade de desembolso mensal, destinado a discentes que tenha filho em idade pré escolar (até 6 (seis) anos incompletos), desde que faça parte do seu núcleo familiar, para despesas com creche ou outras relacionadas à manutenção infantil, enquanto desempenham suas atividades acadêmicas (UFERSA, 2020).

Atualmente existem 17 (dezesete) beneficiários (as) do auxílio, no Campus de Mossoró, sendo 13 (treze) mulheres e 04 (quatro) homens.

2.3.3 - As estudantes-mães e os desafios da permanência na universidade

A educação no geral, especialmente a educação superior, tem lugar estratégico nos processos de transformação social, agindo como meio de desenvolvimento tecnológico e como ferramenta de aumento do discernimento e do senso crítico da população (MARQUES e CEPÊDA, 2012).

Pode-se dizer que, para determinados grupos, a educação é o único meio de transformação social. Nesse mesmo sentido, Guedes (2008) diz que o acesso às universidades representa a possibilidade de ascensão social e concorrência por melhores postos de trabalho.

Para se concluir um curso superior existem diversas dificuldades, independente de classe ou gênero. São muitos desafios que os estudantes enfrentam para permanecerem na universidade e concluírem os seus cursos. Quando o estudante se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica, as complicações são ainda maiores, visto que se defronta com despesas com livros, transporte, alimentação, entre outras, que muitas vezes não podem ser supridas pela família. Fato que leva o estudante a trabalhar para conseguir se formar.

Zago (2006), pesquisando sobre o percurso de estudantes de camadas populares na universidade, verificou que após a aprovação no vestibular, a finalização do curso é outra conquista para os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. Mesmo o ensino gratuito,

proporcionado pelas universidades públicas, demanda dos estudantes recursos financeiros para arcar com aspectos da subsistência como moradia, alimentação, transporte, recursos didáticos, etc. Para dar conta dessas necessidades materiais, os estudantes pesquisados pela autora tiveram que exercer atividades remuneradas.

Segundo Santos (2009), o estudante precisa de condições materiais mínimas para se manter na universidade, como dinheiro para alimentação, transporte, moradia e material didático. Não obstante, também são necessários outros elementos para auxiliar na vida acadêmica, como apoio pedagógico, boas relações com os indivíduos ao seu redor e etc. O que é corroborado por Zago (2006), quando diz que os desafios encontrados pelos estudantes de origem humilde, para permanecer na universidade, vão além dos aspectos materiais.

Para Santos (2009), a permanência relativa às coisas materiais, como alimentação e moradia é chamada, como o nome já diz, de permanência material. Com a intenção de ter recursos para se manter na universidade de forma material, os estudantes podem abrir mão de participar de forma plena e ativa das atividades acadêmicas, para poder trabalhar. O que pode fazer com que esses estudantes se sintam excluídos de certo modo.

Já a permanência associada ao que não é material, como os medos e dificuldades dos estudantes, a sensação de pertencimento ou não ao ambiente universitário; é nomeada por Santos (2009), de permanência simbólica. É a situação de inadaptação, de exclusão que impede a permanência simbólica dos alunos que ingressam na universidade.

O estudante recém ingresso precisa se sentir igual, sentir que pertence àquele ambiente. Para isso, é necessário participar das atividades disponíveis na universidade, de interação, viver a universidade de forma plena. Sendo complicado para o/a estudante que trabalha e, por isso, frequenta a universidade apenas para assistir aula. O que se torna ainda mais difícil para a estudante que é mãe e precisa cuidar do filho quando não está assistindo aula e muitas vezes, trabalhar também (SANTOS, 2009).

Zago (2006) apresentou em sua pesquisa sobre, diversas situações onde os estudantes confrontam o que gostariam de fazer com o que é possível de ser feito, como a falta de tempo para dar conta das atividades do curso, ou a falta de recursos para participar de eventos sociais e culturais, ou adquirir livros, por exemplo.

De acordo com Santos (2009), é muito claro que as ações voltadas para a permanência estudantil não podem ser resumidas ao assistencialismo, sendo necessárias ações que possam apoiar também a permanência simbólica dos estudantes, ou seja, que contribuam para o processo de interação, reconhecimento e pertencimento ao grupo.

Figueiredo (2019) observa também que a permanência estudantil possui dois sentidos diferentes, envolvendo a permanência material e a simbólica. Assim, o estudante conseguiria a permanência plena na universidade se, além das necessidades básicas garantidas, houvesse a participação desse estudante nas atividades da universidade, interação com os colegas e etc.

Segundo a V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018 (FONAPRACE, 2019), um dado que se destaca é o percentual de estudantes inseridos na faixa de renda mensal familiar *per capita* até um e meio salário mínimo, faixa de renda atendida, prioritariamente, pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Em 1996, na primeira edição da pesquisa, 44,3% do corpo discente estavam enquadrados nessa classe de renda. Esses percentuais permaneceram próximos nos levantamentos realizados em 2003 e 2010. Porém, a partir de 2014, os estudantes nessa faixa de renda passaram a ser 66,2% do total de estudantes da graduação, chegando a 70,2%, em 2018. Tornando-se um grupo bastante expressivo nas IFES (FONAPRACE, 2019).

Os estudantes, na faixa de renda mensal familiar *per capita* até um e meio salário mínimo, podem ser considerados em situação de vulnerabilidade social e econômica. Quando se fala em vulnerabilidades em termos gerais, diz respeito à condição decorrente da pobreza e da privação (ausência de renda, precário ou inexistente acesso aos serviços públicos), da fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (FONAPRACE, 2019).

Não se trata, simples e exclusivamente, de uma condição de renda, na medida em que é possível estar vulnerável em muitas situações sem que sua renda familiar mensal *per capita* esteja abaixo dos parâmetros do PNAES. Mais do que isto, vulnerabilidades distintas podem se combinar, multiplicando seus efeitos (FONAPRACE, 2019).

Somados a todas as dificuldades encontradas pelos estudantes de baixa renda, estão os desafios de ser mãe, muitas vezes mãe-solo, e continuar desempenhando as suas atividades na condição de estudante e trabalhadora. Segundo Venturini (2017), por muitos anos a educação superior foi considerada um privilégio masculino e a presença das mulheres nas IES brasileiras não era expressiva.

Para Santos (2014), a mulher tendo o seu papel social centralizado no lar, sempre foi minoria nos espaços formais de educação. Apenas na década de 1970 é que essa situação começa a se alterar, com o início de questionamentos a respeito da posição social e econômica da mulher e uma maior procura e acesso das mulheres às universidades.

Para Guedes (2008), as mudanças ocorridas através da abertura do regime político ditatorial, pela liberalização sexual e pelo ressurgimento do movimento feminista, foram de suma importância para o espaço ocupado pelas mulheres no processo de escolarização da população brasileira.

Não obstante às dificuldades enfrentadas pelas mulheres, em busca de mudar a sua história, ultrapassar barreiras, a tendência de crescimento da participação discente do sexo feminino nas IFES é ascendente, alcançando 54,6% da população-alvo, mostrando que as mulheres vêm conseguindo um lugar de destaque na educação superior. Houve um aumento de 3,2% em 2018, relativamente à pesquisa realizada em 1996, pelo FONAPRACE, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Sexo dos (as) estudantes das IFES – 1996 a 2018 (%)

Sexo	Pesquisa	1996 ¹	2003 ¹	2010 ¹	2014 ¹	2018
Feminino	IFES	51,4	53,0	53,5	52,4	54,6
	PNAD/IBGE	51,2	51,2	51,0	51,6	51,1
Masculino	IFES	48,6	47,0	46,5	47,5	45,1
	PNAD/IBGE	48,8	48,8	49,0	48,4	48,9
Sem declaração		-	-	-	0,2	0,3

Fonte: Fonaprace (2019).

Em todas as regiões geográficas, discentes do sexo feminino superam os do sexo masculino na composição do corpo discente das IFES. Esse crescimento da participação do sexo feminino se confirma ao longo das pesquisas de perfil estudantil da IFES, enquanto que, na composição nacional da população, as proporções permaneceram estáveis ao longo dos anos, com ligeira superioridade deste sexo (FONAPRACE, 2019).

No que diz respeito à distribuição do sexo dos estudantes das IFES nas regiões do país, houve um aumento da proporção feminina em 2018 em relação à pesquisa passada, de 2014, com exceção da região Centro-Oeste onde essa proporção permaneceu estável. No Nordeste, o crescimento foi da ordem de 2p.p., no Sul em torno de 2,5 p.p. e no Sudeste atingiu 3 p.p. Em todas as regiões, estudantes do sexo feminino superam os do sexo masculino na composição do corpo discente das IFES. Em todos os estados, elas são maioria, exceto no Ceará e no Rio Grande do Norte (FONAPRACE, 2019).

A superioridade numérica do sexo feminino nas IFES brasileiras, em todas as regiões, é expressão de um fenômeno que se verifica no próprio percurso educacional e muito antes delas entrarem no ensino superior, posto que já são maioria no ensino médio. Ademais, pessoas do sexo feminino buscam o ensino superior como forma de reduzir as desigualdades sociais, almejando carreiras e remuneração que lhes garantam minimamente conciliar, por exemplo, maternidade e trabalho, em determinado momento profissional, e usufruir de benefícios e direitos trabalhistas (FONAPRACE, 2019). Nesse contexto, as mulheres são um público numericamente expressivo e, que necessita de ações que contribuam para sua permanência na universidade.

Em contraponto às conquistas acadêmicas, conforme Sousa e Guedes (2016), o fato da diminuição das fronteiras entre o produtivo (homens) e reprodutivo (mulheres) não é acompanhado pela participação dos homens no ambiente doméstico. É bem verdade que, nas últimas décadas, as mulheres estão cada vez mais ocupando espaços que antes eram majoritariamente masculinos. No entanto, esse movimento não é acompanhado de uma revisão dos limites das responsabilidades femininas para com a casa e família. Isso significa que a esfera de reprodução da família como educação e demais cuidados continua, em sua maioria, a cargo das mulheres. O que gera uma sobrecarga que, por vezes, pode ser o limiar entre a evasão ou prosseguimento na universidade.

Santos (2014) em sua pesquisa sobre a permanência de mães trabalhadoras nos bacharelados interdisciplinares da Universidade Federal da Bahia definiu como um dos maiores achados do seu estudo que o percurso universitário não é trilhado como uma linha reta. Segundo a autora, os relatos colhidos mostram que as dúvidas, paradas e recomeços fazem parte do processo de se tornar e permanecer uma estudante universitária.

Segundo a V Pesquisa do FONAPRACE, o percentual de estudantes que têm filhos nas IFES é de 11,4%. A maioria que tem 4(quatro) ou mais filhos (53,4%) são do sexo masculino; e a maior parte com 1(um) filho (60%) é do sexo feminino. Esses dados mostram que à medida que cresce o número de filhos (as) diminui o percentual de estudantes do sexo feminino, o que indica que maternidade e vida acadêmica são mais difíceis de conciliar, quando as estudantes têm mais de 1(um) filho. Dado que pode estar relacionado com o papel histórico da mulher, o de cuidadora. Observou-se ainda que a maioria dos discentes solteiros e com filhos (68,5%) é do sexo feminino (FONAPRACE, 2019).

Essas informações mostram a necessidade de se investir em políticas de creche nas IFES, de modo que possa garantir a permanência dos estudantes com filhos, principalmente

para as mulheres, que socialmente são mais demandadas na criação dos filhos e isto afeta a continuidade dos estudos (FONAPRACE, 2019).

A maternidade pode ser um fator complicador e deixar as jovens estudantes em situação delicada, até mais do que seria para mulheres mais velhas e com mais estabilidade financeira. Pois, ao contrário das pesquisadoras que se tornam mães ao longo da carreira acadêmica, as estudantes-mães são jovens em situação de dependência total ou parcial de suas famílias de origem, o que já configura um arranjo relacional e situacional bem diferente (URPIA, 2009).

Madsen (2008, p. 24), em estudo realizado sobre a construção da agenda de gênero na educação brasileira, afirma que as desigualdades de gênero na educação estão localizadas:

No acesso a diferentes disciplinas e carreiras, na divisão de tarefas dentro e fora de sala de aula entre os/as alunos/as, os/as professores/as, entre os campos disciplinares de ensino/aprendizagem e de estudo, entre a equipe da escola de maneira geral, nos livros e materiais didáticos, nas relações entre os atores da comunidade escolar, na violência presente nas escolas, na representação e na participação política. Estão presentes também na elaboração dos currículos, na escolha de conteúdos e na maneira como esses conteúdos são apresentados e desenvolvidos.

Ainda de acordo com Madsen (2008), o fato de as mulheres apresentarem melhores indicadores educacionais está longe de poder levar à conclusão de que as desigualdades de gênero no campo educacional estão resolvidas e se refletindo em melhores ganhos para elas no mercado de trabalho. Nesse contexto de expressividade feminina nas IES, mesmo sem estarem em situação confortável, é que se justifica que as políticas de permanência precisam ser eficazes para auxiliar as mulheres nesse processo.

A seguir serão apresentados os trabalhos de Urpia (2009), Ávila (2010), Santos (2014) e Figueiredo (2019), que abordam a problemática vivenciada por estudantes-mães para conseguirem permanecer na universidade.

Em sua pesquisa sobre tornar-se mãe no contexto acadêmico, Urpia (2009) investigou a experiência de jovens estudantes que se tornaram mães durante o percurso universitário. A autora analisou, a partir dos relatos autobiográficos e da observação participante na Creche da UFBA, os significados dessa experiência vivida por essas estudantes e considerou como algo desafiador, principalmente pela condição de dependência financeira em relação à família.

Urpia (2009) evidenciou em seu estudo que o percurso percorrido por essas estudantes é marcado por retomadas, idas e voltas. Foi ressaltado pela autora que o sucesso na retomada do curso não dependeria exclusivamente do esforço e da boa vontade da estudante-mãe, mas sim de inúmeras variáveis independentes. Desse modo, era necessário persistência, superação

e estratégia para conseguir conciliar as tarefas acadêmicas, os cuidados com o filho, os afazeres domésticos e, às vezes, também com o trabalho formal.

Para Urpia (2009) a esperança de um futuro melhor, para seus filhos e para elas, é o que leva essas mulheres a não desistirem diante de todas as dificuldades que surgem durante o percurso universitário. Para conseguirem permanecer na universidade na condição de estudantes-mães, essas mulheres precisam recorrer à família, a creche, amigos, dentre outros.

Entretanto, Urpia (2009) ressalta que esses não deveriam ser os únicos recursos com os quais essas mães poderiam contar, pois é necessário o apoio institucional da universidade, de modo que as políticas de assistência passem a contemplar as diferentes demandas estudantis, inclusive das estudantes-mães.

Ávila (2010) em sua pesquisa, problematizou o acesso e permanência na universidade pública de mulheres oriundas das camadas populares que levam uma tríplice jornada de trabalho diária. Essas mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado dos filhos, exercem ocupação profissional como provedoras ou co-provedoras da renda familiar e cursam a universidade no período noturno.

De acordo com Ávila (2010), a entrada na universidade faz com que, para as mulheres com tríplice jornada diária, o tempo, que já é pouco, se torne ainda mais escasso. Adaptar a vida e a rotina diária a mais uma atribuição não é uma tarefa simples para as mulheres que já têm uma dupla jornada de trabalho e começam a estudar à noite, situação que se torna motivo de desgaste e muito sofrimento. Ávila enfatizou que, mesmo para as estudantes que se diziam organizadas, tentar organizar o tempo e manter as atividades em dia nem sempre era possível.

Ávila (2010) observou em todas as falas que a impossibilidade de um desempenho mais satisfatório está relacionada à insuficiência de tempo para se dedicarem aos estudos. Após estarem envolvidas o dia inteiro com o trabalho remunerado e com o trabalho doméstico, as mulheres entrevistadas ainda precisavam enfrentar os estudos no turno da noite. O espaço e o tempo destinados aos estudos são aqueles ajustáveis ao possível: dentro do ônibus, enquanto viaja de sua cidade de origem para a universidade; ou o horário das refeições, nos intervalos entre as aulas; ou ainda, na própria sala de aula. As estratégias de estudo utilizadas pelas mulheres para fazer trabalhos, leituras de textos e estudar para as provas são semelhantes entre si, apesar da adaptação individual às diferentes realidades.

Ávila (2010) também observou que o fato dessas estudantes estarem quase que constantemente sob estresse e pressão as torna muito vulneráveis emocionalmente. O sentimento de impotência diante da impossibilidade de mudar as difíceis condições de

existência em que viviam, desencadeava sentimentos negativos como tristeza, ansiedade, insônia, inquietação e irritabilidade. O sentimento de culpa, principalmente aquele provocado por longos períodos de ausência longe dos filhos, era um sentimento que acompanhava o cotidiano de boa parte das mulheres entrevistadas, de maneira especial daquelas que tinham filhos pequenos.

Santos (2014) em sua pesquisa sobre a permanência de mães trabalhadoras nos bacharelados interdisciplinares da Universidade Federal da Bahia enfatizou que os dados obtidos mostraram que o primeiro desafio enfrentado pelas mães foi o de afiliarem-se à universidade, processo vivido com rupturas, aprendizagens, modificações e adaptações objetivando fazer da universidade um lugar familiar, de certa forma, pertencer àquele lugar. Percebe-se, assim, a necessidade de pertencimento descrita por Zago (2006) e Santos (2009).

Santos (2014) enfatizou que, para as suas entrevistadas, um dos aspectos que mais dificultou foi o trabalho remunerado. Apenas uma delas obteve ajuda financeira de uma política de permanência da universidade, o auxílio transporte. Após a maternidade, vem a responsabilização pelo sustento familiar, mesmo compartilhado com o companheiro ou algum outro familiar. A autora informou que em nenhum dos casos estudados as mães puderam dedicar-se integralmente à universidade. As mães faziam arranjos variados para conciliar o trabalho, a maternidade e a vida estudantil. Assim, os prejuízos apontados são semelhantes aos vistos em outros estudos, como a baixa participação em atividades fora do horário das aulas.

Santos (2014) concluiu, a partir dos dados, que as políticas públicas de permanência, apesar de fundamentais, não se esgotam na garantia de uma bolsa mensal ao estudante inferior a um salário mínimo. Além disso, tem de ser levada em consideração a baixa taxa de cobertura da educação infantil no Brasil, é um entrave às mães trabalhadoras. A autora informou que nenhuma das entrevistadas teve qualquer tipo de suporte estatal, como creche, redução de jornada de trabalho, ajuda financeira, entre outros.

Santos (2014) ainda colocou que, para manterem-se trabalhando, estudando, respondendo às exigências domésticas e cuidando dos filhos, suas entrevistas elaboraram métodos para prosseguir com os estudos. Eles são os mais diversos e extrapolam a dimensão individual requerendo a formação de uma rede de suporte tripla: familiar, social e institucional.

Figueiredo (2019) pesquisou de que modo as condições de permanência das estudantes-mães, beneficiárias do auxílio-creche na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), impactaram no percurso acadêmico delas. A pesquisa compartilha do

entendimento de Zago (2006) e Santos (2009) quando defende que para a permanência com qualidade acontecer é necessário satisfazer as demandas de permanência material e simbólica dos estudantes. De acordo com os achados da autora, a permanência das estudantes-mães na universidade depende ainda da satisfação de outras necessidades além das necessidades materiais e simbólicas comuns a todos os estudantes.

Segundo Figueiredo (2019), apesar das dificuldades vivenciadas pelas estudantes pesquisadas para conseguirem conciliar a maternidade, a vida familiar, o trabalho doméstico e os estudos, a maioria delas apresentou rendimento acadêmico satisfatório, ou seja, tinham bons resultados nos seus estudos.

Figueiredo (2019) verificou que, o suporte fornecido pela UNIFAL-MG se resumia a poucas ações de assistência estudantil e, estavam mais voltadas à permanência material do que à simbólica. A autora enfatizou que, das ações de assistência estudantil que atingiam as estudantes-mães na UNIFAL-MG, nenhuma delas estava voltada especificamente para esse público. Visto que, o auxílio-permanência e o auxílio-alimentação que as pesquisadas acessavam também atendiam aos demais estudantes de acordo com o critério socioeconômico.

O auxílio que é voltado para os estudantes com filhos, ou seja, atendem aos discentes que são mães ou pais na UNIFAL-MG, é o auxílio creche. Segundo Figueiredo (2019), o último reajuste no valor desse auxílio ocorreu em 2012 e atualmente o valor praticado é insuficiente para suprir as demandas por cuidado de uma criança. Na época da pesquisa o valor do auxílio creche era de R \$100,00 (cem) reais.

Segundo Figueiredo (2019), é possível deduzir que a assistência estudantil exerce um papel fundamental na permanência das estudantes-mães, no que se refere à permanência material, pois a maioria delas recebia auxílio permanência e utilizava o restaurante universitário. Porém, apenas as ações de assistência estudantil não são suficientes para suprir as demandas da permanência material, de modo que muitas dessas estudantes precisavam trabalhar ou exercer alguma atividade remunerada para se manter na universidade.

Figueiredo (2019), através da sua pesquisa, identificou que a maioria das estudantes-mães se sentiam discriminadas na universidade pelo fato de serem mães. Essas estudantes também sentiam dificuldades nas disciplinas e não tinham muita oportunidade de acessar os recursos institucionais disponíveis para apoiar os discentes no processo de ensino-aprendizagem.

Figueiredo (2019) enfatizou que, dentre as sugestões de apoio a permanências das estudantes-mães na UNIFAL-MG, o aspecto da permanência simbólica foi muito ressaltado,

inclusive com a sugestão de criação de um grupo de acolhimento e discussão sobre as questões maternas na universidade, evidenciando a necessidade do desenvolvimento de ações de apoio à permanência simbólica delas.

Para Figueiredo (2019), a partir dos resultados de sua pesquisa, foi possível concluir que há desafios para a política de assistência estudantil e também para a própria universidade quando se trata das condições de permanência das estudantes-mães na UNIFAL-MG. A autora identificou que, as ações voltadas a esse público não devem se limitar ao oferecimento de auxílios financeiros como o auxílio-creche e o auxílio-permanência.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa teve como objetivo avaliar a efetividade do Programa Nacional de Assistência Estudantil a partir da percepção das estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche na UFERSA Campus Mossoró/RN. Para se alcançar o objetivo proposto foi realizada uma pesquisa qualitativa que, de acordo com Michel (2015), se propõe a colher e analisar dados descritivos, obtidos diretamente da situação estudada; enfatiza o processo mais que o resultado, para o que precisa e retrata a perspectiva dos participantes.

Segundo Martins e Theóphilo (2016), a pesquisa qualitativa tem como característica a predominância da descrição, de situações, pessoas, de reações, compreensões e interpretações dos fatos. Qualquer detalhe observado pode ser fundamental para a compreensão da realidade. Com a intenção de auxiliar no alcance do objetivo, também foi utilizada a triangulação de dados, por meio de entrevista, observação e análise documental. De acordo com Sampieri, Collado e Lúcio (2013), no estudo qualitativo, ter mais de uma fonte de informações e métodos para a coleta de dados, faz com que estes possam oferecer maior amplitude e profundidade.

De acordo com Lakatos e Marconi (2017), na pesquisa qualitativa o pesquisador entende que a compreensão dos fatos se dá com a sua participação; será resultado de sua interação com os sujeitos da pesquisa. Ele busca apreender o significado social que os pesquisados atribuem aos fatos, aos problemas que vivenciam. Os pesquisados, não são vistos apenas como meros espectadores, mas sim, como sujeitos capazes de produzir conhecimento e de intervir em sua solução.

Dessa forma, se faz necessário, para Martins e Theóphilo (2016), que à medida que as informações e as evidências são coletadas, o pesquisador faça a avaliação da pertinência das questões formuladas inicialmente e, se necessário, elas possam ser redirecionadas. A análise, durante o processo de coleta e levantamento, é fundamental para obter resultados não enviesados.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O delineamento diz respeito à estratégia global adotada pelo pesquisador para integrar os diferentes componentes do estudo da pesquisa, de forma a garantir o efetivo tratamento do problema e o alcance de seus objetivos. Constitui o modelo para a coleta, análise

interpretação dos dados. Deve ser elaborado de forma que possibilite uma abordagem estruturada e organizada dos procedimentos a serem adotados ao longo do processo de pesquisa (GIL, 2019).

O delineamento se divide em dois grupos: os que fazem uso das fontes de papel e aqueles cujos dados são coletados através de pessoas. Nesse sentido, o primeiro se caracteriza por pesquisas bibliográficas e documentais e o segundo por estudos experimentais. Sendo o delineamento uma estratégia geral que incorpora os diversos componentes do estudo, é possível encontrar um determinado número de delineamentos correspondentes a pesquisas que se equiparam quanto aos objetivos e às formas de execução (GIL, 2019).

O método de pesquisa utilizada neste trabalho foi o estudo de caso, que tem por objetivo o estudo e a análise profunda de uma unidade social. É uma investigação de fenômenos dentro do seu contexto real. Logo, esta estratégia pede uma pesquisa qualitativa, pois ela é realizada através de um estudo profundo e exaustivo de um objeto delimitado. Esse estudo possibilita a entrada na realidade social, não conseguida de forma plena pela avaliação quantitativa (MARTINS; THEÓPHILO, 2016).

Quanto à classificação deste estudo, foram trabalhadas as pesquisas exploratória e descritiva. Segundo Gil (2010), as pesquisas exploratórias conferem uma aproximação maior com o objeto estudado, quando se identificam características de um fenômeno, relacionam variáveis e se utilizam métodos distintos. Neste tipo de pesquisa, a coleta de dados inclui levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas conhecedoras do assunto pesquisado e análise de exemplos.

As pesquisas descritivas, de acordo com Lakatos e Marconi (2017), têm o objetivo de descrever as características de determinada população. Neste tipo de pesquisa, são comuns as que exploram características de um grupo, considerando variáveis como: idade, sexo, nível de escolaridade e nível socioeconômico.

3.2 *LÓCUS* DA PESQUISA

Para a execução deste trabalho foi utilizado o estudo de caso, desenvolvido na Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PROAE e com as beneficiárias do auxílio-creche.

A UFERSA é originária de uma Escola Superior de Agricultura (ESAM), criada pela Prefeitura Municipal de Mossoró, no ano de 1967, através do Decreto nº 03, de 18 de abril de

1967. Em 1969, essa escola foi inserida à Rede Federal de Ensino Superior, através do Decreto nº 1.036, de 21 de outubro de 1969. E em 2005 foi transformada em Universidade Federal Rural do Semi-Árido pela Lei 11.155, de 29 de julho de 2005 (ALMEIDA, 2019).

A UFERSA está situada geograficamente nas Mesorregiões Oeste e Central do Estado do Rio Grande do Norte, áreas com clima semiárido, tem sede e foro no município de Mossoró-RN. A UFERSA nasceu nos marcos do REUNI, portanto incorporou o processo de expansão e interiorização do ensino superior, tendo a implantação dos demais campi nas cidades de Angicos-RN, Caraúbas-RN e Pau dos Ferros-RN (FELIX, 2019).

O planejamento, o gerenciamento e a execução das ações de assistência estudantil são de responsabilidade da PROAE, com assessoramento das Coordenações de Assuntos Estudantis (Coe) de cada campus. A PROAE, situada no Campus Sede em Mossoró, se estrutura da seguinte forma: Pró-Reitoria e secretaria, Divisão de Programas Sociais, Divisão de Moradia Estudantil, Divisão de Atenção à Saúde e Esporte, Restaurante Universitário, Moradia Estudantil e Parque Esportivo.

Os sujeitos da pesquisa foram as estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche da UFERSA do Campus de Mossoró, bem como profissionais da Assistência Estudantil, lotados na PROAE. O auxílio creche é uma subvenção financeira, com periodicidade de desembolso mensal, destinado ao discente que tenha filho em idade pré-escolar (até 6 (seis) anos incompletos), desde que faça parte do seu núcleo familiar, para despesas com creche ou outras relacionadas à manutenção infantil, enquanto desempenham suas atividades acadêmicas.

O auxílio pode ser direcionado para mães ou pais. Atualmente existem 17 (dezessete) beneficiários (as) do auxílio, no Campus de Mossoró, sendo 13 (treze) mulheres e 04 (quatro) homens.

Nessa perspectiva, as informações foram coletadas mediante entrevistas semiestruturadas, com duração média de trinta minutos, o que caracterizou um recorte transversal, que de acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2013), ocorre quando a coleta de dados acontece em um momento único, tendo em vista que o objetivo era detalhar as características e investigar sua incidência e correlação em um momento específico.

3.3 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

O objetivo deste trabalho foi avaliar a efetividade do Programa Nacional de Assistência Estudantil a partir da percepção das estudantes-mães beneficiárias do auxílio

creche na UFERSA. Desta forma, buscou-se entrar em contato com as 13 (treze) beneficiárias do Campus Mossoró, primeiramente por e-mail. Em seguida, houve a tentativa de contato por celular e aplicativo de mensagens de texto. Das 13 (treze) beneficiárias, com 06 (seis) delas a tentativa foi frustrada. Com 2 (duas) delas não foi conseguido o contato por nenhuma das vias citadas. Com as outras 4 (quatro), o contato foi estabelecido, mas elas não quiseram participar da pesquisa. Dessa forma, a entrevista semiestruturada foi realizada com 07 (sete) beneficiárias do auxílio creche.

Com relação aos profissionais da PROAE, buscou-se contato com o Pró-Reitor de Assuntos Estudantis, duas servidoras lotadas na Divisão de Programas Sociais (DPS), com uma psicóloga e uma assistente social. Todos os profissionais participaram da pesquisa.

A opção por entrevistar as estudantes-mães, beneficiárias do auxílio creche, se deu por considerar essa fonte de dados segura, por entender que, como são beneficiárias do auxílio creche, seria possível selecionar um grupo onde todas seriam estudantes-mães. Visto que, nem a PROAE tinha conhecimento sobre quantas e quem eram as estudantes-mães da UFERSA.

Outro motivo foi compreender que essas estudantes-mães, são mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, possuem filhos que ainda estão na primeira infância, fase do desenvolvimento em que a criança ainda precisa de muito cuidado e assistência da mãe, o que torna peculiar as condições de permanência dessas mulheres na universidade.

O critério utilizado para a escolha das beneficiárias do Campus Mossoró foi a possibilidade de ter mais fácil acesso a essas estudantes, visto que os outros campi, por serem mais afastados da sede, tornaria o contato com as beneficiárias mais difícil.

3.4 TIPO E COLETA DE DADOS

Quanto à técnica de coleta de dados, Vergara (2010) afirma que o pesquisador deve explicitar como os dados foram coletados para o alcance das respostas ao problema. Sendo assim, os dados primários foram coletados por meio de entrevista semiestruturada com as estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche na UFERSA Campus de Mossoró e com profissionais da PROAE. Os roteiros das entrevistas se encontram nos apêndices A, B e C.

Nesse sentido, buscou-se proporcionar maior interação com as entrevistadas, de forma a auxiliar na obtenção de informações necessárias para responder o problema de pesquisa. Conforme Martins e Theóphilo (2016), a entrevista é uma técnica de pesquisa para coleta de

informações e dados que têm por objetivo entender o significado que algumas questões e situações têm para os entrevistados.

O roteiro da entrevista, das estudantes-mães, foi dividido em cinco blocos: o primeiro para identificação do perfil da entrevistada; o segundo para verificar quais eram as condições de permanência dessas estudantes; o terceiro procurou identificar quais ações voltadas para as estudantes-mães eram executadas na UFERSA; o quarto para verificar como essas ações eram avaliadas pelas discentes e o quinto tratou das sugestões de melhorias para as ações de assistência estudantil.

Os roteiros das entrevistas foram elaborados para atender aos objetivos propostos, relacionando-os aos pontos encontrados na pesquisa documental. As categorias foram fundamentadas no levantamento documental que compõe o referencial teórico e as peculiaridades do tema e objetivos desta pesquisa, conforme Quadro 1, a seguir:

Quadro 1- Categorias de análise

Objetivos	Perguntas apêndice A	Perguntas apêndice B	Perguntas apêndice C	Categorias	Códigos
Traçar o perfil socioeconômico das estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche, na UFERSA.	01 - 07	-	-	Perfil das estudantes-mães.	Idade; Cor/raça; Estado civil; Número de filhos; Situação escolar dos filhos; Vida escolar; Composição do grupo familiar; Renda mensal do grupo familiar.
Descrever as condições de permanência das estudantes-mães beneficiárias do auxílio-creche na UFERSA.	08 - 20	-	-	Condições de permanência.	Curso; Situação de moradia; Condições de estudo; Rede de apoio; Trancamento do curso; Permanência simbólica; Fatores dificultadores da permanência.
Identificar quais são as ações de assistência estudantil, voltadas para as estudantes-mães, que são desenvolvidas	21 - 24	02 - 06	02 - 07	Ações executadas	Auxílio financeiro; Demanda do auxílio creche; Ações de assistência;

pela UFERSA.					estudantil; Serviços especializados.
Verificar se as ações de assistência estudantil praticadas na UFERSA são efetivas para auxiliar na permanência das estudantes-mães;	25 – 27	-	-	Efetividade das ações executadas.	Avaliação do auxílio creche; Avaliação das ações de assistência estudantil;
Elaborar uma proposta de intervenção, a partir dos resultados da pesquisa, apontando estratégias que contribuam para melhorar as condições de permanência das estudantes-mães na UFERSA.	28	07	08	Sugestões de melhorias.	Sugestões de melhorias; Limites e desafios.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A coleta dos dados secundários foi realizada por meio de análise documental das normas externas e internas que disciplinam as ações da assistência estudantil, como o Decreto N° 7.234/2010 (que instituiu o PNAES), Resolução CONSUNI/UFERSA N° 003/2020 (que criou o PIAE); editais de seleção do PIAE, Relatório integrado da Proae de 2021, como também, dissertações e teses sobre a temática abordada neste trabalho.

Para Martins e Theóphilo (2016), a pesquisa documental poderá ser uma fonte de dados e informações que irão auxiliar no melhor entendimento de achados e também validando evidências coletadas por outros instrumentos e outras fontes, possibilitando, desta forma, que os achados através de triangulações de dados e de resultados sejam confiáveis.

É importante ressaltar que todas as entrevistas foram gravadas com permissão dos entrevistados. De início, foi esclarecido, para cada participante do que se tratava a pesquisa, bem como foram evidenciados quais os objetivos pretendidos e fornecido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para leitura e assinatura. Buscou-se deixá-los à vontade, para facilitar a interação entre pesquisador e entrevistado.

3.5 TRATAMENTO DOS DADOS

O tratamento dos dados foi realizado por meio de análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (2011), trata-se de um conjunto de técnicas de análise das comunicações, utilizando procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Segundo Martins e Theóphilo (2016), é uma técnica para se estudar e analisar a comunicação de maneira objetiva e sistemática. A partir dos discursos orais ou escritos dos pesquisados, são extraídos dados e informações com respeito a um contexto determinado.

A Análise de Conteúdo tem a intenção de buscar a essência de um texto nos detalhes das informações, dados e evidências disponíveis; não se restringe à descrição dos conteúdos. Deseja-se extrair o todo da comunicação. Busca-se o entendimento sobre as causas e antecedentes da mensagem do texto, bem como seus efeitos e consequências. Ela atende tanto aos fins exploratórios, ou seja, de descoberta, quanto aos de verificação, confirmando, ou não, proposições e evidências (MARTINS; THEÓPHILO, 2016).

Para Bardin (2011), a organização das fases da análise de conteúdo se estrutura em torno de uma ordem cronológica: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Além da análise de conteúdo, com a finalidade de sistematizar os dados, foi utilizado o software ATLAS ti 22.

3.6 CODIFICAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS

De acordo com Gil (2010), a codificação consiste em atribuir uma designação aos conceitos mais importantes que são encontrados nos documentos, transcrição de entrevistas, bem como nos registros e observações. É por meio da codificação que os dados podem ser categorizados, comparados e obterem inúmeros significados ao longo do processo analítico.

Nesse sentido, inicialmente, as entrevistas foram transcritas, utilizando o software transkriptor. Posteriormente, utilizou-se o software Atlas ti 22 com o objetivo de sistematizar os dados. Foram importadas, para o software Atlas ti 22, as 12 (doze) entrevistas, cada uma denominada de: Discente 01, Discente 02, Discente 03, Discente 04, Discente 05, Discente 06, Discente 07, Profissional 01, Profissional 02, Profissional 03, Profissional 04 e Profissional 05. Essa nomenclatura foi utilizada para proteger a identidade dos entrevistados.

Após a transcrição, foram realizados vários recortes nas entrevistas, atribuindo a cada recorte um código. Após a codificação de todos os recortes, elaborou-se a categorização: os códigos foram agrupados de acordo com as dimensões estudadas no referencial, conforme

apresentado no Quadro 1. Em seguida, realizou-se o vínculo de um código a outro, desde que eles tivessem relação. Após esta fase, criaram-se tabelas e redes, as quais foram analisadas e discutidas.

Dessa forma, o trabalho pode ser dividido em duas fases: a primeira faz referência à abordagem qualitativa, mediante estudo de caso, o qual foi realizado de forma exploratória e descritiva, e, por fim, a segunda, que trouxe o tratamento dos dados, com ênfase no Atlas ti 22.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo da presente pesquisa é Avaliar a efetividade do Programa Nacional de Assistência Estudantil a partir da percepção das estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche na UFERSA. Desta forma, esta seção se destina a apresentar e discutir os resultados da pesquisa de acordo com os objetivos propostos. Dessa forma, ela está dividida em tópicos e subtópicos nos quais serão apresentados e discutidos os dados coletados na pesquisa de campo, por meio da análise das categorias propostas no Quadro 1. Foram abordadas as principais informações levantadas, transcrevendo-se as falas dos entrevistados, confrontando-as com o referencial apresentado e com os documentos que regulamentam a assistência estudantil, como também, utilizando os recursos visuais e gráficos do ATLAS ti 22.

A seção se inicia com uma contextualização da instituição estudada, em seguida é apresentado o perfil socioeconômico e acadêmico das estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche da UFERSA. Em seguida, são apresentadas as condições de permanência dessas estudantes, as ações de assistência estudantil executadas na UFERSA, a efetividade dessas ações e sugestões de melhoria das ações direcionadas às estudantes-mães.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ESTUDADA

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), instituição federal de ensino superior, foi criada pela lei 11.155 de 29 de julho de 2005. A sua criação é advinda da transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM), fundada em 1967, federalizada pela Lei nº 1036 de 4 de outubro de 1969. A UFERSA foi constituída sob a forma de pessoa jurídica do direito público, regida pela legislação federal, por seu estatuto, pelas resoluções, normas e diretrizes advindas do Conselho Universitário (CONSUNI) e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) (UFERSA, 2017).

Atualmente, a instituição possui 04 (quatro) campi (Mossoró; Angicos; Caraúbas e Pau dos Ferros), todos localizados na região do semiárido potiguar. O semiárido registra um grande histórico de desigualdade social, mas nas últimas duas décadas houve algumas mudanças significativas. A população local teve um pequeno aumento nos seus rendimentos, favorecido principalmente pelas políticas públicas e sociais implantadas a partir dos anos 2000, que modificou substancialmente a organização de algumas cidades, melhorando a infraestrutura, ampliando a oferta de emprego, aumentando os equipamentos de saúde, educação e ampliando o processo de saneamento básico. Entretanto, a região ainda é extremamente desigual, apresentando diversos problemas econômicos, sociais e de infraestrutura (ALMEIDA, 2019).

A UFERSA fez parte do movimento de interiorização da educação superior pública federal, que ocorreu de 2007 a 2014, com a implantação de três campi em cidades do interior do RN, algumas delas localizadas em regiões que durante muito tempo foram desassistidas em relação ao ensino superior. O que tem possibilitado mudanças significativas no contexto social e econômico dessas cidades, pois com a chegada das estruturas universitárias houve um aumento da demanda por moradia, uma valorização imobiliária, uma ampliação da dinâmica das atividades de comércio/serviços e mudanças nas práticas sociais (ALMEIDA, 2019).

A instituição estudada é composta por órgãos colegiados, divididos da seguinte forma: Conselho Universitário (CONSUNI); Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e Conselho de Curadores (CC). O CONSUNI é o órgão superior de deliberação coletiva da universidade em matéria de administração e política universitária. O CONSEPE é responsável pela coordenação de todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição. E o CC é o órgão superior de acompanhamento e fiscalização das atividades de natureza econômica, financeira, contábil e patrimonial da universidade.

Além disso, a UFERSA tem 5 (cinco) centros (Centro de Ciências Agrárias; Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; Centro de Ciências Exatas e Naturais; Centro de Ciências Sociais, Aplicadas e Humanas e Centro de Engenharias), 7 (sete) Pró-Reitorias (Pró-Reitoria de Administração; Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis; Pró-Reitoria de Extensão e Cultura; Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas; Pró-Reitoria de Graduação; Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação e Pró-Reitoria de Planejamento) e 2 (duas) Superintendências (Superintendência de Infraestrutura e Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação/SUTIC).

A instituição tem 47 (quarenta e sete) cursos de graduação presencial e 4 (quatro) cursos na modalidade a distância, ofertados pelo Núcleo de Educação a Distância (NEaD),

criado em 2010 e que coordena/executa as ações de formação a distância. Sua atuação física se organiza através de 8 (oito) polos de apoio presencial localizados em cidades do Rio Grande do Norte. Além disso, a instituição conta com 19 (dezenove) cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) e, 12 (doze) cursos de pós-graduação lato sensu (especialização). Além disso, há 4 (quatro) cursos de aperfeiçoamento ofertados pelo NEaD.

Na UFERSA, as ações de assistência ao estudante são planejadas, coordenadas, promovidas e avaliadas pela PROAE, órgão que é vinculado diretamente à Reitoria, que tem sua estrutura organizacional composta por Secretaria Executiva, Divisão de Programas Sociais, Divisão de atenção à Saúde e Esporte e Divisão de Moradia Estudantil. Nos campi avançados, conta com a Coordenação de Assuntos Estudantis (COAE) como uma capilarização de suas atribuições.

De acordo com o Relatório Integrado de 2021 da Proae, em junho de 2021, a UFERSA possuía 13.439 estudantes ativos na graduação presencial. Desses estudantes, foram identificados 6.498 (48,4%) estudantes em famílias de baixa renda, devidamente inscritos no Cadastro Único e 2.915 (21,7%) estudantes em situação de extrema pobreza, beneficiários do Programa Bolsa Família - PBF. Dos estudantes em situação de extrema pobreza, 50,4% são do sexo feminino e 49,6% são do sexo masculino.

4.2 PERFIL DAS ESTUDANTES-MÃES

Os dados do perfil socioeconômico das estudantes-mães foram levantados a partir de algumas das questões abordadas na entrevista realizada com as alunas participantes da pesquisa. Esses dados revelam informações socioeconômicas a respeito dos seguintes aspectos: idade, cor/raça, estado civil, escolaridade, número de filhos, situação escolar dos filhos, composição do grupo familiar e renda mensal do grupo familiar.

Das 13 (treze) beneficiárias, com 06 (seis) delas a tentativa foi frustrada. Com 2 (duas) delas não foi conseguido o contato por nenhuma das vias citadas. Com as outras 4 (quatro), o contato foi estabelecido, mas elas não quiseram participar da pesquisa. Dessa forma, a entrevista semiestruturada foi realizada com 07 (sete) beneficiárias do auxílio creche. Os dados das estudantes foram compilados e são apresentados na tabela 2, a seguir:

Tabela2 - Perfil das estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche

Discente	Discente 01	Discente 02	Discente 03	Discente 04	Discente 05	Discente 06	Discente 07
Idade	27	21	37	35	24	22	28
Cor/raça	Branca	Parda	Branca	Parda	Parda	Parda	Parda
Estado Civil	Casada	Solteira	Casada	Casada	Solteira	Casada	solteira
Número de filhos e idade	Um filho de 2 anos e 10 meses.	Uma filha de 1 ano.	Uma filha de 2 anos.	Uma de sete e outro de 4 anos.	Uma filha de 1 ano e 7 meses.	Uma filha de 4 anos.	Uma filha de 5 anos e outra de 1 ano.
Situação escolar dos filhos	Creche particular	Não estuda	Creche pública	Um filho em escola pública outro na particular.	Não estuda	Frequenta creche	A mais velha frequenta escola particular.
Vida escolar	Escola pública	Fundamental em escola particular e Ensino Médio em escola pública.	Escola particular	Não foi informado.	Escola pública	Escola pública	Fundamental em escola particular e pública e Médio em escola pública.
Composição do grupo familiar	Eu, marido e filho.	Eu, minha mãe e minha filha.	Eu, minha filha e meu esposo.	São quatro pessoas, eu, meu marido e meus dois filhos.	Eu, minha filha e uma parente.	Eu, minha filha, minha mãe, minha irmã e meu marido.	Eu e minhas duas filhas.
Renda mensal do grupo familiar	R\$ 1.800,00	Entre R\$ 500,00 e R\$ 600,00	R\$ 1.544,00	Aproximadamente R\$ 1.600,00	R\$ 150,00	Entre R\$ 500,00 e R\$ 600,00	Até R\$ 89,00

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

De acordo com os dados da Tabela 2, é possível observar que as faixas etárias das estudantes-mães variam entre as faixas etárias de 20 a 35 anos, ficando apenas uma fora desse intervalo, com 37 anos. A média da idade das estudantes-mães é de 27,7 anos, estando acima da média de idade dos estudantes das universidades federais no país, encontrada na IV Pesquisa Nacional sobre o perfil discente realizada pelo FONAPRACE em 2018, que foi de 24 anos.

No entanto, os dados do gráfico sobre a idade das estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche da UFERSA são semelhantes aos resultados da pesquisa realizada pelo FONAPRACE, onde indica que o número de estudantes com filhos nas universidades federais se concentra na faixa etária de “25 anos e mais”.

De acordo com a V Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais, realizada pelo FONAPRACE (2019), a faixa etária “25 anos e mais” é majoritária, qualquer que seja o número de filhos (as). Sobretudo quando aumenta o número de filhos, cresce o percentual de pais e mães acima de 25 anos. Na faixa etária “17 anos e menos”, 1,4% tem filhos (as), percentual que sobe para 2,3 pontos dentre estudantes na faixa etária “De 18 a 24 anos” e para 30,6% na faixa etária “25 anos e mais”. Dentre estudantes que não têm filhos (as), 3/4 encontram-se na faixa etária “Menos de 25 anos” e 1/4 na faixa “Mais de 25 anos”.

De acordo com os dados sobre a cor/raça das estudantes-mães, apresentados na tabela 2, é possível observar que apenas duas estudantes se identificaram como brancas. As outras estudantes se identificaram como pardas. De acordo com a pesquisa do FONAPRACE (2019), as regiões Sul e Sudeste, revelam a preponderância do grupo de discentes identificados como

brancos, enquanto nas regiões Norte e Nordeste os (as) pardos (as) são o grupo mais numeroso.

Segundo a pesquisa realizada pelo FONAPRACE (2019), foi observada uma tendência de decréscimo da participação de brancos (as) e amarelos (as) ao longo dos anos e aumento de pardos (as) e pretos (as), com a exceção do ano de 2018, ano em que há uma sutil reversão desta tendência, explicada pelo fato da V Pesquisa ter sido realizada no primeiro semestre de 2018, quando apenas uma parte das vagas por cotas havia sido preenchida. Pretos (as) quilombolas praticamente dobraram sua proporção e indígenas aldeados (as) tiveram um aumento de 81,5% ao longo do período de ingresso, ainda que a participação relativa e em ambos os grupos seja bastante baixa no contingente estudantil.

Figueiredo (2019), em seu estudo sobre a permanência das estudantes-mães na UNIFAL-MG, observou que o percentual das estudantes brancas era de 47,7%, sendo que apenas uma estudante-mãe, que representa 2,3% das participantes da pesquisa, se auto identificou como amarela, enquanto 29,5% se consideram pardas e 20,5% pretas. Somando o grupo de pardas e pretas, tem-se o percentual de 50% das estudantes-mães que são consideradas negras, conforme a definição do IBGE. A política de cotas tem possibilitado que mais negros ingressem nas universidades. Para a autora, a mudança no perfil discente das universidades federais tem demonstrado que o apoio institucional à permanência é fundamental para que os estudantes consigam ficar e almejem melhorias nas suas condições de vida.

Sobre o estado civil das estudantes-mães pesquisadas da UFERSA, foi identificado que 4 (quatro) delas são casadas e 3 (três) solteiras. As estudantes que informaram que são solteiras foram as discentes 02, 05 e 07, duas delas não mencionaram sobre ajuda financeira do pai das crianças. A discente 07 informou que o pai das suas filhas ajuda com o que pode. Duas delas informaram que o seu grupo familiar é composto pela filha e pela mãe e uma delas o grupo familiar é composto apenas por ela e suas duas filhas.

De acordo com os dados encontrados por Uripia (2009), na sua pesquisa com estudantes-mães da UFBA, duas entrevistadas relataram viver com o pai dos seus filhos, uma delas nunca viveu com o pai da criança e, a outra entrevistada chegou a viver com pai do seu filho, mas depois se separou.

O que é bem diferente da situação encontrada por Ávila (2010), em sua pesquisa com estudantes-mães na Universidade Federal de São João Del-Rei, em Minas Gerais. Das 15

(quinze) entrevistadas, apenas uma era solteira, outra divorciada e uma viúva. As outras mães entrevistadas eram todas casadas.

Santos (2014), por sua vez, na sua pesquisa sobre a permanência de mães trabalhadoras na universidade, realizada na UFBA, identificou a seguinte situação quanto ao estado civil das suas entrevistadas: uma mãe solteira, e as outras três eram casadas.

Já Figueiredo (2019) optou por uma tabulação cruzada entre as variáveis: situação conjugal e principal provedor da renda familiar. Para poder verificar qual é a situação conjugal das estudantes-mães que se declararam as principais provedoras da renda familiar. Os dados encontrados pela autora indicaram que, dentro do grupo de estudantes-mães que estavam como as principais provedoras da renda familiar, 66,7% delas eram solteiras ou divorciadas, enquanto 33,3% eram casadas ou mantinham união estável. Dentro da porcentagem total de estudantes-mães solteiras ou divorciadas que também eram as principais provedoras da renda familiar, a autora encontrou o percentual de 22,7%.

A pesquisa realizada por Ávila (2010) ressaltou que as estudantes-mães que estavam como chefes de família, ou seja, como as principais responsáveis pelo núcleo familiar, vivenciavam situações de sobrecarga em relação ao trabalho doméstico, por falta de ter com quem compartilhar os problemas. Além do fato de sofrer pressões referentes ao suporte financeiro e psicológico de toda a família. Situações como essas, podem influenciar negativamente na permanência dessas estudantes na universidade.

De acordo com a pesquisa do FONAPRACE (2019), a maioria absoluta de estudantes solteiros (as) com filhos (as) é do sexo feminino: 68,5%. Isso é em parte produto da maior proporção delas entre graduandos (as), mas provavelmente está também associado à maior incidência de pessoas do sexo feminino à frente de famílias monoparentais na população em geral.

Sobre o número de filhos, foi possível observar, de acordo com a tabela 2 que, 5 (cinco) das entrevistadas tinham apenas 1 (um) filho, com as idades variando de 1 a 4 anos. E duas das estudantes relatou ter dois filhos, com idades variando entre 1 e 7 anos. Segundo Hirata (2015), estudos internacionais apontam que quanto maior a quantidade de filhos, maior o tempo dedicado aos afazeres domésticos pelas mulheres. Quando os filhos têm alguma condição de saúde que inspira mais cuidados, o trabalho tende a ser maior ainda. Como relata a discente 01: “preocupações de mãe, necessidade de cuidados especiais com a criança principalmente por ser especial, saída para fisioterapia, fonoaudióloga e demais profissionais o que demanda um tempo quase integral de uma mãe, cansaço físico e psicológico”.

De acordo com a V pesquisa do FONAPRACE (2019), do total de estudantes com filhos (as), 85,3% moram com eles (as). Destes, 55,7% tem 1 (um) filho (a), 29,8% 2 (dois) filhos (as) e 14,5% tem 3 (três) filhos (as) ou mais. Dentre estudantes do sexo feminino que são mães, 92,7% tem algum filho (a) que mora com ela, enquanto dentre discentes do sexo masculino que são pais, este percentual é de 75,5%. Tem filhos (as) de 0 a 5 anos 52,1% dos (as) graduandos (as) que são pais ou mães. São 71.303 estudantes nesta condição. Destes, 43,6% tem 1 (um) filho de 0 a 5 anos, conforme a Tabela 2. Dentre estudantes que têm filhos (as) de 0 a 5 anos, 83,7% tem 1 (um) filho (a).

Os resultados encontrados por Figueiredo (2019), referentes ao número de filhos, foram semelhantes ao encontrados na UFERSA, onde a maioria das beneficiárias do auxílio creche tem apenas um filho. De acordo com Figueiredo (2019), a maioria das mulheres que participaram da pesquisa tinha apenas 1 (um) filho, enquanto 25% delas eram mães de até 2 (duas) crianças e 6,8 % de 3 (três) ou mais crianças.

Com relação à situação escolar, é possível observar, na tabela 2, que 2 (duas) estudantes-mães relataram que os filhos ainda não estudam, sendo que a discente 07, uma das filhas estuda, em escola particular e a outra não estuda. Os filhos das outras estudantes estão em creche ou escola. O filho da Discente 01 estuda em creche particular, a filha da discente 03 estuda em creche pública, já os filhos da discente 04 um estuda em escola particular e o outro em escola pública. A discente 06 informou apenas que o filho frequenta creche.

A creche ou escola, muitas vezes, funciona como o único apoio das mães, para frequentar as aulas e cumprir suas atividades acadêmicas. De acordo com os relatos da Discente 03, as atividades que ela consegue, ela tenta encaixar para horário em que a filha esteja na creche. Segue relato:

É os dois turnos. Aí quando ela parar de passar o dia na creche. É aí é pela manhã, né? A creche, né? Eu vou tentar colocar de manhã, o que eu puder de manhã eu vou colocar, né? Eu vou ver se, não sei o que é que eu vou fazer aqui em relação a tarde, ou ela vai comigo, né? Eu sei que as aulas dela agora só começa em março. As minhas já vai começar agora em fevereiro, né? Então aí eu falei com minha mãe, pra minha mãe vim, que ela mora em Serro Corá, pra ela vim até as aulas dela começar, né? Pra não ficar tendo que levar ela, né? Nesse começo, né.

Situação semelhante ocorre com a Discente 04 que, quando perguntada sobre com quem deixava os filhos para estudar, ela informou que: “tem que ser no horário em que eles estão na escola”.

A situação nacional, de acordo com a V pesquisa do FONAPRACE (2019), é a de que a maioria dos estudantes depende de familiares (65,5%) para poder estudar. A segunda categoria mais comum é a instituição de ensino privada, creche ou escola, com 11,3% dos

casos. Somente em 3º e 4º lugares é que vem creche e/ou escola pública, com 10,9% e universidade, 5,2%.

Quando se existe a opção de deixar os filhos com alguma familiar, é uma situação satisfatória, em um primeiro momento. No entanto, arranjos familiares são frequentemente mais instáveis que uma creche ou escola. A solução da instituição de ensino privada também não é ideal, pois coloca mais uma obrigação financeira sobre o (a) estudante, frequentemente já sobrecarregado (a) com as responsabilidades pecuniárias de criar os filhos e de reservar tempo extra para os estudos. Por fim, a proporção de estudantes que contam com creches ou outros arranjos de apoio nas universidades é ainda muito pequena, apenas 5,2%. Em suma, a situação é ainda bastante adversa para boa parte desses (as) estudantes (FONAPRACE, 2019).

Sobre a vida escolar até a universidade, de acordo com a tabela 2, apenas uma das estudantes informou ter estudado somente em escola particular, outras duas estudantes passaram tanto por escola particular, como por escola pública e, uma das estudantes não informou. As demais estudantes-mães relataram que o percurso escolar até a universidade foi em escola pública.

Situação semelhante a que Figueiredo (2019) encontrou na sua pesquisa na UNIFAL. A autora informou que das estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche da UNIFAL, 90,9% tinham vindo de escola pública, e apenas 9,1% estudaram em escola particular.

Segundo a V Pesquisa do FONAPRACE (2019), com relação ao tipo de escola de Ensino Médio frequentada, destaca-se a escola pública como total ou majoritariamente responsável pela formação de 64,7% dos (as) graduandos. A maior frequência é de estudantes formados somente em escolas públicas (60,4%), percentual praticamente idêntico ao de 2014 (60,2%). Estudantes que cursaram o Ensino Médio somente em escolas particulares representam 26,0%, ou seja, pouco mais de ¼ do total, enquanto os que frequentaram a maior parte na rede privada são 4,1%.

Nesses dados, a variável sexo tem pouca interferência. É um pouco maior o percentual de estudantes do sexo feminino que, total ou na maior parte do tempo, frequentou escolas públicas, precisamente 0,6 pontos percentuais (p.p) superior ao percentual global. Estudantes do sexo feminino são 0,7 p.p menos frequentes em escolas particulares na condição de pagantes, mas 0,3 p.p. mais frequentes na condição de bolsistas (FONAPRACE, 2019).

Seguindo na análise do perfil das beneficiárias do auxílio creche, também foi perguntado sobre o núcleo familiar das estudantes. De acordo com as respostas das estudantes, a configuração familiar delas é basicamente composta por 3 (três) ou 4 (quatro)

pessoas, com exceção do núcleo familiar da discente 05, que é composto por cinco pessoas: ela, a filha, o marido, a mãe e a irmã dela. Três das estudantes moram com o marido e os filhos. As outras duas estudantes-mães moram com a filha e a mãe e uma mora somente com as filhas.

Ávila (2010), em sua pesquisa, identificou que apenas três famílias eram diferentes do perfil nuclear: esposo, esposa e filhos. Das estudantes-mães entrevistadas por Urpia (2009), apenas duas tinham composição familiar composta pelos maridos e pelos filhos. Santos (2014) encontrou situação semelhante na sua pesquisa. Das quatro alunas entrevistadas, três tinham núcleo familiar formado por elas, marido e filhos. Os (as) parentes apontados com mais recorrência na composição do grupo familiar, são os da família de origem: mãe, pai e irmãos (ãs).

Sobre a situação da renda dos grupos familiares, num panorama nacional, o FONAPRACE (2019) identificou que a maioria relativa dos (as) discentes concentra-se em 2010, 2014 e 2018 na faixa de renda de 1 (um) a 2 (dois) salários mínimos, respectivamente 18,1%, 23,4% e 23,5%. O percentual de estudantes com renda mensal familiar bruta de até 3 (três) salários mínimos não se alterou de 2014 para 2018.

Perguntou-se às beneficiárias do auxílio creche da UFERSA qual era a renda mensal bruta do grupo familiar. Observou-se que 4 (quatro) das estudantes informaram uma renda que não chega a um salário mínimo. As outras discentes, duas delas informaram uma renda de pouco mais de um salário mínimo e a outra relatou uma renda de quase 1 (um) salário e meio.

O MEC destina recursos para as IFES aplicarem em políticas de assistência estudantil. A aplicação deste recurso é regulada pelo Decreto Nº 7.234, de 19 de Julho de 2010, que estabelece que serão atendidos, prioritariamente, estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de “até um salário mínimo e meio”, razão pela qual descobrir o percentual de estudantes nesta faixa de renda passa a ser decisivo como referência para ações e políticas das IFES (FONAPRACE, 2019).

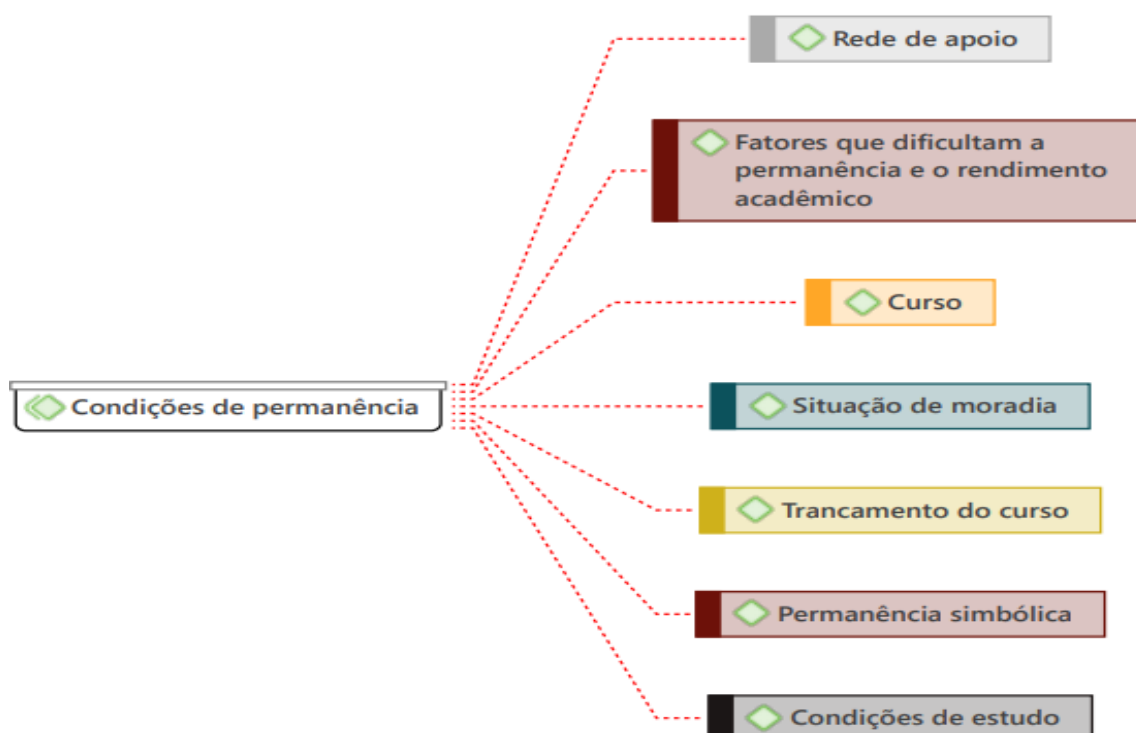
4.3 CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA

Segundo Santos (2009), o entendimento de permanência como uma duração e transformação é o ato de durar no tempo, mas sob outro modo de existência. A autora fala da permanência, não só como uma concepção de tempo, como o passar dos dias, semanas, semestres e anos, mas também de uma concepção de permanência como um espaço

simbólico, permitindo assim a convivência, o diálogo, a troca de experiências e a transformação de todos que ali estão.

As informações sobre as condições de permanência das beneficiárias do auxílio creche da UFERSA, foram levantadas a partir de questionamento sobre as seguintes situações: curso, situação de moradia, condições de estudo, rede de apoio, trancamento do curso, permanência simbólica e fatores dificultadores da permanência, conforme demonstrado na figura 4, a seguir:

Figura 4- Condições de permanência



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Os fatores que afetam, positiva ou negativamente, as condições de permanência das estudantes-mães podem ser vários, materiais ou simbólicos. A situação de moradia, caso seja precária, pode interferir nas condições de estudo, impactando na permanência. O fato de possuir ou não rede de apoio, se a estudante-mãe trabalha ou não, como é sua relação com colegas e professores, a escolha do curso, todos são fatores que podem contribuir ou não para a permanência na universidade.

Sobre as condições de permanência material das estudantes-mães, Ávila (2010) apontou que a tríplice jornada que envolve o trabalho remunerado, o trabalho doméstico e os estudos acabam por sobrecarregar a vida das mulheres que se encontram nessa situação. Outros fatores como presença de rede de apoio ou não, participação ativa na universidade,

deslocamento de casa até a universidade, entre outros, podem influenciar na permanência dessas estudantes.

4.3.1 Curso que as estudantes-mães estão matriculadas

A satisfação e a permanência nos cursos frequentados pelos estudantes são questões complexas que envolvem muitas variáveis de natureza subjetiva e objetiva. A imaturidade do (a) estudante, a expectativa do (a) estudante e da própria família, as dificuldades encontradas para se adaptar a universidade e ao próprio curso escolhido; as oportunidades no mercado de trabalho e, sobretudo, as condições materiais que se dispõe (se precisa trabalhar ou não, como se sustenta); enfim, todos esses fatores afetam o percurso estudantil e o perfil acadêmico (FONAPRACE, 2019).

Sobre o curso em que as estudantes-mães entrevistadas estão matriculadas, foi perguntado além do curso, se era a primeira graduação e como se deu a sua escolha. Os cursos em que as beneficiárias estão matriculadas são os apresentados na tabela 03, a seguir:

Tabela3 - Curso em que as estudantes-mães estão matriculadas

Discente	Discente 01	Discente 02	Discente 03	Discente 04	Discente 05	Discente 06	Discente 07
Curso	Engenharia de Produção	Ciências Contábeis	Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo	Engenharia Florestal	Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo	Direito	Direito

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

De acordo com a tabela 03, é possível observar que o curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo – LEDOC e o de Direito, concentram duas discentes cada um. As outras discentes estão distribuídas entre os cursos de: Engenharia de Produção, Engenharia Florestal, Ciências Contábeis e Direito. Dentre as entrevistadas, as discentes 04 e 07 estavam na segunda graduação.

Segundo Urpia (2009), o fato da entrada das mulheres nas universidades e no mercado de trabalho necessariamente não as desobriga do cuidado da casa e dos filhos, pois a mulher ainda tem a maior participação nas atividades domésticas. Por estes fatores, muitas delas acabam optando por jornadas parciais, flexibilização de horários e frequentes interrupções na vida profissional e/ou acadêmica quando constituem família.

Para Ávila (2010), com relação à escolha do curso, deve ser considerada a questão da vocação feminina para alguns cursos e da segregação das carreiras profissionais no Brasil. É comum a mulher ser associada a carreiras voltadas ao cuidado do outro, justamente pelo senso comum de que a mulher teria mais afinidade com essas áreas.

Ainda com relação à escolha do curso, Ávila (2010) acredita que o fato das mulheres escolherem determinados cursos em detrimento de outros, se deve muito mais as condições precárias de estudo, que podem prejudicar na aprovação de cursos mais concorridos; do que a falta de “vocação” para essa ou aquela carreira universitária. Os cursos das entrevistadas de Ávila (2010) foram os seguintes: filosofia, letras, pedagogia, ciências contábeis, ciências econômicas, ciências biológicas, administração, matemática e química. Sendo pedagogia o curso a concentrar o maior número das estudantes.

Nesse sentido, Zago (2006) problematiza quem de fato escolhe a carreira dos estudantes universitários oriundos de camadas populares. Para a autora, o que leva os estudantes a determinado curso, são questões complexas como a origem socioeconômica dos estudantes e a desigualdade de oportunidade de acesso aos diferentes cursos na universidade. Assim, para a autora, a maioria dos estudantes não escolhe de fato uma carreira, eles se adaptam, fazem ajustes às condições que julgam condizentes com sua realidade e que representam menor risco de exclusão.

Logo, pode-se compreender o que Zago (2006) descreveu observando o discurso de algumas estudantes-mães da UFERSA. Das entrevistadas apenas duas relataram que estavam matriculadas no curso que realmente queriam. A discente 01 e a 05, que tiveram o percurso escolar todo em escola pública, quando questionadas sobre a escolha do curso, responderam o seguinte: “Estou matriculada em Engenharia de Produção. Sim, é a minha primeira graduação. Não era o curso que eu gostaria de cursar no meu ensino médio, eu queria fazer medicina, porém não obtive pontos no Enem o suficiente” (discente 01).

Nesse sentido, a discente 05 responde o seguinte: “Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo-Ledoc. Sim, minha primeira graduação, na verdade eu não tinha preferência de curso, foi uma oportunidade que me apareceu e resolvi segurar”.

O percurso acadêmico da discente 03 já se iniciou de forma não linear, como é possível verificar em sua resposta:

Estou matriculada no curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo. Essa é minha segunda tentativa. Antes havia cursado alguns semestre do curso de Agronomia na UFERSA mas não conclui, não era o curso que eu queria mas que meu pai queria. O curso que eu sempre tive vontade de cursar foi História ou

Geografia, mas não tinha apoio do meu pai. Quando vi o curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo, pensei que essa seria uma boa oportunidade para fazer o que eu sempre tive vontade.

Foi possível constatar que, mesmo as alunas matriculadas em cursos de sua escolha, essa preferência muitas vezes é moldada pelo meio em que ela está inserida, conforme situação descrita por Zago (2006), quando levanta a questão de que nem sempre a escolha do estudante é de fato sua.

Observa-se que na resposta da discente 02, quando ela diz: “Estou matriculada no curso de Ciências Contábeis, minha primeira graduação, e sim, esse era o curso que eu desejava, tendo em vista que o vejo como uma área de ampla atuação, principalmente na área de concursos”, que a sua motivação pode não ter sido por afinidade com o curso e sim, pelo retorno financeiro que possivelmente ele pode trazer.

4.3.2 - Situação de moradia das estudantes-mães

Com relação à situação de moradia das entrevistadas, elas foram questionadas se residiam na cidade onde estudavam, se já moravam nela ou se vieram para estudar. Elas também foram questionadas sobre onde moravam (casa própria, alugada, com o cônjuge, com os pais, só com os filhos, moradia estudantil). Os resultados são apresentados na tabela 04, a seguir:

Tabela 4 - Situação de moradia das estudantes-mães

Discente	Discente 01	Discente 02	Discente 03	Discente 04	Discente 05	Discente 06	Discente 07
Cidade de origem	Limoeiro do Norte/CE	Assu/RN	Cerro Corá/RN	Morada Nova/RN	Upanema/RN	Tabuleiro do Norte/CE	Mossoró/RN
Cidade onde reside	Mossoró/RN	Assu/RN	Mossoró/RN	Mossoró/RN	Upanema/RN	Tabuleiro do Norte/CE	Mossoró/RN
Moradia	Casa alugada	Casa própria (da mãe)	Casa própria	Casa própria	Casa própria	Casa própria (da mãe)	Casa própria

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Foi possível observar nos dados da tabela 4 que quatro das entrevistadas residem em Mossoró. Sendo que, dessas 4 (quatro), 3 (três) não são naturais de Mossoró. Duas delas vieram para Mossoró para cursar a graduação. A outra veio pela situação de desemprego do marido, conforme relato a seguir: “não, eu vim pra Mossoró porque meu marido ficou desempregado e ele veio em busca de uma oportunidade melhor de trabalho, como eu já tinha outra graduação na UFERSA, então aproveitei a oportunidade pra abrir o leque” (discente 04).

Também se observou que a situação das outras estudantes se torna ainda mais delicada, por não residirem na cidade em que estudam; resultando no deslocamento diário, quando estão em aulas presenciais. Conforme os relatos a seguir da discente 02: “Não moro em Mossoró, moro na cidade de Assu, que fica distante em média 70 km, na qual vou para a universidade todos os dias de ônibus. Quando tava presencial”. Em situação semelhante, a discente 06 informa: “Não resido em Mossoró. Minha cidade fica a 115km de distância. Me desloco todos os dias pra ir para a aula”.

De acordo com os relatos das entrevistadas, observou-se que as discentes não residentes em Mossoró, afirmaram não participarem e nem terem condições de participar de nenhuma atividade extra na universidade; justamente pelo fato de só se deslocar para a UFERSA, no horário da aula. Essas atividades extras vão desde ações de extensão, prática de esportes, convivência com os colegas, como também auxílio dos monitores das disciplinas, frequentar a biblioteca, entre outros.

Com relação aos dados sobre a cidade em que moram as estudantes-mães, beneficiárias do auxílio creche da UNIFAL, Figueiredo (2019), na sua pesquisa, verificou que 45,5% das estudantes já residiam em uma das três cidades em que a UNIFAL-MG está presente, Alfenas, Poços de Caldas ou Varginha. Em seguida, o segundo maior percentual das estudantes-mães, representado por 36,3%, estava concentrado no grupo de cidades localizadas no sul de Minas Gerais (MG). Apenas uma das estudantes-mães, 2,3%, veio de uma cidade de outra região do estado de MG, enquanto sete delas vieram de cidades localizadas no estado de São Paulo (SP). Assim como na UFERSA, a maioria das estudantes-mães ou moravam na cidade do campus, ou nas cidades e/ou estados próximos.

Ainda sobre a pesquisa de Figueiredo (2019), ela verificou que o principal motivo da mudança das estudantes foi para cursar a graduação. As demais estudantes alegaram outros motivos para se mudarem para o município onde cursam a graduação, como acompanhar a família e trabalho.

4.3.3 Condições de estudo e rede de apoio

Com a finalidade de compreender mais sobre como é a vida acadêmica dessas estudantes-mães, como é a organização e quais são as estratégias para cumprir com as obrigações da universidade, as entrevistadas foram questionadas sobre como faziam para assistir às aulas e para estudar para as provas e com quem elas deixavam os filhos. As

discentes 02, 05, 06 e 07, responderam que para conseguir assistir às aulas, deixam os filhos com a mãe. Pode-se observar que dessas quatro discentes, duas moram com a mãe e as outras, apesar de não residirem na mesma casa que a mãe, moram na mesma cidade que a genitora.

Ao passo que as outras discentes, relataram arranjos diferentes para conseguir assistir às aulas. Segue relato das estudantes:

Eu vou tentar colocar de manhã, o que eu puder de manhã eu vou colocar, né? Eu e vou ver se não sei o que é que eu vou fazer aqui em relação a tarde, ou ela vai comigo, né? Eu sei que as aulas dela agora só começa em março. As minhas já vai começar agora em fevereiro, né? Então aí eu falei com minha mãe, pra minha mãe vim, que ela mora em Cerro Corá, pra ela vim até as aulas de (nome da filha) começar, né? Pra não ficar tendo que levar ela, né? Nesse começo, né? [...]Eu ainda fui acho que umas duas semanas de aula com ela pra ver se dava certo levar ela né? Mas aí começou a pandemia pronto aí ficamos em casa. Assim, aparentemente parecia que ia dar certo, o pessoal ia me ajudar, os professores, as professoras que ainda a maioria é professora. Elas eram bastante compreensíveis comigo, podia se ela tivesse assim chorando, alguma coisa eu não precisava sair da sala, que eu achei até isso interessante, né? Porque eu fiquei com medo, professor não gostar, né? Zuada, essas coisas, mas as professoras elas eh entenderam a minha situação (discente 03).

Com relação ao relato da discente 03 sobre levar a filha para a universidade, segundo o FONAPRACE (2019), as estudantes-mães trazem mais frequentemente os (as) filhos (as) para a universidade, em uma proporção de quase quatro vezes a dos estudantes que são pais. Tal discrepância é problematizada pelo FONAPRACE, quando questiona se essa prática de trazer o filho para a universidade, se deve ao atendimento por creches nas instituições, ou a arranjos precários dessas mães para conseguirem frequentar as aulas.

Considerando o tradicional papel da mulher como cuidadora, pode-se supor que os estudantes do sexo masculino tenham mais facilidade em encontrar familiares dispostos a assumir a responsabilidade do cuidado com seus filhos; enquanto estudantes do sexo feminino seriam cultural e socialmente levadas a assumir, elas próprias, tal responsabilidade (FONAPRACE, 2019).

As entrevistadas também foram questionadas sobre como faziam para estudar para as provas e fazer os trabalhos. Os arranjos são os mais variados, como os da discente01, quando diz: “Consigo, geralmente espero meu filho dormir para poder me concentrar em silêncio, ou quando o pai está para caso de atividades urgentes”. A discente 02 tem a seguinte estratégia: “Dedico um tempo diário para reforçar o conteúdo estudado em sala de aula, e quando as avaliações se aproxima me dedico mais um pouco, pesquisando e revendo atividades”. Sobre esse questionamento, segue a resposta da discente 03:

Como tenho uma filha de 2 anos, passo o dia tentando estudar, quando ela vai dormir no período da tarde, quando ela sai a noite com pai dar um passeio pelo condomínio, também tento aproveitar os momentos que ela está brincando com os brinquedos delas e até mesmo ouvindo as músicas infantis dela. Há noite depois que coloco ela para dormir também aproveito para estudar até o sono chegar!

A discente 06, que não reside em Mossoró, mostra que sua estratégia difere um pouco das outras: “Geralmente eu faço nos horários que eu tenho disponível, que são bem poucos por causa da minha filha pequena. Ou às vezes faço no ônibus mesmo, enquanto chego na faculdade. O percurso demora cerca de 2 horas ida e duas horas volta”. Considerando esses relatos pode-se inferir que, ter com quem deixar os filhos é fator primordial para que as estudantes-mães consigam executar suas obrigações acadêmicas. Foi possível observar que, independente das aulas presenciais ou remotas, os entraves de tentar assistir às aulas ou estudar com os filhos são muitos.

Com relação a ter pessoas que possam ajudar, cuidando dos filhos, para que as discentes possam estudar, apenas uma discente citou que além da mãe alguns familiares ajudavam com a filha, para ela ir a algum compromisso como uma consulta, por exemplo. Três das entrevistadas citaram apenas a mãe como suporte. As outras estudantes relataram que o único apoio é o marido.

Nesse sentido, Ávila (2010) ressalta que, apesar das dificuldades enfrentadas por essas estudantes-mães, ter o apoio de alguém, muitas vezes da rede de configuração familiar, pode ser o diferencial entre permanecer ou abandonar a universidade.

De acordo com Santos (2014), as estudantes que não contam com uma rede de suporte para ajudar com as suas obrigações, podem não ter condições de cumprir com as suas atividades acadêmicas, ou até mesmo não ter condições de permanecer no curso; ao menos não com a mesma linearidade masculina.

4.3.4 Trancamento do curso

Com relação ao trancamento do curso, as estudantes foram questionadas se alguma vez já teriam precisado interromper a graduação e trancar o curso e quais os motivos que as tinham levado a tomar essa decisão. Somente uma das entrevistadas relatou ter feito o trancamento da matrícula, que foi a discente 01, conforme o trecho da entrevista a seguir:

[...] eu tranquei várias vezes, teve uma vez foi porque eu estava apertada e aí eu tive que trabalhar tranquei pra trabalhar na AeC. Na época teve uma parte do

treinamento, aí eu tive que trancar o semestre pra poder terminar o treinamento e entrar. Aí também teve a vez que eu fiquei grávida. E eu meio que tive vergonha quando a barriga começou a crescer e C e T você sabe é só macho. Aí eu fiquei meio assim envergonhada, aí eu tranquei quando a barriga começou a crescer. E teve outra vez também por questões psicológicas digamos assim pessoais.

A discente 07 informou que nunca trancou o curso, mas que precisou diminuir as disciplinas cursadas por semestre, em virtude da dificuldade de conciliar a maternidade com os estudos.

Urpia (2009) e Santos (2014) verificaram em seus estudos que, o percurso acadêmico das estudantes-mães não são trajetórias lineares, mas podem ser caminhos repletos de desafios e marcados por paradas e recomeços.

Figueiredo (2019) também identificou em sua pesquisa que onze estudantes-mães, que representam 25% do grupo pesquisado, solicitaram trancamento geral de matrícula em algum momento de seu percurso acadêmico no curso. A autora informou que, quando questionadas sobre o motivo do trancamento geral do curso, 63,6% das pesquisadas apontaram questões relacionadas à maternidade como o principal motivo.

Sobre a situação de engravidar durante a graduação, Urpia (2009) ressalta que essa experiência é desafiadora, pois é preciso a todo tempo conciliar as demandas acadêmicas com as maternas. Segundo a autora, as estudantes-mães nessa situação vivenciam seus primeiros embates na universidade antes mesmo do nascimento do filho, quando passam por algum problema na gravidez, ou quando precisam negociar saídas das aulas para consultas de pré-natal. Nesse sentido, a autora argumenta que a universidade, precisaria pensar também nas estudantes gestantes quando planeja ações de assistência aos estudantes, já que essa é uma realidade no ambiente universitário.

Os fatores para o trancamento do curso observados por Figueiredo (2019), em sua pesquisa, foram: falta de tempo, questões relacionadas à maternidade, sentimento de sobrecarga e problemas financeiros e depressão. Percebe-se que a falta de tempo para os estudos, própria da condição de estudante-mãe, faz com esta tenha ainda menos tempo para outras atividades, como o lazer, por exemplo, pois acaba dedicando ao trabalho doméstico o pouco tempo livre que tem.

4.3.5 Permanência simbólica

Sobre a permanência simbólica, Santos (2009) explica que permanecer simbolicamente na universidade tem a ver com a permanência do indivíduo na universidade de modo a permitir a sua transformação, a convivência com seus pares e o pertencimento ao ambiente universitário. Portanto, trata-se de entender a permanência como a possibilidade dos estudantes se manterem na universidade até o final do curso, mas com qualidade suficiente para que haja transformação individual e do seu meio social.

Com a finalidade de compreender como é a permanência das estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche da UFERSA, para além da permanência material, questionou-se como era a vida na universidade, se elas participavam de alguma atividade extracurricular, se trabalhavam, e se já haviam passado por algum constrangimento por causa da maternidade.

Das estudantes-mães, beneficiárias do auxílio creche da UFERSA, todas relataram que não participam de atividades extracurriculares na instituição. Elas ressaltaram a falta de tempo para realizar alguma outra atividade que não fosse assistir às aulas. Como também pontuaram não ter com quem deixar os filhos.

Sobre realizar algum trabalho informal, apenas uma informou que começou a estagiar recentemente, outra trabalha, de modo informal, fazendo artesanato, conforme relato a seguir: “Faço trabalhos com Origamis (arte dobrar papel), mas até o presente momento não consigo viver dele. Infelizmente as pessoas não valorizam muito os produtos artesanais. Eu vivo tentando, mas até agora nada.” (discente 03).

A discente 07 informou que quando aparece faz serviços de digitação de documento, correção linguística/escrita e ou normas da ABNT de trabalhos acadêmicos. Todas as outras informaram que não realizam nenhum tipo de trabalho, a não ser o trabalho doméstico, que foi algo pontuado por todas as entrevistadas.

Nesse sentido, Zago (2006) entende que o tempo dedicado ao trabalho como forma de sobrevivência do estudante sem condições financeiras, traz muitas situações limites à sua formação acadêmica, como também na participação nos encontros internos e externos à universidade, nos trabalhos em grupo, em reuniões da turma. De acordo com a autora, essa realidade acaba fazendo com que os estudantes se sintam de fora, deslocados de atividades relacionadas à formação acadêmica.

O que é corroborado por Santos (2009), quando pontua que o fato de o estudante ter que trabalhar para garantir sua permanência material, faz com que ele não usufrua de todos os recursos da universidade, e a autora entende que isso pode comprometer a sua permanência simbólica.

As entrevistadas da UFERSA também foram questionadas sobre possíveis situações de constrangimento na universidade. A discente 01 descreve a seguir como foi sua experiência de engravidar durante o curso:

Minha gravidez não foi planejada, quando minha barriga começou a crescer tive vergonha de ir para a faculdade, ainda cursava ciência e tecnologia, não havia muitas meninas no curso e ainda mais com barriga, os olhares me incomodavam e eu não me senti confortável em ir para a faculdade, então tranquei o semestre, retornei só após o parto, me senti melhor assim (discente 01).

É importante ressaltar que a discente 01 cursava o Bacharelado em Ciência e Tecnologia na época em que engravidou. Ela mesma mencionou que o curso era predominantemente masculino e isso a deixou desconfortável. Observou-se que as discentes matriculadas na engenharias, contábeis ou direito não relataram situações em que levaram os seus filhos para a UFERSA. Situação que uma das alunas do LEDOC informou ter feito e ter se sentido acolhida por professores e colegas.

Neste sentido, Urpia (2009) verificou uma situação diferente em seu estudo na Universidade Federal da Bahia. Ela identificou que a discriminação pelo fato de as estudantes serem mães ocorria não apenas entre os colegas estudantes, mas também se estendia aos professores. De acordo com a autora, a discriminação envolvia principalmente o isolamento e a estigmatização da jovem nessa situação. Poder-se-ia inferir que, pelo fato de a pesquisa da autora ser de 2009 e ter passado 13 (treze) anos, que a discriminação vem diminuindo conforme as pessoas aprendem mais e passam a se solidarizar com o outro.

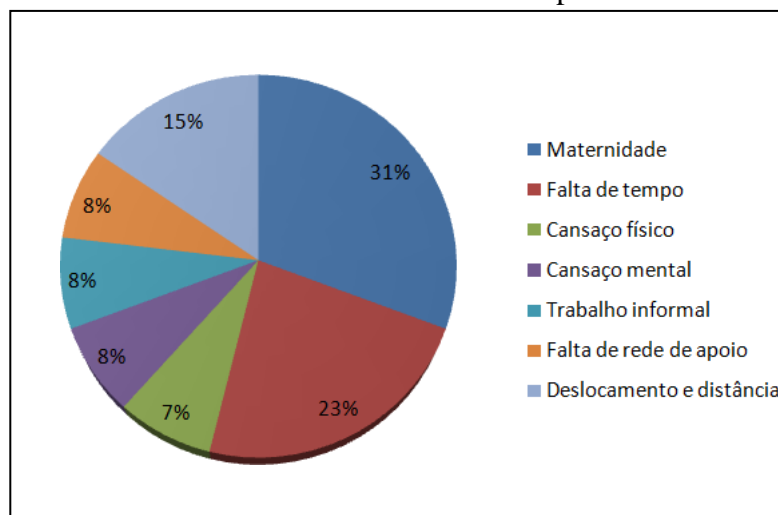
No entanto, na pesquisa de Figueiredo (2019), a autora ainda identificou que 61,4% afirmaram que se já haviam sentido algum tipo de discriminação pelo fato de serem mães. A autora verificou que a discriminação das estudantes-mães advém dos próprios colegas, de professores e também de funcionários, em menor frequência. Apesar de que, quando questionadas sobre ter um bom relacionamento com as pessoas do ambiente acadêmico, a maioria apontou que possuem excelente relação com os colegas e funcionários e boa com os professores.

4.3.6 Fatores dificultadores da permanência

Este tópico tem a finalidade de elencar os fatores que dificultam a permanência, seja ela material ou simbólica, na visão das estudantes-mães. Além das situações que já foram

citadas nos tópicos anteriores. As dificuldades descritas pelas alunas são apresentadas no gráfico 02, a seguir:

Gráfico 2 - Fatores dificultadores da permanência



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Foi possível observar, a partir do gráfico 2, que as maiores dificuldades apontadas pelas entrevistadas, foram a maternidade e a falta de tempo. A questão do deslocamento e da distância da universidade foi citada pelas estudantes que não residem na cidade do campus. Entende-se que os outros fatores acabam sendo um desdobramento dos cuidados com os filhos e com a casa. O cansaço físico e mental e a falta de rede de apoio. Quando existe alguma situação de saúde, essas dificuldades podem se potencializar, conforme descreve a discente 01:

Infelizmente não posso negar que prejudica sim meu desempenho, preocupações de mãe, necessidade de cuidados especiais com a criança principalmente por ser especial, saída para fisioterapia, fonoaudióloga e demais profissionais o que demanda um tempo quase integral de uma mãe, cansaço físico e psicológico que afetam diretamente no meu desempenho acadêmico, as vezes por não ter tempo para me dedicar as disciplinas ou por cansaço mental para me concentrar e estudar.

A discente 04 ressalta a falta de tempo e de rede de apoio, conforme resposta: “Eu acho que é justamente a falta de tempo, de não ter rede de apoio, de não ter com quem deixar os filhos e não ter outra opção a não ser rejeitar muitas oportunidades.

As estudantes-mães, entrevistadas por Santos (2014), também apontaram a falta de tempo como um fator que dificultava a permanência. Inclusive, a falta de tempo também foi elencada como limitador da participação ativa na instituição de ensino.

Figueiredo (2019) verificou, em sua pesquisa, dificuldades semelhantes. Segundo a autora, as três dificuldades mais indicadas foram a escassez de tempo para os estudos e realização das tarefas acadêmicas, dificuldades financeiras e as tarefas relacionadas ao cuidado com os filhos respectivamente.

Sobre as estudantes-mães da UFERSA, quando perguntadas se elas achavam que a maternidade prejudicava a sua permanência e rendimento acadêmico, 57% afirmaram e 43% negaram. A discente 02 relata o seguinte: “Não me sinto prejudicada academicamente pelo fato de ser mãe, visto que tenho um grupo de apoio que me ajuda bastante, que fica com minha filha quando preciso estudar”. A discente 03 diz que apesar de ter que dividir o tempo para dar atenção à filha pequena, não se sente prejudicada pois respeita o seu próprio ritmo.

Nesse mesmo sentido, a discente 06 pontua que não se sente prejudicada pelo fato de ser mãe, mas, ao mesmo tempo informa que não pode participar de outras atividades na universidade, o que por sua vez impossibilita a plena vivência na universidade. Segue o relato da entrevistada: “Não me sinto prejudicada, mas tenho bem menos tempo do que os estudantes que não têm filhos. Assim, não posso participar de disciplinas extras ou de projetos de pesquisa, por exemplo”.

Nesse contexto, a discente 07 trouxe o seguinte relato:

Ser mãe e dona de casa, nessa condição de estudante se torna um desafio, uma batalha constante para vencer o desânimo e o cansaço diário em prol de finalizar a graduação e ingressar no mercado de trabalho buscando dar aos filhos uma condição de vida melhor. Eu vejo sim, quando me comparo a outros colegas, um desnivelamento de oportunidades que podem ser aproveitadas, não porque não são disponibilizadas a mim, mas porque tenho um fator limitador, que é cuidar das crianças que ainda são pequenas e muitas vezes não ter com quem deixar.

Considerando o momento em que estamos vivendo, da pandemia da Covid-19, em que as instituições de ensino usaram do recurso das aulas remotas, observa-se que as estudantes-mães conseguiram permanecer mais tempo com os seus filhos em casa. De acordo com a discente 02, apesar de a pandemia ser algo ruim, as aulas remotas, por motivo do distanciamento social, proporcionaram que ela pudesse ficar com a filha em casa.

Pode-se inferir que a situação das aulas remotas tem o seu bônus, que é aproximar os filhos das mães e excluir uma das dificuldades que é a falta de pessoas para ficar com os filhos, enquanto estudam. No entanto, trouxe também o ônus de ter que fazer tudo (assistir aulas e estudar) com os filhos ao lado, tendo que cuidar deles enquanto desenvolviam outras atividades.

4.4 AÇÕES EXECUTADAS

Nesta parte, serão abordados os elementos de análise que estão relacionados ao terceiro objetivo específico desta pesquisa, sendo elencadas e descritas as ações de assistência estudantil executadas na UFERSA, sob a ótica das beneficiárias do auxílio creche e de profissionais da assistência estudantil.

De acordo com o Decreto nº 7.234/2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

Considerando que, cabe à instituição federal de ensino superior a implementação do programa, definindo os critérios e a metodologia para o desenvolvimento das ações de assistência estudantil, a UFERSA conta com o Programa Institucional de Assistência Estudantil (PIAE), aprovado pela Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 003/2020, de 29 de julho de 2020. O PIAE tem a finalidade de ampliar as condições de permanência de discentes dos cursos de graduação presencial da UFERSA em situação de vulnerabilidade socioeconômica, durante o tempo regular do seu curso acrescido de dois semestres letivos regulares.

Nesse contexto, para compreender melhor como é a realidade das ações de assistência estudantilexecutadas na UFERSA, direcionadas às estudantes-mães, as beneficiárias do auxílio creche e alguns profissionais lotados na Pró-Reitoria de Assistência Estudantil foram questionados sobre essas ações.

Faz-se necessário ressaltar que os depoimentos dos entrevistados são ilustrativos de uma tendência do conjunto das falas. Mas procurou-se apresentar discursos dos diferentes atores entrevistados, para tentar evitar uma visão unilateral sobre o tema abordado.

4.4.1 - Auxílio Financeiro e a demanda do auxílio creche

As ações de assistência estudantil podem ser realizadas na forma de auxílio pecuniário ou através de serviços de apoio ao estudante. Almeida (2019), em seu trabalho sobre a Assistência Estudantil como estratégia de combate à evasão e retenção na UFERSA, verificou

que as ações de assistência estudantil desenvolvidas na UFERSA seguem as orientações das áreas do PNAES, sendo desenvolvidas tanto na forma de subvenção financeira ou através de serviços de apoio ao estudante (moradia, RU, serviços especializados). No entanto, a autora ressalta que ainda existem algumas áreas do PNAES que não estão consolidadas.

Os auxílios financeiros ofertados pela UFERSA, através da PROAE são os seguintes: bolsa acadêmica, bolsa esporte, moradia estudantil, auxílio moradia, auxílio Alimentação, auxílio transporte, auxílio didático, auxílio inclusão digital, auxílio creche, auxílio acessibilidade, auxílio Saúde, e auxílio emergencial. As normas complementares, o número de vagas e os valores de cada modalidade serão estabelecidos e divulgados em editais, que são lançados semestralmente (UFERSA, 2020).

As modalidades, suas descrições e os respectivos valores são apresentados no quadro 02, a seguir:

Quadro 2 - Modalidades dos benefícios

MODALIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR
Bolsa Acadêmica	Visa apoiar a formação acadêmica do(a) discente, através de sua implementação de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura, sob a orientação de um/a docente ou técnico-administrativo, excetuando-se a monitoria. O(a) bolsista exercerá suas atividades em 10 (dez) horas semanais.	R\$ 400,00
Bolsa Esporte	É destinada a discentes que possuam habilidade esportiva, para apoiar o desenvolvimento das atividades oferecidas a estudantes da UFERSA, relacionadas à modalidade esportiva do(a) bolsista, que exercerá suas atividades em 10 (dez) horas semanais.	R\$ 400,00
Auxílio Acessibilidade	Consiste em apoio financeiro a discentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.	R\$ 340,00
Auxílio Transporte	Apoio financeiro a discentes que tenham despesas com transporte no deslocamento da residência até a UFERSA.	R\$ 230,00
Auxílio Creche	Consiste em apoio financeiro a discentes com dependente(s) legal(is) na faixa etária de 0 (zero) a 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses, desde que faça parte do seu núcleo familiar comprovado pelo Cadúnico, para despesas com creche ou outras relacionadas à manutenção infantil, enquanto desempenham suas atividades acadêmicas.	R\$ 230,00
Auxílio Inclusão Digital Equipamento (parcela única)	Consiste em subvenção financeira, paga em parcela única, para aquisição exclusivamente de Notebook ou Computador Desktop, com o objetivo de possibilitar a participação do(a) discente nos eventos e atividades unicamente digitais e executadas de forma remota.	R\$ 3.000,00

Auxílio Inclusão Digital Internet ou Plano de Dados (parcela única)	Consiste em subvenção financeira, paga em parcela única, para contratação de internet ou plano de dados, com o objetivo de possibilitar a participação do(a) discente nos eventos e atividades unicamente digitais e executadas de forma remota.	R\$ 400,00
Auxílio Moradia	Consiste em apoio financeiro destinado a discentes pela diminuição da capacidade e oferta de vagas nas Moradias Estudantis, conforme normas de biossegurança em razão da pandemia do coronavírus.	R\$ 340,00
Moradia Estudantil	Consiste em conceder moradia temporária em uma das unidades residenciais e é destinada a discentes dos cursos de graduação que não tenham residência familiar na cidade do Campus em que estiverem matriculados(as).	-

Fonte: Edital nº 010/2021 - Proae

De acordo com o regulamento do PIAE, a vigência dos benefícios, exceto a Moradia Estudantil e os Auxílios Saúde e Emergencial, será de um semestre letivo regular, podendo ser renovada por igual tempo, desde que o discente assistido não se enquadre em nenhum dos requisitos estabelecidos que tratam do desligamento.

Nesse contexto, foi perguntado às estudantes-mães se elas recebiam algum outro auxílio da UFERSA, fora o auxílio creche. Das estudantes-mães entrevistadas, quatro responderam que receberam também o auxílio inclusão digital, nesse período de aulas remotas em virtude da Pandemia da Covid-19. O Auxílio Inclusão Digital consiste em subvenção financeira, com o objetivo de possibilitar a participação do discente nos eventos e atividades unicamente digitais e executadas de forma remota pela Universidade para aquisição de equipamentos tecnológicos e contratação de planos de internet.

Quando questionadas se tentaram a seleção para outros auxílios e por qual razão procuraram o auxílio creche, apenas duas haviam tentado outros auxílios. Alguns motivos elencados para justificar a procura pelo auxílio creche foram: ajudar a pagar uma creche para os seus filhos e não conseguir ser selecionada em outros auxílios, conforme relatos a seguir: “Não tentei outros auxílios, fora o de equipamento que também fui contemplada semestre passado. Até iria tentar o auxílio transporte agora nesse semestre, mas como eu já fui beneficiada com o auxílio creche não poderia ser aprovada no de transporte” (discente 02). Segundo a discente 06, ela informa que tentou o auxílio transporte, mas não foi selecionada. A discente 03 relata o seguinte:

Tentei para o auxílio computador e o auxílio internet e fui contemplada com os dois. O motivo que me levou a tentar o auxílio creche foi para ajudar meu esposo, e só assim ele me deixar estudar, já que ele ganha um salário mínimo e é responsável em

pagar as parcelas do nosso apartamento que foi financiado pelo Minha Casa Minha Vida, paga também as demais contas e ainda nossa alimentação. Só assim posso continuar na UFERSA. Não tenho o apoio do meu pai e nem o do meu esposo para continuar estudando.

De acordo com o Relatório da PROAE de 2021, em virtude da pandemia da Covid-19, a principal ação realizada no exercício de 2021 foi o apoio à inclusão digital dos estudantes em situação de vulnerabilidade, a fim de evitar prejuízos educacionais e para que estes continuassem matriculados na Universidade durante as aulas remotas.

Nesse sentido, alguns profissionais lotados na PROAE, incluindo o Pró-Reitor, duas servidoras lotadas na Divisão de Programas Sociais, uma psicóloga e uma assistente social, foram questionados sobre as ações voltadas às estudantes-mães e sobre o auxílio creche, seu valor e sobre a possibilidade de receber outros auxílios ou bolsas da universidade. Da mesma forma que foi feito com as alunas, com a intenção de preservar o anonimato, os profissionais da UFERSA serão aqui denominados de: profissional 01, profissional 02 e etc.

De acordo com o profissional 01, existem planos para ampliar as ações, no entanto, a principal ação direcionada para o público das estudantes-mães é o auxílio creche, que atualmente está no valor de R\$ 230,00. De acordo com a resolução CONSUNI/UFERSA Nº 003/2020, que regulamenta as ações de assistência estudantil da UFERSA, os (as) discentes não podem acumular os benefícios da assistência estudantil que possuem subvenção financeira, com periodicidade de desembolso mensal, com nenhuma outra bolsa concedida pela UFERSA ou órgãos e entidades externas, estágios, vínculo empregatício ou atividade remunerada. Segundo o profissional 03: “Isto é um limitador para o acesso ao benefício existente e que pode impedir o acesso de muitas discentes que necessitam do auxílio para apoiar as necessidades com seus (suas) filhos (as).

Sobre a possibilidade de acúmulo de benefícios, o profissional 05 relata o seguinte:

Até o ano de 2020 o acúmulo do auxílio creche com outra atividade acadêmica era possível, contudo, com aprovação da Resolução Consuni/Ufersa 003/2020, em 29 de julho de 2020, a qual rege as ações de Assistência Estudantil da Ufersa, isto não pode mais ocorrer, considerando o Art. 9º que prescreve que “discente não poderá acumular os benefícios do Piae, que possuem subvenção financeira, com periodicidade de desembolso mensal, com nenhuma outra bolsa concedida pela Ufersa ou órgãos e entidades externas, estágios, vínculo empregatício ou atividade remunerada”. Portanto, a discente beneficiada com o auxílio creche, como recebe o benefício mensalmente, com exceção dos meses de recesso acadêmico, não poderá acumular com outra auxílio ou bolsa da universidade. Assim, caso contemplada com outra bolsa deverá fazer a opção pelo o que for mais vantajoso.

Nesse contexto, a Resolução CONSUNI/UFERSA nº 003/2020 determina que o (a) discente poderá participar de mais de uma modalidade do PIAE. No entanto, traz exceções quando estabelece que o (a) discente assistido com a Moradia Estudantil não poderá participar das modalidades de Auxílio Transporte e Auxílio Emergencial e; a Bolsa Acadêmica e a Bolsa Esporte são acumuláveis somente com as modalidades de Moradia Estudantil e Auxílio Saúde.

Sobre outros benefícios, os estudantes da moradia sem bolsas da assistência estudantil, de pesquisa, extensão, monitoria ou estágio têm direito à gratuidade em todas as refeições do RU. Os demais alunos de graduação presencial têm direito a um desconto no pagamento das refeições no RU, sendo o restante do valor da refeição subsidiada pela UFERSA. Assim, pode-se perceber que o RU é um dos serviços da assistência estudantil da UFERSA que atende a todos os estudantes (ALMEIDA, 2019).

Sobre a demanda pelo auxílio creche, os profissionais da PROAE foram questionados se a procura pelo auxílio era alta ou baixa e, a que eles relacionavam essa demanda. Seguem alguns relatos:

Percebo que a demanda pelo auxílio tem sido baixa devido aos limitadores que são estabelecidos na resolução que regulamenta a assistência estudantil da Ufersa, como o não acúmulo com outras bolsas e auxílios da assistência estudantil e não poder acumular com bolsas de pesquisa, de extensão, de monitoria, de estágio e com vínculo empregatício ou atividade remunerada. Além disso, percebo que os critérios de seleção dos editais, em que a renda é o principal critério de acesso, pode ser um limitador para essa baixa demanda, pois vulnerabilidade social é um conceito multifatorial e que está para além de renda, envolvendo outros aspectos da vida do indivíduo, como fragilidade de vínculos familiares, preconceitos, papel da mulher na sociedade, etc (profissional 03).

Diante do exposto, observa-se que as estudantes-mães podem concorrer aos outros auxílios e bolsas, desde que preencham os requisitos previstos em edital. Contudo, existe o impedimento do acúmulo do auxílio creche com outras bolsas da UFERSA, inclusive com outras atividades remuneradas. Sendo assim, o auxílio creche só poderia ser acumulado com a moradia estudantil e, com o auxílio inclusão digital, por ser um benefício pontual e não ter periodicidade mensal.

Sobre a procura pelo auxílio creche, de acordo com as respostas dos profissionais de assistência estudantil, observa-se que é baixa, levando em consideração a demanda de outros benefícios pecuniários. Segundo os servidores entrevistados, tal fato se deve pelo baixo valor do auxílio creche e pela impossibilidade de acúmulo com outras bolsas. Sendo essas estudantes-mães pessoas em situação de vulnerabilidade social, muitas vezes esse valor

recebido pela universidade é o que elas dispõem para suprir as necessidades materiais e, assim, permanecerem na universidade.

Conforme as respostas das alunas entrevistadas da UFERSA, elas não deixam de tentar a seleção para mais de um benefício financeiro por não precisarem do auxílio, e sim pelo impedimento do acúmulo. Percebe-se que essa situação é discrepante com a realidade do público atendido pelo PNAES, em especial as estudantes-mães, as quais não podem sobreviver apenas com o auxílio fornecido pela universidade, tão pouco podem acumular o benefício com uma atividade remunerada.

Sobre os arranjos utilizados pelos estudantes para se manterem na universidade, Zago (2006) e Santos (2009) consideram o trabalho como a principal estratégia que os estudantes pobres encontram para suprir as necessidades financeiras e permanecer na instituição. O que é corroborado por Ávila (2010), quando diz que as estudantes-mães que pertencem às camadas populares precisam do trabalho para sobreviver.

Nesse sentido, Santos (2014) ressaltou que a UFBA dispõe de creche, mas nem todas as suas entrevistadas conseguiram ser atendidas por esse benefício. A autora informa também que, apenas uma de suas entrevistadas, obteve ajuda financeira de uma política de permanência da universidade, que foi o auxílio transporte.

Figueiredo (2019) verificou, em sua pesquisa, que 63% das estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche na UNIFAL também foram contempladas com o auxílio permanência. Logo, observa-se que na UNIFAL não existe a vedação do acúmulo de benefícios pecuniários, como existe na UFERSA.

Sobre a exigência de contrapartidas para o recebimento do benefício, Felix (2019) entende que essa prática acaba atribuindo à assistência estudantil um caráter “moralizador e conservador”, quando exige do indivíduo a realização de um trabalho, ou da apresentação de determinado rendimento acadêmico, da conclusão do curso em determinado espaço de tempo; ter acesso às bolsas e auxílios da Universidade. Para a autora, de certa forma, torna-se até contraditório exigir a realização de um trabalho e ter bom rendimento ou concluir o curso no tempo regular.

As condições impostas aos estudantes para serem selecionados a receber algum auxílio ou bolsa da PROAE, são descritas no art. 26 da Resolução CONSUNI/UFERSA nº 003/2020, a seguir:

Art. 26. O discente que deseja pleitear um dos benefícios do Piae deverá:

- I - estar regularmente matriculado na instituição, em curso de graduação presencial, em pelo menos 4 (quatro) componentes curriculares, exceto:
 - a) os discentes matriculados em cursos que ofertem menos de 4 (quatro) componentes curriculares no semestre letivo regular; e
 - b) os discentes que estiverem matriculados apenas nos componentes curriculares estritamente necessárias para a conclusão do seu curso, podendo esta situação ocorrer uma única vez.
- II - ter renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio de referência nacional;
- III - ter cumprido os seguintes requisitos, no caso de discentes que foram discentes assistidos do Piaie no semestre letivo regular anterior:
 - a) ter Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) semestral igual ou maior que 5,00 (cinco) no semestre letivo regular anterior;
 - b) não ter sido reprovado em mais de dois componentes curriculares por média; e
 - c) não ter nenhuma reprovação por falta.
- IV - estar cursando, prioritariamente, a primeira graduação.

Segundo Felix (2019), a assistência estudantil na UFERSA tem uma lógica produtivistas, com atendimento de um maior número de discentes, com valores de benefícios baixos; aplicação de diversas condicionalidades e contrapartidas (sobretudo nas modalidades de bolsa); grande rotatividade de beneficiários (haja vista a curta vigência dos benefícios e as condições imposta para a manutenção destes) e centralidade na renda como critério de seleção.

Com relação à lógica da produtividade, Nascimento (2018) esclarece que isso se expressa em como são conduzidas as ações de assistência estudantil, procurando atender a um maior número de estudantes, com menores recursos e em menor tempo. Essa prática pode levar à priorização do pagamento de benefícios pecuniários em detrimento da construção de bens e equipamentos permanentes, que pudesse atender a um número maior de estudantes, atender com mais qualidade.

4.4.2 Ações de assistência estudantil e serviços especializados

O documento do PNAES preconiza que as ações de assistência estudantil deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, democratização do acesso às tecnologias da informação, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e inclusão de estudantes com deficiência; transtornos globais do desenvolvimento; altas habilidades e superdotação. Sendo responsabilidade das universidades definirem os critérios e metodologia das ações. Logo, essas ações não precisam ser, necessariamente, em forma de pecúnia.

As universidades podem desenvolver outras ações nas áreas estratégicas do PNAES. Nesse sentido, as estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche e os profissionais de assistência estudantil foram questionados sobre outras ações de assistência estudantil desenvolvidas pela UFERSA.

Das estudantes-mães entrevistadas, apenas a discente 04 relatou ter participado de alguma ação da Universidade direcionada às mães. Todas as outras estudantes disseram não ter conhecimento de nenhuma outra ação de assistência estudantil, voltada às estudantes-mães. A discente 04 não soube informar se a ação partiu da PROAE, conforme relato, a seguir:

Sim, eu participei recente, eh mães em home office. Que a universidade promoveu recentemente. Sim é de início como no momento em que as mães estavam em home office eh a gente sempre, eh elas sempre colocavam, eh perguntava qual era a nossa realidade né? Em home Office a princípio foi isso e depois foi tipo um eh um debate tipo a gente falava um pouco né em conversas de WhatsApp a gente em grupo de WhatsApp a gente falar sobre o nosso cotidiano sobre as dificuldades naquele momento. Eram mais mães que trabalhavam, mas como eu me sentia, como eu sinto, eu sinto que a faculdade é um trabalho, é algo que a gente né? Eh tem responsabilidade como um trabalho, então eu me candidatei e elas me selecionaram.

Sobre serviços especializados prestados pela PROAE, as estudantes-mães informaram que nunca procuraram atendimento, inclusive não conhecem bem como funciona, conforme relato a seguir:

Até preciso, mas não fui atrás não. Eu achei que fosse demorar então eu não fui não fui. Não busquei, também vi que era mais pra questões eh não era muito pra questões pessoais, era mais pra questões mesmo didática, mesmo de estudante, essa relação. Eu achei que não fosse, não fosse atender a minha a minha necessidade (Discente 04).

A única discente que informou ter procurado o atendimento psicológico da PROAE foi a discente 01, de acordo com a resposta a seguir:

Eu passei por uma situação com eu era monitora de uma disciplina e passei umas situações muito estressadas com o professor aí eu fui desisti eu fui desisti da monitoria aí eu falei com a psicóloga ela quis saber o porquê porque eu já era a segunda eh aluna a desistir também do mesmo professor. Aí assim a gente conversou tal ela até queria que eu continuasse procurando o professor só que eu não estava muito bem porque ele fala muitas coisas desagradáveis e eu no fim eu tranquei o semestre pra descansar.

De acordo com as respostas dos profissionais de assistência estudantil, pôde-se observar que a UFERSA disponibiliza ações e serviços especializados aos discentes, no entanto, não são exclusivos para as estudantes-mães, e sim para todos os discentes da instituição. Contudo, são serviços que as estudantes-mães podem acessar, quando sentirem

necessidade. Segundo os profissionais entrevistados, além das bolsas e auxílios, são ofertados serviços especializados (psicologia, serviço social, nutrição, odontologia, esporte e apoio pedagógico) que são direcionados para todos(as) os(as) discentes de graduação presencial.

Sobre as ações de assistência estudantil direcionadas para as estudantes-mães, executadas na UFERSA, pode-se dizer que são implementadas seguindo as orientações descritas no PNAES, no entanto as ações são limitadas e, com exceção do auxílio creche, não são voltadas para esse público. O que pode ser visto no relato da profissional 03, a seguir:

Percebo que a assistência estudantil das universidades federais brasileiras ainda deixa muito a desejar no apoio às estudantes mães. Penso que este público ainda é muito invisibilizado e que isto tem relação direta com o papel da mulher na família e na sociedade, a posição historicamente ocupada na sociedade patriarcal atribuída a elas o papel social de cuidadora e responsável pelas tarefas domésticas, o que reforça uma injusta divisão sexual do trabalho, tornando a maternidade durante a trajetória acadêmica uma condição que pode trazer uma série de dificuldades para conciliar com a vida estudantil, evidenciando que as mulheres podem ser um grupo social em desvantagem de permanência ou desempenho no ensino superior, quando na condição de mães, por isso, elas precisam de ações e políticas de apoio e suporte ao longo da trajetória acadêmica.

Nesse contexto, Ávila (2010) faz uma reflexão sobre como as estudantes-mães são vistas no ambiente universitário: “A mim me parece, após ouvir os depoimentos dessas mulheres, que talvez a universidade não se aperceba da presença delas em seu interior ou então, que a universidade esteja indiferente a essa presença, ou ainda, que essa presença até a incomode”.

Apesar das ações de assistência estudantil citadas pelos profissionais da UFERSA, observou-se que as estudantes entrevistadas, em sua maioria, desconhecem o funcionamento delas. Outra questão que chamou a atenção foi a falta de tempo, mencionada pelas alunas, para participar de qualquer atividade que não seja assistir às aulas. Fazendo com que esses serviços sejam pouco procurados ou pouco efetivos para elas.

Figueiredo (2019) verificou, em seu estudo que, a maioria das estudantes-mães não procuram os recursos institucionais disponíveis na Universidade para atender os discentes com dificuldade, recursos como: o professor, para esclarecimento de dúvidas, a monitoria, ou ainda o Apoio Pedagógico aos Discentes, aprovado em fevereiro de 2018, com a finalidade de oferecer orientação educacional aos discentes de graduação. Este último foi observado pela autora que é desconhecido pelas alunas entrevistadas.

Sobre outros serviços acessados pelas estudantes-mães na UNIFAL, Figueiredo (2019) ressaltou que elas utilizavam com maior frequência o Restaurante Universitário e muito pouco

a Biblioteca para o empréstimo de livros. A maioria delas (63,6%) recebia o auxílio permanência da assistência estudantil, porém, um percentual considerável (40,9%) trabalhava ou exercia algum tipo de atividade remunerada para se manter na Universidade. Observa-se, que a falta de tempo é um grande empecilho para as estudantes-mães vivenciarem os demais serviços oferecidos pela universidade.

4.5 EFETIVIDADE DAS AÇÕES EXECUTADAS

Nesta parte, serão abordados os elementos de análise, que estão relacionados ao quarto objetivo específico desta pesquisa, com a intenção de verificar se as ações de assistência estudantil, praticadas na UFERSA, são efetivas para auxiliar na permanência das estudantes-mães.

A avaliação das políticas públicas consiste, nessa análise, e verificação dos impactos na vida para quem essa política se destina. De acordo com Rodrigues (2010), a avaliação da política tem a finalidade de oferecer ferramentas para verificar se os objetivos foram alcançados, como também orientar decisões futuras.

De acordo com Dias e Matos (2012), A avaliação é um ferramenta importante porque permite à administração realizar uma série de ações com os resultados obtidos, são eles: gerar informações úteis para as próximas políticas públicas; realizar a prestação de contas; justificar as ações e explicar as decisões; corrigir e prevenir falhas; responder se os recursos estão produzindo os resultados esperados e da forma mais eficiente possível; identificar as barreiras que impedem o sucesso de um programa; promover o diálogo entre os vários atores individuais e coletivos envolvidos.

Condé (2013) ressalta a importância da etapa de avaliação, explicando que o investimento público realizado, em qualquer política pública, deve ser verificado quanto ao atendimento de suas metas, objetivos, alcance, eficiência, eficácia e efetividade.

4.5.1 Avaliação das ações de Assistência Estudantil direcionadas às estudantes-mães da UFERSA

Neste tópico, será observado como as ações de assistência estudantil, direcionadas às estudantes-mães, são avaliadas pelos atores envolvidos na UFERSA. Sejam essas ações benefícios pecuniários ou ações alternativas. Dessa forma, as estudantes-mães foram questionadas sobre a sua opinião com relação ao auxílio creche e o seu valor. Pelas respostas das alunas foi observado que, apesar de elas reconhecerem a importância do auxílio creche,

para ajudar nas despesas com os filhos, foi ressaltado que o valor era inferior ao valor de outras bolsas e auxílios da UFERSA. Conforme relato a seguir:

Ajuda, mas realmente eu acredito que era pra ser melhor, não é reclamando, mas pelo menos pelo menos acompanhando, né? O que acontece, porque na creche vou dar o exemplo da creche dele eh certo que até uma hora é um horário semi integral mas todo ano tem o aumento pronto esse ano era trezentos e sessenta pro ano que vem vai ser quatrocentos e vinte e cinco não é só ela, todas as creches quando passa o ano tem aumento do salário, conseqüentemente aumenta a mensalidade. E o auxílio não está aumentando não. A UFERSA não arca com cinquenta por cento digamos assim. Mas se fosse maior com certeza seria bem mais fácil pra gente porque aí o dinheiro digamos assim que sobrasse a gente poderia eh pagar pra pessoa quer ficar com ele né à noite que é o horário que eu estudo pra meio que dar um um no incentivo porque quem vai ficar alguém da família, geralmente não quer cobrar, né? Mas a gente não quer deixar assim sem receber nada (Discente 01).

A discente 05 informa que o auxílio creche tem: “um ótimo valor, no qual me ajuda bastante”. No entanto, a maioria das entrevistadas considera o valor irrisório, em virtude das despesas dos filhos. Conforme relato da discente 06 quando diz que: “o valor é bem inferior ao valor de uma creche”.

De acordo com a profissional 04, o valor do auxílio, que atualmente é de R\$ 230, 00, não sofre alteração desde o ano de 2016, sendo o valor mais baixo de um auxílio ofertado pela UFERSA. A profissional 04 ressalta que o auxílio creche possui uma finalidade bem específica, e os gastos atualmente com os subsídios necessários para uma criança são bastante altos.

Na sequência, as estudantes-mães foram perguntadas se as ações de assistência estudantil praticadas na UFERSA eram efetivas para ajudar na sua permanência na universidade. Apesar das estudantes terem conhecimento apenas do auxílio creche, como ação de assistência estudantil voltada para as estudantes-mães, elas avaliaram de forma positiva, conforme relato a seguir:

Acredito que ações de assistência estudantil voltadas para estudantes mães ajudam a dar uma força para que nós possamos permanecer na faculdade e contribuem para nosso desempenho visto que é possível ter esse tempinho a mais, quando a criança está na creche, para dedicar-se à faculdade (discente 01).

Nesse contexto, a discente 02 ressalta a importância de tais ações, considerando que elas fornecem um suporte para ela. Observa-se que, a ajuda financeira, independente do valor, pode fazer a diferença para uma estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como pode ser visto na fala da discente 04: “Sim fez diferença minha filha hoje está na escola particular por conta do auxílio-creche”.

Sobre o auxílio creche, a discente 07 avaliou da seguinte forma:

Não acho que seja efetiva, porque realmente, como mencionado antes, não cobre todos os custos escolares de uma criança ou mais, que tenhamos. Entretanto, é um auxílio e vejo como uma ajuda, um suporte dado as mães-estudantes, mesmo que mínimo. E que de qualquer maneira serve muito e julgo isso como o mais importante.

Foi possível observar que, para as alunas beneficiárias, apesar do valor não ser condizente com as despesas dos filhos, o auxílio creche é importante e faz diferença para elas.

Com relação ao apoio das instituições a essas estudantes-mães, Urpia (2009) verificou, em sua pesquisa, que as entrevistadas, para conseguirem permanecer na universidade, precisam recorrer à família, a creche, amigos, dentre outros. Entretanto, a autora ressalta que esses não deveriam ser os únicos recursos com os quais essas mães poderiam contar, pois é necessário o apoio institucional da universidade.

O que é reforçado por Ávila (2010), quando fala da “doação parental” de tempo, esforço e dinheiro dos familiares das estudantes-mães. A autora ainda destaca que essa rede de configuração familiar não é suficiente para o sucesso dessas estudantes.

Já para as entrevistas de Santos (2014), um dos aspectos que mais dificultou a permanência na universidade foi o trabalho remunerado, visto que apenas uma delas obteve ajuda financeira de uma política de permanência da universidade, o auxílio transporte. A autora informou que, em nenhum dos casos estudados, as mães puderam dedicar-se integralmente à universidade.

Figueiredo (2019), por sua vez, verificou que o suporte fornecido pela UNIFAL-MG se resumia a poucas ações de assistência estudantil e, estavam mais voltadas à permanência material do que à simbólica. A autora enfatiza que das ações de assistência estudantil que atingem as estudantes-mães na UNIFAL-MG, nenhuma delas está voltada especificamente para esse público. Visto que o auxílio-permanência e o auxílio-alimentação atendem a todos os estudantes de acordo com o critério socioeconômico.

De acordo com Figueiredo (2019), o auxílio voltado para as estudantes-mães na UNIFAL-MG é o auxílio creche. A autora informou que o último reajuste no valor desse auxílio ocorreu em 2012, e que o valor continuava insuficiente para suprir as demandas de uma criança. Na época da pesquisa o valor do auxílio creche era de R \$100,00 (cem) reais.

Diante do exposto observa-se que, as dificuldades das estudantes-mães acabam sendo semelhantes, o que vai diferenciar é o suporte que algumas vão receber, seja familiar, seja institucional. As estudantes-mães, beneficiárias do auxílio creche da UFERSA, avaliaram as

ações de assistência estudantil, mesmo as não exclusivas para elas, como importantes para a sua permanência e desempenho acadêmico.

Elas informaram que o valor do auxílio creche não supria às todas as necessidades com as despesas dos filhos, no entanto, elas ressaltam que sem esse auxílio ficaria difícil permanecer na universidade. Inclusive, foi possível observar, em algumas entrevistas, o receio de falar sobre o valor do auxílio. Percebe-se assim, o quão é importante, para essas alunas, a ajuda financeira e como esse auxílio pode ser o diferencial entre desistir ou permanecer no curso. Pode-se observar também, a importância da avaliação da política pública, com a finalidade de ter o conhecimento se ela está ou não atingindo os seus objetivos.

De acordo com Secchi, Coelho e Pires (2019), a avaliação é a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou. É o momento crucial para a produção do retorno sobre as fases antecedentes.

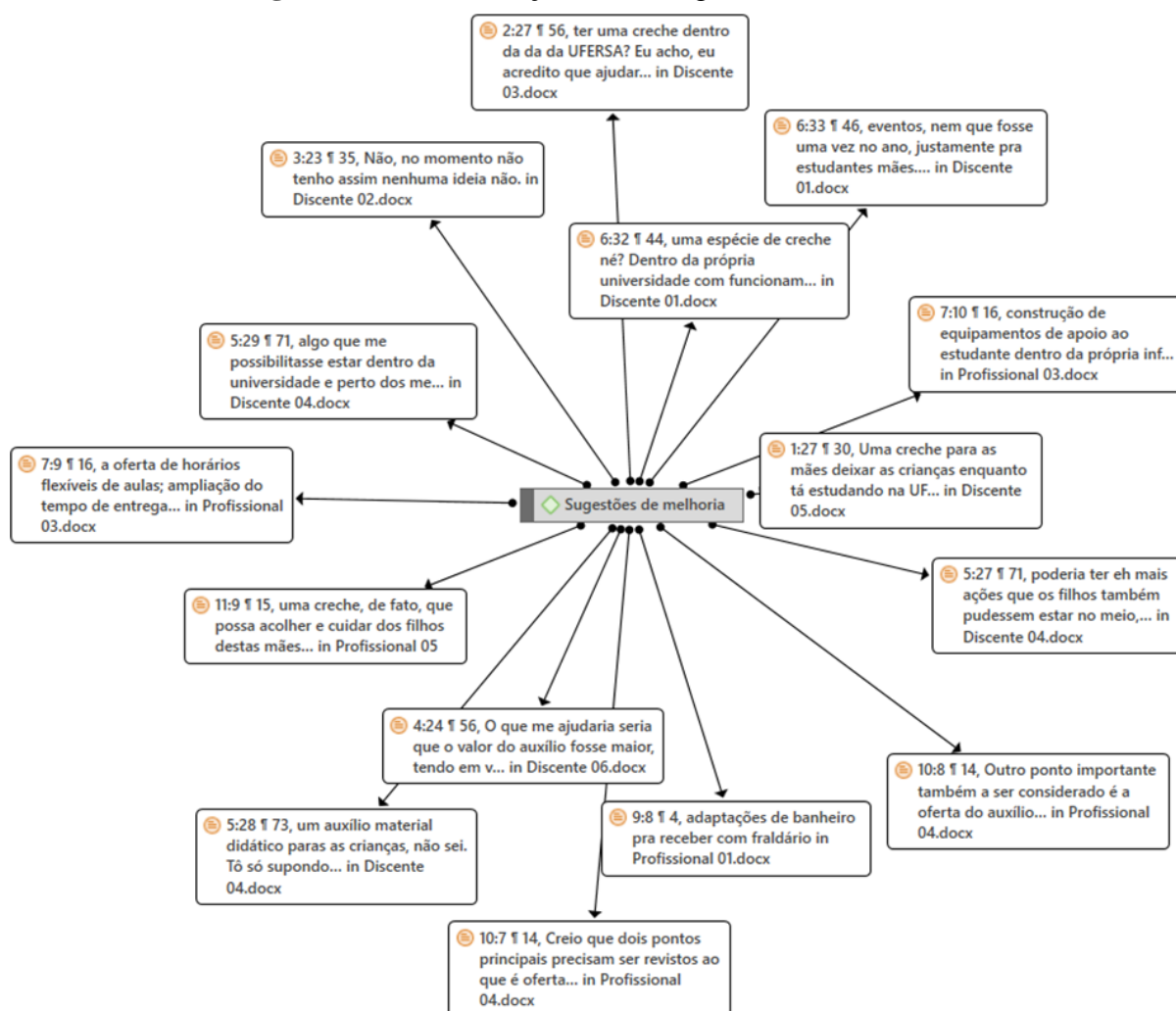
4.6 SUGESTÕES DE MELHORIAS

Nesta seção, serão apresentadas as ideias dos entrevistados para aprimorar as ações de assistência estudantil voltadas para as estudantes-mães. Também serão apresentados os limites e desafios da assistência estudantil da UFERSA, na opinião dos profissionais da PROAE.

4.6.1 Sugestões de melhorias na visão dos entrevistados

Diante do que foi exposto sobre a situação de permanência das estudantes-mães, beneficiárias do auxílio creche e das ações de assistência estudantil executadas pela UFERSA, serão apresentadas as sugestões de melhorias identificadas pelos entrevistados para que seja possível alcançar o quinto objetivo específico e auxiliar na proposição do produto técnico desta pesquisa. Buscou-se obter a opinião tanto das alunas quanto dos profissionais de assistência estudantil, para ampliar a visão sobre as possibilidades das ações de assistência estudantil para as estudantes-mães. A figura 05, abaixo, apresenta a rede de sugestões de melhorias.

Figura 5- Rede de citações sobre sugestões de melhorias



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

De acordo com as respostas dos atores envolvidos, pode-se perceber que a sugestão mais citada é uma creche da própria instituição, onde os filhos das estudantes-mães, e até dos pais também, pudessem ficar enquanto os seus genitores participam das atividades acadêmicas, conforme relato da discente 05: “Uma creche para as mães deixar as crianças enquanto tá estudando na UFERSA”. Percebe-se que o auxílio pecuniário atende um número muito pequeno de estudantes. A creche poderia alcançar e beneficiar um número maior de discentes. Conforme a profissional 03:

Penso que precisamos pensar na legitimação de projetos alternativos de assistência estudantil, que estejam apoiados na construção de equipamentos de apoio ao estudante dentro da própria infraestrutura da universidade (Residências Universitárias; Restaurante Universitário; Creches; Espaços Recreativos e de

Esporte; Serviços de Saúde, etc.)e que estes sejam acessados de forma universalizada, pois isto é fundamental para promover o pleno acesso à educação das mães estudantes.

Evidenciando o relato da profissional 03 sobre “projetos alternativos de assistência estudantil”, é interessante destacar as sugestões das alunas quanto a ações que dizem respeito à permanência simbólica na universidade, conforme relatos a seguir:

Eu acho que Poderia sim ter mais ações. Um exemplo, poderia ter eh mais ações que os filhos também pudessem estar no meio, mesmo que seja alguma coisa relacionada a Universidade, enfim, eh, por exemplo, um balé que às vezes eh chamar atenção de uma criança, entendeu? Que a mãe pudesse estar, eh dentro da universidade, fazendo algo academicamente, ne a criança também pudesse estar ali perto, ne, um pouco próximo aos olhos dos pais, enfim. Não sei, algo desse tipo, algo que me possibilitasse estar dentro da universidade e perto dos meus filhos (discente 04).

De acordo com os relatos das alunas, pode-se perceber que elas têm necessidades também de ações relacionadas à convivência no ambiente acadêmico, e não somente de auxílios financeiros. Conforme Zago (2006), os desafios encontrados pelos estudantes de origem humilde, para permanecer na universidade, vão além dos aspectos materiais.

Conforme Santos (2009), a permanência associada ao que não é material é a permanência simbólica. O estudante, em geral, precisa se sentir igual, sentir que pertence àquele ambiente. Para isso, é necessário participar das atividades disponíveis na universidade, de interação, ou seja, viver a universidade de forma plena. Sendo complicado para a estudante que é mãe e precisa cuidar do filho, quando não está assistindo à aula e muitas vezes, trabalhar também.

Com relação à permanência material, a principal sugestão de melhoria é o aumento do valor do auxílio creche. Principalmente para as alunas que não residem em Mossoró e, assim, não poderiam ter acesso a outros serviços da universidade, conforme resposta da discente 06: “Como moro em outra cidade, nenhum projeto ou assistência que não seja o recebimento do auxílio, poderia me ajudar. O que me ajudaria seria que o valor do auxílio fosse maior, tendo em vista o valor de outros auxílios”.

Outra sugestão com relação a auxílio financeiro foi a da discente 04, conforme segue:

Um auxílio material didático para as crianças, não sei. Tô só supondo aqui, coisas que poderiam, sem ser mesmo o financeiro, entendeu? Mas que pudessem ajudar as mães de alguma forma. Mães que não tem tanta renda, entendeu? Porque eu acredito que a maioria das mães da universidade, eu acredito que tenham uma renda melhor, um apoio melhor, mas enfim, estou falando do meu caso. Se fosse o meu caso, se eu

recebesse, por exemplo um, sei lá, assim uma mochila com o material escolar para os meus filhos, seria perfeito (discente 04).

Diante do exposto, percebe-se que a grande dificuldade dessas estudantes-mães é, de fato, a questão financeira, até pelo perfil de vulnerabilidade socioeconômico delas. Nesse sentido, é interessante ressaltar a fala da profissional 04, quando diz que: “dois pontos principais precisam ser revistos ao que é ofertado atualmente: o valor e o acúmulo. Entendo que o auxílio creche possui uma finalidade bem específica, e os gastos atualmente com os subsídios necessários para uma criança são bastante altos”.

Dessa forma, a profissional 04 oferece duas maneiras de atender a esse público de estudantes-mães, em se tratando de auxílio financeiro. Como já foi citado, inclusive, pelos servidores entrevistados, que o valor do auxílio creche está aquém das necessidades dos filhos das estudantes, a alternativa do acúmulo de benefícios poderia ajudar a complementar as despesas.

Com relação às sugestões de melhoria, Figueiredo (2019) identificou que as principais propostas foram acriação de uma creche universitária, ampliação do serviço de brinquedoteca, criação de fraldários e banheiros família. Em relação à permanência material, a principal ideia foi o aumento do valor do auxílio-creche, bem como a ampliação da idade da criança. Outra sugestão foi a criação de auxílio-transporte e a regulamentação do auxílio-alimentação, permitindo que as crianças dependentes de suas mães também possam se alimentar no RU.

No âmbito pedagógico, uma proposta observada por Figueiredo (2019), foi oferecer às estudantes-mães maior tempo de integralização no curso tendo em vista a dificuldade de conciliar filhos, afazeres domésticos, trabalho e curso. Nesse sentido, a profissional 03 da UFERSA, também faz sugestões no âmbito pedagógico, como: “a oferta de horários flexíveis de aulas, ampliação do tempo de entrega de trabalhos e possibilidade de atividades domiciliares, o que pode contribuir para a diminuição da evasão e retenção das mães estudantes”.

4.6.2 - Limites e desafios da Assistência Estudantil na UFERSA

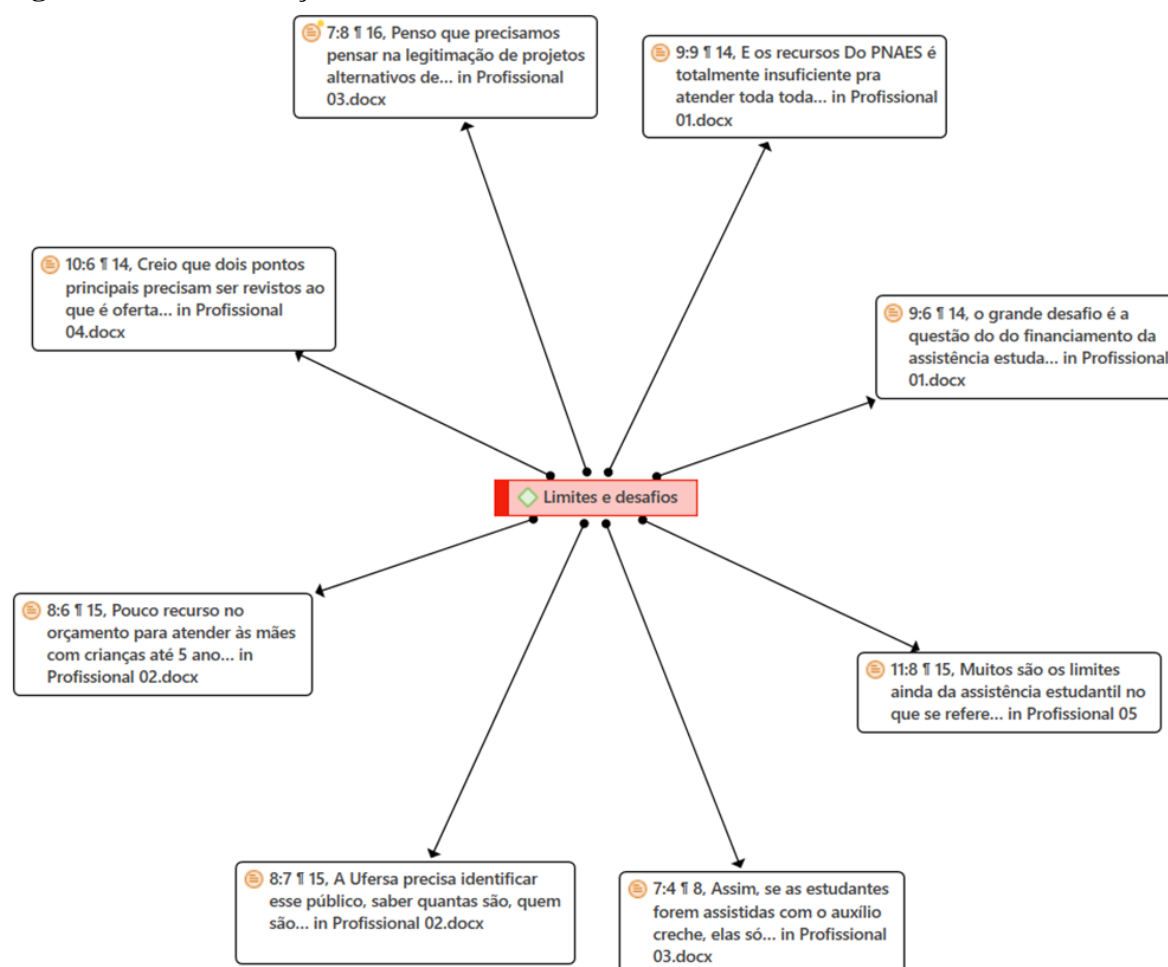
A análise dos limites e desafios, apontados pelos servidores lotados na PROAE, está alinhada ao quinto objetivo da pesquisa, que é captar as sugestões de melhorias nas ações de assistência estudantil, direcionadas às estudantes-mães da UFERSA. A percepção dos

profissionais de assistência estudantil sobre as possibilidades e os limites, é válida para auxiliar na proposição de ações que de fato possam ser desenvolvidas e, assim, ter impacto para os atores envolvidos na política pública.

Nesse contexto, segundo Condé (2013), a política não é feita apenas por vontade dos atores envolvidos, pelo fato dela também ter as suas limitações. As políticas giram em torno das questões e dos bens públicos. Conhecer as suas exigências, a finalidade, os objetivos e as alternativas, possibilita compreender melhor a política pública. Ou seja, é preciso questionar se elas podem ser resolvidas em determinado tempo e quais as suas possíveis soluções, considerando também as suas limitações.

A figura 06, abaixo, apresenta a rede que elenca as situações vistas como limites e desafios para a assistência estudantil na UFERSA, na percepção dos profissionais lotados na PROAE:

Figura 6- Rede de citações sobre os limites e desafios da Assistência Estudantil na UFERSA



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

De acordo com o Profissional 01, o maior desafio é o orçamento da assistência estudantil, conforme relato a seguir:

O grande desafio é a questão do financiamento da assistência estudantil. Hoje na, hoje não historicamente na universidade o financiamento das ações da da assistência estudantil são somente com recursos do Pnaes. E os recursos do PNAES é totalmente insuficiente pra atender todas as demandas da assistência estudantil, principalmente na universidade como a UFERSA.

O que é corroborado por Félix (2019), em sua pesquisa, quando informa que as ações de assistência estudantil da UFERSA são integralmente custeadas com recursos do PNAES, exceto a oferta de transporte por meio de ônibus circular nos campi fora da sede, que era custeado com recursos do orçamento geral da universidade.

O PNAES é considerado uma importante política de permanência e inclusão social na educação superior. No entanto, ele não tem atendido às demandas de todos os estudantes, pois seus recursos são insuficientes para o público das IFES, o que acarreta o desenvolvimento de ações que são marcadas pela seletividade; focalização; predominância da oferta de bolsas; critérios de elegibilidade e condicionalidades, dificultando a ampliação das demandas dos estudantes e dos programas desenvolvidos (ALMEIDA, 2019).

O orçamento também foi citado pela profissional 02, a qual relata que o recurso não é suficiente para atender todas as estudantes-mães. A profissional 02 ainda ressaltou que outra dificuldade é o fato de a instituição não conhecer totalmente esse público. Segundo ela: “a UFERSA precisa identificar esse público, saber quantas são, quem são, suas necessidades para poder traçar diretrizes e estratégias que venham a contribuir com sua permanência para diminuir a retenção e a evasão”. Identificar quem é esse público de estudantes-mães da UFERSA e quantas são, é interessante e teria que fazer parte da formulação de programas/ações específicas para elas.

Outra situação apontada pelos profissionais foi a vedação do acúmulo de benefícios, conforme fala da profissional 03:

Assim, se as estudantes forem assistidas com o auxílio creche, elas só podem acumular com a moradia estudantil. Isto é um limitador para o acesso ao benefício existente e que pode impedir o acesso de muitas discentes que necessitam do auxílio para apoiar as necessidades com seus(suas) filhos(as).

De acordo com as respostas, percebe-se que a vedação do acúmulo de benefícios é encarada como um limitador da política, mas também pode ser uma sugestão de melhoria quando vista de modo a possibilitar que as estudantes-mães possam acumular os auxílios ou bolsas. A profissional 04 ressalta que: “dois pontos principais precisam ser revistos ao que é ofertado atualmente: o valor e o acúmulo. Entendo que o auxílio creche possui uma finalidade bem específica, e os gastos atualmente com os subsídios necessários para uma criança são bastante altos.

A possibilidade do acúmulo de benefícios poderia contribuir para que as estudantes-mães não tivessem que procurar outras alternativas para se manter. Segundo Ávila (2010), a conjuntura socioeconômica das estudantes-mães, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, impõe a elas a necessidade de ter que trabalhar para garantirem a própria sobrevivência e a de suas famílias, fato que compromete a permanência delas na universidade.

Nesse contexto, a profissional 05 traz o seguinte relato:

Assim, muitos são os desafios no que concerne à temática “creche”, desde a inexistência de uma estrutura física, uma creche, de fato, que possa acolher e cuidar dos filhos destas mães estudantes, enquanto elas desempenham esta função para garantir um futuro melhor para os seus filhos. Dessa forma, sem a estrutura física, o auxílio creche tem o intento de substituir, contudo, o valor e o número de auxílios ofertados por período letivo, ainda é muito aquém do que realmente seria necessário para subsidiar os gastos nesta área e contemplar um maior número de mães em vulnerabilidade socioeconômica, que estão lutando pelo acesso e permanência na educação.

De acordo com as falas dos profissionais entrevistados, percebe-se que eles sabem e reconhecem as fragilidades da assistência estudantil na UFERSA, principalmente das ações voltadas para as estudantes-mães. As ideias de melhoria até existem, mas esbarram em entraves como pouco orçamento, regulamentos pouco flexíveis e equipe insuficiente para a quantidade de alunos da instituição. Segundo Almeida (2019), a equipe de assistência estudantil da UFERSA, mesmo tendo profissionais de diferentes áreas, não é suficiente para realizar as atividades de apoio ao estudante.

A seguir, no quadro 3, uma síntese dos resultados encontrados com essa pesquisa:

Quadro 3 – Síntese dos resultados

Objetivos	Categorias	Códigos	Resultados
-----------	------------	---------	------------

<p>Traçar o perfil socioeconômico das estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche, na UFERSA.</p>	<p>Perfil das estudantes-mães.</p>	<p>Idade; Cor/raça; Estado civil; Número de filhos; Situação escolar dos filhos; Vida escolar; Composição do grupo familiar; Renda mensal do grupo familiar.</p>	<p>As estudantes-mães têm entre 21 e 38 anos, em sua maioria pardas, casadas, os filhos frequentam creche, ela vieram em sua maioria de escola pública, o núcleo familiar é composto por marido e filhos ou mães e filhos e a renda mensal não ultrapassa 1 (um) salário mínimo e meio.</p>
<p>Descrever as condições de permanência das estudantes-mães beneficiárias do auxílio-creche na UFERSA.</p>	<p>Condições de permanência.</p>	<p>Curso; Situação de moradia; Condições de estudo; Rede de apoio; Trancamento do curso; Permanência simbólica; Fatores dificultadores da permanência.</p>	<p>As estudantes-mães estão matriculadas nos cursos de: Engenharia de produção, Engenharia Florestal Ciências Contábeis, Direito e LEDOC. Moram em sua maioria em casa própria, não tem rede de apoio, em sua maioria nunca precisaram trancar o curso, não participam de atividades extracurriculares e elencaram a maternidade e a falta de tempo como principais fatores que dificultam a permanência.</p>
<p>Identificar quais são as ações de assistência estudantil, voltadas para as estudantes-mães, que são desenvolvidas pela UFERSA.</p>	<p>Ações executadas</p>	<p>Auxílio financeiro; Demanda do auxílio creche; Ações de assistência; estudantil; Serviços especializados.</p>	<p>A UFERSA, através da PROAE fornece auxílio financeiro para as estudantes-mães, é o auxílio creche. A demanda não costuma ser alta. A universidade também oferece serviços especializados.</p>
<p>Verificar se as ações de assistência estudantil praticadas na UFERSA são efetivas para auxiliar na permanência das estudantes-mães.</p>	<p>Efetividade das ações executadas.</p>	<p>Avaliação do auxílio creche; Avaliação das ações de assistência estudantil;</p>	<p>No geral, as entrevistadas avaliam que o auxílio financeiro, apesar do valor, pode fazer a diferença para uma estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Elas não souberam avaliar os serviços especializados, por que não utilizam.</p>

Elaborar uma proposta de intervenção, a partir dos resultados da pesquisa, apontando estratégias que contribuam para melhorar as condições de permanência das estudantes-mães na UFERSA.	Sugestões de melhorias.	Sugestões de melhorias; Limites e desafios.	As principais sugestões de melhoria foram a criação de uma creche na universidade e o aumento do valor do auxílio creche.
--	-------------------------	---	---

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Ainda de acordo com Almeida (2019), mesmo com tantas limitações, a assistência estudantil é importante para a permanência dos discentes no ensino superior. Sem os recursos do PNAES, vários estudantes não teriam condições de permanecer na universidade. No entanto, essa política ainda mantém uma lógica produtivista, em que procura o atendimento do maior quantitativo de discentes através da rotatividade dos estudantes assistidos e da curta vigência da maioria das ações.

Sobre o processo de avaliação da política pública, Dias e Matos (2012) enfatizam que a avaliação é um processo transversal a toda a política, e como o processo de análise pode produzir informações válidas sobre o desempenho da política e consequente tomada de decisão com relação a possíveis modificações, continuidade ou exclusão de uma política ou programa público. Proporcionando que o Poder Público possa aprender com as consequências de suas ações, para poder decidir sobre determinada política, auxiliando também a administração pública a melhorar ou modificar a formulação, concepção e implementação das políticas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente trabalho foi possível verificar a relevância da Política de Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior, no que diz respeito à permanência material e simbólica dos discentes na instituição. Com a expansão das universidades públicas e a democratização do seu acesso a elas, modificou-se o perfil dos estudantes, de forma a possibilitar o ingresso de alunos de classes socioeconômicas de menor renda, o que tornou essencial o fortalecimento das ações de assistência estudantil, com o propósito de minimizar as dificuldades dos graduandos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

As dificuldades dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica são várias e, para determinados grupos, a educação se torna o único meio de transformação social. Mediante o acesso à universidade esses jovens podem ter a chance de mudar a sua realidade e alcançar melhores postos de trabalho, contribuindo, assim, para uma melhor qualidade de vida.

Somados a todas as dificuldades encontradas pelos estudantes de baixa renda, estão os desafios de ser mãe, muitas vezes, mãe-solo, e continuar desempenhando as suas atividades na condição de estudante e trabalhadora.

Para compreender as questões relacionadas à permanência estudantil das estudantes com filhos na universidade, buscou-se levantar as características históricas de exclusão social na educação superior, com o objetivo de compreender o significado do seu processo de democratização.

A presente pesquisa, voltada para as estudantes com filhos, compreende ainda que a permanência delas na universidade depende também da satisfação de outras necessidades além das necessidades materiais e simbólicas comuns a todos os estudantes.

A assistência estudantil foi regulamentada no contexto de democratização da educação superior e atualmente é a principal política pública que tem por objetivo ampliar as condições de permanência dos estudantes nas IFES.

Sendo assim, como uma política pública, fazem-se necessárias alternativas para o seu fortalecimento, fazendo avaliações com os atores que são impactados por ela. E, por conseguinte, fazer um melhor planejamento e desenvolvimento das ações de assistência ao estudante desenvolvidas nas Universidades.

Com o propósito de avaliar a efetividade do Programa Nacional de Assistência Estudantil a partir da percepção das estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche na

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), buscou-se conhecer mais sobre o perfil dessas estudantes, como são as suas condições de permanência na instituição, quais as ações de assistência estudantil direcionadas a elas e qual é o impacto dessas ações na sua vida acadêmica.

Nessa perspectiva foi observado que o perfil das estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche da UFERSA, é condizente com o perfil dos alunos atendidos, prioritariamente, pelo PNAES. Observou-se que as idades das entrevistadas da UFERSA são semelhantes aos resultados da pesquisa realizada pelo FONAPRACE, a qual indica que o número de estudantes com filhos nas universidades federais encontra-se na faixa etária acima de 25 anos.

Dessa forma, em sua maioria, são estudantes com mais de 25 anos, pardas, que tem entre 1 e 2 filhos, a composição familiar varia entre 3 e 4 pessoas, com renda mensal de até um salário mínimo, os estudos foram predominantemente em escolas públicas, são de famílias de baixa renda, moram na cidade onde estudam, ou em cidades próximas e estão na primeira graduação.

Foi observado que, apesar de toda a dificuldade vivenciada pelas estudantes pesquisadas para conseguirem conciliar a maternidade, a vida familiar, o trabalho doméstico e os estudos, a maioria delas informou ter bom rendimento no curso e apenas, uma delas precisou fazer o trancamento da matrícula.

Entretanto, apesar de elas estarem presentes na UFERSA, foi verificado que o suporte institucional se resume a poucas ações de assistência estudantil que estão muito mais voltadas à permanência material do que à simbólica. Considerando as ações de assistência estudantil que as estudantes-mães podem acessar, é possível observar que nenhuma delas está voltada diretamente às especificidades da condição de permanência das mulheres com filhos na primeira infância.

Existe ainda um fator limitador que é a vedação do acúmulo das modalidades de bolsas e auxílios ofertados pela PROAE. Constatou-se que as estudantes-mães podem concorrer aos outros auxílios e bolsas, desde que preencham os requisitos previstos em edital. Contudo, existe o impedimento do acúmulo do auxílio creche com outras bolsas da UFERSA, inclusive com outras atividades remuneradas. Sendo assim, o auxílio creche só poderia ser acumulado com a moradia estudantil e, com o auxílio inclusão digital, por ser um benefício pontual e que não tem periodicidade mensal.

Sendo o auxílio-creche a única modalidade exclusiva para os estudantes com filhos, ou seja, atendem aos discentes que são mães ou pais na UFERSA. O último reajuste no valor do

auxílio-creche ocorreu em 2016 e atualmente o valor praticado é insuficiente para suprir as necessidades de uma criança, conforme relatos das entrevistadas.

Apesar do baixo valor do auxílio, esse benefício é de muita importância e faz diferença na permanência das estudantes-mães na universidade, pelo motivo de poderem custear total ou parcialmente o valor de uma creche ou escola para seus filhos estudarem.

Sobre a permanência material, é possível inferir que a assistência estudantil exerce um papel fundamental na permanência das estudantes-mães, pois mesmo insuficiente, o auxílio colabora para que elas tenham a opção de terem onde deixar os filhos para se dedicarem um pouco às atividades acadêmicas.

Foi observado que o número total de beneficiários do auxílio creche é pequeno, são apenas 17 beneficiários, sendo 13 mulheres e 4 homens. Sobre a procura pelo auxílio creche, observou-se que é baixa, levando em consideração a demanda de outros benefícios pecuniários. Tal fato se deve pelo baixo valor do auxílio creche e pela impossibilidade de acúmulo com outras bolsas. Sendo essas estudantes-mães pessoas em situação de vulnerabilidade social, muitas vezes, esse valor recebido da universidade é o que elas dispõem para as suas necessidades materiais, e, assim, permanecerem estudando.

Sobre os demais serviços de assistência estudantil, como os serviços especializados, ofertados aos estudantes, foi constatado que nenhuma das entrevistadas costuma participar ou procurar esses serviços, tampouco tem conhecimento de outras ações de assistência estudantil. É necessário pontuar a importância de ações que favoreçam a permanência simbólica dos estudantes.

No entanto, sendo estudante e mãe, o tempo se torna escasso para participar ativamente das atividades da universidade, além da dificuldade de ter alguém para cuidar dos filhos. Sendo assim, observou-se que as beneficiárias entrevistadas não deixam de participar ou procurar os serviços especializados da universidade por não quererem ou não precisarem, mas porque elas não têm tempo disponível para tal e algumas não têm ciência desses serviços.

Sobre as sugestões de melhoria para ações de assistência estudantil, no que dizem respeito à permanência material, todas as estudantes citaram a creche dentro da UFERSA, como situação ideal. Também foi bastante sugerido o aumento do valor do auxílio creche e a possibilidade de acumular com outros benefícios.

Com relação à permanência simbólica, foi sugerido que houvesse ações, cujas mães pudessem participar com os filhos, dessa forma, interagindo com outras estudantes em situação semelhante a elas.

Foi identificado que a equipe de profissionais da PROAE reconhece as fragilidades da assistência estudantil na UFERSA, principalmente, das ações voltadas para as estudantes-mães. As ideias de melhoria até existem, mas esbarram em entraves como pouco orçamento, regulamentos pouco flexíveis e equipe insuficiente para a quantidade de alunos da instituição.

Nesse sentido, pode-se inferir que a assistência estudantil precisa estar para além de uma prática fundamentada apenas em programas de repasse financeiro, e se ampliar para o atendimento dos estudantes em seus diversos aspectos e necessidades, oferecendo condições para promover a permanência e auxiliar no desempenho acadêmico dos discentes.

Contudo, foi constatado que mesmo com todas as limitações, a assistência estudantil é essencial para essas estudantes. Para as beneficiárias do auxílio creche, sem esse benefício elas não teriam condições de continuar estudando. Desta forma, percebe-se que mesmo com as suas fragilidades, as ações de assistência estudantil, pautadas no PNAES, contribuem para a permanência dessas estudantes-mães na universidade.

5.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Um contratempo identificado, nesta pesquisa, corresponde ao número restrito de participantes. Foi previsto, inicialmente, entrevistar as 13 beneficiárias do auxílio creche, além dos profissionais da assistência estudantil, porém apenas 07 estudantes-mães participaram da pesquisa. Algumas por não ter sido possível entrar em contato, outras por não quererem participar.

REFERÊNCIAS

ALLEVATO, N. S. G.; MASOLA, W. J. Educação Superior no Brasil: Traços da História. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, Universidade Cruzeiro do Sul, v. 8, n. 1, abr. 2017. Disponível em: <http://revistapos.cruzeirodosul.edu.br/index.php/rencima/article/view/1180>. Acesso em: 20 mar. 2021.

ALMEIDA, M. R. **A assistência estudantil como estratégia de combate à evasão e retenção nas universidades federais: um recorte do semiárido potiguar**. 2019. 232 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2019. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/28342/1/Assistenciaestudentilestrategia_Almeida_2019.pdf (ufrn.br). Acesso em: 12 abr. 2021.

ARANHA, M. L. de A. **História da Educação e da Pedagogia**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 71, 2011.

BORGES, M. C.; AQUINO, O. F. Educação Superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do REUNI: avanços e controvérsias. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 22, n. 39, abr. 2012. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/4584>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 de abril de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 9394, de 29 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 de janeiro de 2005. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm. Acesso em: 28 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRITO, A. C. T. C. **Institucionalização de uma política de monitoramento do Programa Bolsa Permanência da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)**. 2018. 152 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal da Grande Dourados - Dourados, 2018. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CAVALCANTI, M. M. A. **Avaliação de políticas públicas e programas governamentais**—uma abordagem conceitual. Interfaces de Saberes, v. 6, n. 1, 2015. Disponível em: <http://www.socialiris.org/antigo/imagem/boletim/arq48975df171def.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CONDÉ, E. S. Abrindo a Caixa: dimensões e desafios na análise de Políticas Públicas. Revista Pesquisa e Debate em Educação, v. 2, n. 2, 2013. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo2958540-abrindo-a-caixa-dimensões-e-desafios-na-análise-de-políticas-públicas. Acesso em: 28 jan. 2022.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DINIZ, R. V.; GOERGEN, P. L. Educação Superior no Brasil: panorama da contemporaneidade. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 24, n. 3, p. 573-593, Dez.2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772019000300573&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 mar. 2021.

DURHAM, E. R. **O ensino superior no Brasil: o público e o privado**. São Paulo: NUPES/USP, 2003. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0303.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2021.

DUTRA, N. G. R.; SANTOS, M. F. S. **Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, Março. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362017000100148&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 7 mar. 2021.

FELIX, A. K. S. **Assistência estudantil na contrarreforma da educação superior: uma análise do orçamento do PNAES na UFERSA**. 2019. 148 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - Mossoró, 2019. Disponível em: https://www.uern.br/controladepaginas/ppgssd-dissertacoes/arquivos/2528assistancia_estudantil_contrar_pnaes_na_ufersa.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

FERRAREZI, E.; SARAVIA, E. **Coletânea de Políticas públicas**. v. 2. Brasília: ENAP, 2006.

FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 Anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares / Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX: 2012.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários (). **Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**. Brasília, DF: FONAPRACE, 2019.

FIGUEIREDO, R. F. **A assistência estudantil e a permanência das estudantes-mães na UNIFAL-MG**. 2019. 158 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Alfenas, Varginha, 2019. Disponível em: [https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/bitstream/tede/1413/2/Dissertação de Raquel Ferreira de Figueiredo.pdf](https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/bitstream/tede/1413/2/Dissertação%20de%20Raquel%20Ferreira%20de%20Figueiredo.pdf). Acesso em: 8 mar. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. - São Paulo: Atlas, 2019.

GUEDES, M. C. **A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 117-132, jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v15s0/06.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2021.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar/abr. 1995. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae/vol35-num2-1995/introducao-pesquisa-qualitativa-suas-possibilidades>. Acesso em 10 ago. 2020.

GONÇALVES, G. C. et al. **Elaboração e implementação de políticas públicas**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2019**. Brasília: MEC, 2020.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 180 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/521>. Acesso em: 8 abr. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MADSEN, N. **A construção da agenda de gênero no sistema educacional brasileiro (1996-2007)**. 2008. 199 f. Dissertação de Mestrado (Programas de Pós-Graduação em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MANCEBO, D.; VALE, A. A.; MARTINS, T. B. Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 31-50, mar. 2015. Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782015000100031&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 7 mar. 2021.

MARQUES, A. C. H.; CEPÊDA, V. A. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 42, abr. 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/5944>. Acesso em: 8 mar. 2021.

MARQUES, W. Brasil, terra de contrastes. Avaliação, Campinas; Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 749-771, nov. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772014000300011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 31 mar. 2021.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2015.

MEC, Ministério da Educação. **Análise sobre a expansão das universidades federais 2003 a 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 ago. 2020.

MEC, Ministério da Educação. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 - 2014**. Brasília, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em: 1 abr. 2021.

NASCIMENTO, C. M. (2012). **Elementos conceituais para pensar a política de assistência estudantil na atualidade**. In: Fonaprace, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis. Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. Coordenação da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes. Pró-Reitoria de Extensão: Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos. Acesso em: 10 abr. 2021.

NASCIMENTO, C. M. A assistência estudantil consentida: tarefas teóricas. *Temporalis*, Brasília, ano 18, n. 36, p. 365-378, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180165>. Acesso em: 20 out. 2021.

PAULA, M. F. C. **Políticas de democratização da educação superior brasileira**: limites e desafios para a próxima década. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 301-315, ago. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772017000200301&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 7 mar. 2021.

PEIXOTO, M. C. L. (2011). **Políticas para Democratização do Acesso e a Inclusão Social na Educação Superior do Brasil**. In: Paula, M. F. C.; Lamarra, N. F. (orgs.). Reformas e Democratização da Educação Superior no Brasil e na América Latina. Editoria Ideias e Letras. Aparecida- SP.

PEREIRA, P. A. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania**. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

UFERSA, Universidade Federal Rural do Semi-árido. **Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 003/2020, de 29 de julho de 2020**. Dispõe sobre a criação do Programa Institucional de Assistência Estudantil (Piae) da Universidade Federal Rural do SemiÁrido (Ufersa). Mossoró/RN: Universidade Federal Rural do SemiÁrido, 2020.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas** - Coleção Folha Explica, São Paulo: Publifolha, 2010.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. Tradução: Fátima Conceição Murad. 5. ed. São Paulo: McGraw- Hill, 2013.

SANTOS, A. P.; CERQUEIRA, E. A. **Ensino superior: trajetória histórica e políticas recentes**. In Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. XI. Florianópolis. **Anais...**Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/35836>. Acesso em: 1 jul. 2021.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. 2009. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11778>. Acesso em: 19 dez. 2021.

SANTOS, J. **A evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia pós-ENEM-SISU**. 2017. 474 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) - Universidade do Minho - Braga, Portugal, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/54320>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SANTOS, M. L. A. S. **Itinerários universitários: a permanência de mães trabalhadoras nos Bacharelados Interdisciplinares da Universidade Federal da Bahia**. 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) - Universidade federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/15827>. Acesso em 15 abr. 2021.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SECCHI, L.; COELHO, F., PIRES, V. **Políticas públicas: conceitos práticos, questões de concursos**. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2019.

SOARES, M. S. **A Educação Superior no Brasil**. CAPES: Porto Alegre, 2002.

SOUSA, L. P.; GUEDES, D. R. **A desigual divisão sexual do trabalho**: um olhar sobre a última década. **Estud. av.**, São Paulo, v. 30, n. 87, pág. 123-139, ago. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200123&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 de mar. 2021.

SOUZA, C. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez .2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 6 abr. 2021.

TINÔCO, D. S.; SOUZA, L. M.; OLIVEIRA, A. B. **Avaliação de políticas públicas**: modelos tradicional e pluralista. *Revista de Políticas Públicas*, v. 15, n. 2, p. 305-313, 2011.

URPIA, A. M. O. **Tornar-se mãe no contexto acadêmico**: narrativas de um self participante. Salvador, 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: http://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/ana_maria_urpia.pdf. Acesso em: 2 abr. 2021.

VASCONCELOS, N. B. **Programa Nacional de Assistência Estudantil**: uma análise da evolução da Assistência estudantil ao longo da história da Educação Superior no Brasil. *Revista da Católica*, Uberlândia, v. 17, n. 2, jul/dez. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361>. Acesso em: 10 mar. 2021.

VEGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VENTURINI, A. C. **A presença das mulheres nas universidades brasileira**: um panorama de desigualdade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO = WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 2017, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500230828_ARQUIVO_AnaCarolinaVenturini_Texto_completo_MM_FG.pdf Acesso em: 26 mar. 2021.

ZAGO, N. **Do acesso à permanência no ensino superior**: percurso de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*. v. 11, n. 32, maio/ago. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782006000200003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 11 mar. 2021.

APÊNDICE A

Roteiro da entrevista com as beneficiárias do auxílio creche do Campus Mossoró

Bloco 1- Perfil das entrevistadas

- 1) Qual a sua idade?
- 2) Qual a sua cor ou raça?
- 3) Como foi a sua vida escolar até a universidade? Estudou em escola particular ou pública?
- 4) Qual o seu estado civil ou sua situação conjugal atual?
- 5) Quantos filhos você tem? Qual a idade? Frequenta creche? Se sim, é pública ou particular?
- 6) Qual a renda mensal bruta do grupo familiar?
- 7) Quem compõe o seu grupo familiar?

Bloco 2 – Condições de permanência das estudantes-mães

- 8) Em qual curso está matriculada? É a sua primeira graduação? Era o curso que você queria fazer mesmo. Por gentileza, comentar a resposta.
- 9) Você reside na cidade onde cursa a graduação? Se sim, sempre morou nela, ou veio a Mossoró para estudar?
- 10) Atualmente, qual é a sua situação de moradia? (Casa própria, alugada, com o cônjuge, com os pais, só com os filhos, moradia estudantil)?
- 11) Para conseguir frequentar as aulas, onde (ou com quem) ficam seus filhos(as)?
- 12) Para conseguir estudar para as provas e fazer as atividades da graduação, como você faz?
- 13) Você tem rede de apoio na cidade (Pessoas para ajudar com o filho e/ou com as atividades domésticas)?
- 14) As tarefas domésticas e com o filho são divididas com alguém (companheiro(a), mãe, sogra e etc)?

- 15) Você recebe ajuda financeira de alguém para se manter na universidade? Para as despesas de alimentação, transporte, material de estudo.
- 16) Você já fez trancamento geral de matrícula? Por qual motivo você trancou o curso?
- 17) Você realiza alguma atividade extracurricular na universidade? (Esportes, Iniciação Científica, grupos de estudos e etc). Caso realize, qual é a atividade? Caso não realize, poderia comentar o motivo?
- 18) Você exerce algum trabalho informal? Ou já precisou para conseguir se manter?
- 19) O que você acha que mais te prejudica na sua vida acadêmica?
- 20) O fato de ser mãe já te causou constrangimento ou impediu que você realizasse alguma atividade na universidade? Se sim, conte como foi.

Bloco 3 – Ações executadas

- 21) Fora o auxílio creche, você recebe mais algum auxílio ou bolsa da universidade? (elencar os auxílios)
- 22) Você já tentou a seleção para outros auxílios e bolsas? Comente o motivo que te levou a procurar o auxílio creche.
- 23) Fora o auxílio creche, existem outras ações, próprias da universidade, voltadas às estudantes-mães?
- 24) Você já procurou atendimento com os(as) profissionais da Proae (psicólogos(as), assistentes sociais)? Se sim, como foi o atendimento? Em caso negativo, comente o motivo.

Bloco 4 – Efetividade das ações executadas

- 25) Qual a sua opinião sobre o valor do auxílio creche? Por gentileza, comentar a resposta.

26) Em sua opinião, as ações de assistência estudantil (creche) praticadas na UFERSA, voltadas às estudantes-mães, são efetivas para ajudar na sua permanência na universidade?

Comentar a resposta.

27) Fale sobre o seu rendimento acadêmico, você se sente prejudicada pelo fato de ser mãe?

Você acha que as ações de assistência estudantil votadas para as estudantes-mães auxiliam o seu desempenho na universidade?

Bloco 5 – Sugestões de melhorias

28) Em sua opinião, quais ações de assistência estudantil seriam importantes para auxiliar a permanência das estudantes-mães na UFERSA?

APÊNDICE B

Roteiro da entrevista com a gestão e profissionais da assistência estudantil lotados na Divisão de Programas Sociais

- 1) Qual a sua formação, cargo e há quanto tempo trabalha na Proae?
- 2) Atualmente, quais são as ações de assistência estudantil voltadas às estudantes-mães?
- 3) Qual o valor do auxílio creche ofertado às estudantes-mães? Há quanto tempo o valor não tem alteração?
- 4) Essas estudantes recebem (ou podem receber) mais algum auxílio financeiro da universidade? Por gentileza, justificar a resposta.
- 5) Como é a demanda pelo auxílio creche (alta ou baixa)? Em sua opinião, a que se deve a alta ou a baixa procura pelo auxílio?
- 6) Existe algum acompanhamento dos profissionais de assistência estudantil ofertado às estudantes-mães. Por gentileza, comentar a resposta.
- 7) Em sua opinião quais são os limites e desafios da assistência estudantil da Ufersa, no que se refere à atuação na temática “Creche”?

APÊNDICE C

Roteiro da entrevista com profissionais da assistência estudantil – psicologia e serviço social

- 1) Qual a sua formação, cargo e há quanto tempo trabalha na Proae?
- 2) Atualmente, quais são as ações de assistência estudantil voltadas às estudantes-mães?
- 3) Qual o valor do auxílio creche ofertado às estudantes-mães? Há quanto tempo o valor não tem alteração?
- 4) Essas estudantes recebem (ou podem receber) mais algum auxílio financeiro da universidade? Por gentileza, justificar a resposta.
- 5) Como é a demanda pelo auxílio creche (alta ou baixa)? Em sua opinião, a que se deve a alta ou a baixa procura pelo auxílio?
- 6) Existe algum acompanhamento dos profissionais de assistência estudantil ofertado às estudantes-mães. Por gentileza, comentar a resposta.
- 7) Você já recebeu alguma demanda específica de estudantes-mães? Costuma atender esse público? Por gentileza, comentar a resposta.
- 8) Em sua opinião quais são os limites e desafios da assistência estudantil da Ufersa, no que se refere à atuação na temática “Creche”?

ANEXO 1

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa científica. Caso você não queira participar, não há problema algum. Você não precisa me explicar porque, e não haverá nenhum tipo de punição por isso. Você tem todo o direito de não querer participar do estudo, basta selecionar a opção correspondente no final desta página.

Para confirmar sua participação você precisará ler todo este documento e depois selecionar a opção correspondente no final dele. Este documento se chama TCLE (Termo de Consentimento livre e esclarecido). Nele estão contidas as principais informações sobre o estudo, objetivos, metodologias, riscos e benefícios, dentre outras informações.

Este TCLE se refere ao projeto de pesquisa “A efetividade do Programa Nacional de Assistência Estudantil a partir da percepção das estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche na UFERSA”, cujo objetivo é “Avaliar a efetividade do Programa Nacional de Assistência Estudantil a partir da percepção das estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche na UFERSA.”. Para ter uma cópia deste TCLE você deverá imprimi-lo, ou deverá gerar uma cópia em pdf para guardá-lo em seu computador. Você também poderá solicitar aos pesquisadores do estudo uma versão deste documento a qualquer momento por um dos e-mails registrados no final deste termo.

Tendo por base métodos qualitativos de análise, a presente pesquisa será operacionalizada por meio de uma entrevista semiestruturada a ser aplicada com as estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche da UFERSA e com profissionais da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil. A entrevista será realizada de forma online e estima-se que o tempo será de aproximadamente 20 (vinte) minutos.

Você não será remunerado(a), visto que sua participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Caso decida desistir da pesquisa você poderá interromper a entrevista e sair do estudo a qualquer momento, sem nenhuma restrição ou punição.

Os benefícios decorrentes da participação nesta pesquisa são indiretos e gerais, não havendo nenhum benefício direto ao (à) participante.

Esses benefícios estão relacionados à proposição de ações que possam contribuir para melhorar as condições de permanência das estudantes-mães na UFERSA, as quais serão difundidas em formato de trabalho acadêmico.

Quanto aos possíveis riscos ou danos ao (à) participante, esses são considerados mínimos e inerentes ao preenchimento cotidiano de questionários ou entrevistas on-line, tais como: tomar o tempo do indivíduo, provocar leve cansaço, gerar desconforto, causar um sentimento de insegurança quanto à opção de resposta que melhor reflete sua opinião diante de afirmativas relacionadas a motivações, percepções e comportamentos.

O pesquisador garante e se compromete com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo. Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18).

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, concordo em participar voluntariamente do presente estudo como participante. O pesquisador me informou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa, o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. O pesquisador me garantiu que eu poderei sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que esta decisão não me trará nenhum tipo de penalidade.

Fui informado também que devo imprimir ou gerar um pdf do TCLE para ter a minha cópia do TCLE e que posso solicitar uma versão dele via e-mail para o pesquisador.

ACEITO PARTICIPAR

NÃO ACEITO PARTICIPAR

ANEXO 2



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA -
PROFIAP

RELATÓRIO TÉCNICO

PROPOSTAS DE MELHORIAS PARA AS
AÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
VOLTADAS ÀS ESTUDANTES-MÃES.



Preparado por: Larisse Rafhaely da Silva Lopes
rafhaely.lopes@ufersa.edu.br

Orientador (a): Profa. Dra. Luciana Batista Sales
luciana@ufersa.edu.br



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	03
AÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	04
AÇÕES DIRECIONADAS À PERMANÊNCIA MATERIAL	04
AÇÕES DIRECIONADAS À PERMANÊNCIA SIMBÓLICA	05
AÇÕES PEDAGÓGICAS	06
AÇÕES DE INFRAESTRUTURA	07



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PROFIAP

INTRODUÇÃO

Este Relatório Técnico é resultado da pesquisa de mestrado intitulada "A efetividade do Programa Nacional de Assistência Estudantil a partir da percepção das estudantes-mães beneficiárias do auxílio creche na UFERSA Campus Mossoró/RN", realizada pela servidora Larisse Rafaely da Silva Lopes. Considerando as dificuldades vivenciadas pelas estudantes-mães e, com base nos resultados encontrados, propõem-se ações que visam fortalecer o suporte institucional que a universidade pode oferecer para apoiar e melhorar as condições de permanência dessas estudantes.

Desta forma, as ações propostas perpassam três áreas específicas da universidade, ou seja, contemplam a assistência estudantil, a dimensão pedagógica e de infraestrutura.

Público-alvo: estudantes-mães da UFERSA.

Situação problema: qual a efetividade do Programa Nacional de Assistência Estudantil a partir da percepção das estudantes-mães, beneficiárias do auxílio-creche na Universidade Federal Rural do Semi-Árido?



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PROFIAPI

1 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Foi possível observar, com a pesquisa, que as ações de assistência estudantil que são desenvolvidas na UFERSA estão mais voltadas para a permanência material das estudantes do que para a permanência simbólica. Com o intuito de contemplar as principais sugestões apontadas pelas estudantes-mães serão apresentadas, a seguir, ações de intervenção no âmbito desses dois tipos de permanência.

Conforme Santos (2009), a permanência material está ligada às questões materiais e necessidade básicas, como alimentação, moradia, transporte e etc. Já a permanência simbólica está voltada à necessidade de pertencimento à universidade, tendo participação ativa na instituição e integração com os colegas e servidores.

1.1 AÇÕES DIRECIONADAS À PERMANÊNCIA MATERIAL

O auxílio creche é a principal ação que contempla os estudantes com filhos na UFERSA. Contudo, desde 2016 esse auxílio não sofreu nenhum reajuste no seu valor em pecúnia e, como exposto pelas alunas, não é suficiente para as despesas com os filhos, muitas vezes não cobre nem o valor creche. Logo, poder-se-ia indicar as seguintes ações:

- O reajuste do valor do auxílio creche;
- Ampliar a idade máxima das crianças para o atendimento por esse auxílio;
- A possibilidade do acúmulo de mais benefícios para os estudantes com filhos, inclusive a possibilidade de acumular com outra atividade remunerada.

Pelo que é determinado, atualmente, pela Resolução CONSUNI/UFERSA N° 003/2020, observa-se que, as estudantes-mães podem concorrer aos outros auxílios e bolsas, desde que preencham os requisitos previstos em edital. Contudo, existe o impedimento do acúmulo do auxílio creche com outras bolsas da UFERSA, inclusive com outras atividades remuneradas. Sendo assim, o auxílio creche só poderia ser acumulado com a moradia estudantil e com o auxílio inclusão digital, por ser um benefício pontual e que não tem periodicidade mensal. Sendo que, mesmo que elas conseguissem vaga na moradia, teriam que se afastar dos filhos, rompendo dessa forma a união familiar. Não sendo a solução mais adequada para elas.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFRSA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PROFIAP

1.2 AÇÕES DIRECIONADAS À PERMANÊNCIA SIMBÓLICA

Os resultados da pesquisa evidenciaram o quanto a permanência simbólica das estudantes-mães na UFRSA é comprometida. As estudantes com filhos que participaram da pesquisa não conhecem e nem participam de nenhum grupo de estudantes-mães, a maioria não acessa os serviços especializados da instituição, muitas até desconhecem como funcionam esses serviços. Nesse sentido, seguem as propostas no âmbito da permanência simbólica:

- A criação de um grupo de escuta e acolhimento das estudantes-mães;
- Ações regulares com essas estudantes, no formato de palestras, eventos, onde se pudesse discutir assuntos pertinentes a vida acadêmica e a maternidade;
- A criação de atividades e/ou encontros, em que as mães pudessem trazer os seus filhos para a universidade;
- Reavaliação na forma de divulgação dos serviços especializados. Buscando encontrar outras maneiras de chegar a essas alunas.

O objetivo do grupo de escuta é que seja um espaço de diálogo e de mobilização dessas mulheres, onde as principais demandas ligadas à permanência estudantil delas possam ser levantadas, discutidas e encaminhadas aos setores competentes da universidade e até mesmo da sociedade.

Sobre os serviços especializados, oferecidos pela UFRSA, foi observado que, apesar da falta de procura dessas alunas por esses serviços, a maioria delas admitiu que até precisavam desse suporte, mas deixam de procurar por falta de tempo ou conhecimento. O apoio psicológico às estudantes-mães também é uma ação estratégica para a permanência simbólica pois, como ressalta Ávila (2010), o fato de estarem frequentemente submetidas a situações de estresse e pressão pode causar o adoecimento delas.





UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PROFIAP

1.3 AÇÕES PEDAGÓGICAS

Pensando na problemática comum que envolve as condições de permanência das estudantes-mães na educação superior, como a falta de tempo para os estudos, as diversas atribuições com o trabalho doméstico e cuidado com os filhos, serão apresentadas algumas ações de natureza pedagógica que, se implementadas, poderão contribuir para a qualidade da permanência das mulheres com filhos na universidade. As sugestões são as seguintes:

- Criação de uma oficina pedagógica específica para o grupo de estudantes-mães, que trabalhe questões como planejamento/organização do tempo de estudo, técnicas de concentração e outros temas pertinentes do processo de ensino-aprendizagem das mulheres com filhos;
- Da mesma forma dos serviços de psicologia, poderiam ser estudadas outras maneiras de incentivar essas estudantes a buscarem o serviço de apoio pedagógico junto à PROAE.





1.4 AÇÕES DE INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de tornar o ambiente universitário um espaço mais acolhedor às necessidades das estudantes-mães, serão apresentadas as ações de intervenção voltadas para a infraestrutura institucional. Seguem as sugestões:

- Uma creche na UFERSA, que atenda também no horário noturno.
- Criação de banheiros família, em todos os campi da universidade, bem como a instalação de fraldários nesses banheiros e pontos de amamentação na universidade. Esses banheiros e pontos de amamentação poderiam ficar nos Centros de Convivência, por ser um ponto central e de grande circulação dos estudantes.

Essas ações teriam a finalidade de universalizar os serviços prestados pela universidade e, deixar de lado a prática produtivista, tão comum nas instituições, no que diz respeito à assistência estudantil. A oferta de bolsas e auxílios é importante e válida, mas não impacta a permanência de todos os estudantes. Ações permanentes, como a criação de creches e outros espaços de convivência, auxiliam a um número bem maior de discentes e, não tem validade, sendo os espaços cuidados e bem conservados.

